

CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL



# DESAFIOS DEMOGRÁFICOS O ENVELHECIMENTO



Conselho Económico e Social  
PORTUGAL

# **Desafios Demográficos: o Envelhecimento**



# **Desafios Demográficos: o Envelhecimento**

**2019**

Conselho Económico e Social

## **DESAFIOS DEMOGRÁFICOS: O ENVELHECIMENTO**

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Joana Ferraz Mota Pinto

EDITOR

CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76-80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

[www.almedina.net](http://www.almedina.net) · [editora@almedina.net](mailto:editora@almedina.net)

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO

João Jegundo

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Setembro, 2019

DEPÓSITO LEGAL

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



ALMEDINA

GRUPOALMEDINA

---

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

PORTUGAL. Conselho Económico e Social

Desafios demográficos : o envelhecimento

ISBN 978-972-40-8134-2

CDU 314

## ÍNDICE

### SESSÃO DE ABERTURA

<i>António Correia de Campos</i>	9
<i>Duarte Nuno Vieira</i>	13

### O PANORAMA DEMOGRÁFICO

<i>Maria João Valente Rosa</i>	19
--------------------------------	----

### ENVELHECIMENTO E JUSTIÇA ENTRE GERAÇÕES

<i>Axel Gosseries</i>	31
-----------------------	----

#### DEBATE:

<i>Fernando Martins</i>	55
<i>Jorge Pegado Liz</i>	57

### MERCADO DE TRABALHO E ENVELHECIMENTO

<i>Ana Lehmann</i>	97
--------------------	----

#### DEBATE:

<i>Nuno Biscaya</i>	109
<i>Ana Vieira</i>	113
<i>Isabel Lemos</i>	119
<i>José Manuel Graça</i>	125
<i>Rui Fiolhais</i>	129

### SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

<i>Miguel Gouveia</i>	135
<i>António Cunha</i>	151
<i>Carina Dantas</i>	157

SÍNTESE CONCLUSIVA

*Teresa Mendes*

173

ENCERRAMENTO

*Mariana Vieira da Silva*

177

## **SESSÃO DE ABERTURA**





# **Desafios Demográficos: O Envelhecimento**

ANTÓNIO CORREIA DE CAMPOS\*

O envelhecimento populacional enquanto fenómeno demográfico é um dos maiores problemas que Portugal enfrenta. Este desafio é certamente demográfico, mas é também social, económico, cultural e de saúde.

Portugal tem um índice de envelhecimento de 153,2 idosos por cada 100 jovens, só sendo superado na UE28 pela Itália e pela Alemanha e fora da Europa pelo Japão. Todos os países desenvolvidos enfrentam este problema. Todavia, o caso português é especialmente relevante: se hoje estamos entre os países mais envelhecidos da União Europeia, em 1970 éramos o país mais jovem dentro desse grupo.

Muitos dos fatores que contribuíram para o envelhecimento são positivos. Desde 1970, houve melhoria dos cuidados de saúde, redução do número de óbitos, importante diminuição dos níveis de pobreza e aumento marcado da esperança de vida. Aqui chegados, são necessárias novas respostas, não apenas para prolongamento dos anos de vida, mas sobretudo para melhorar a qualidade desses anos.

Apesar da esperança média de vida em Portugal aos 65 anos ser uma das mais altas do mundo, a expectativa de número de anos saudáveis é muito baixa, quando comparada com outros países. Segundo o European Health Report de 2018, Portugal ocupava o 26º lugar, entre 30 países, no indicador que mede o número de anos saudáveis aos 65 anos (7 anos de

\* Presidente do Conselho Económico e Social.

vida saudável para os homens e apenas 5 para as mulheres), muito distante dos indicadores dos países nórdicos (a Suécia, a Noruega e a Islândia com valores superiores a 15 anos). Os nossos idosos vivem com pouca qualidade os seus últimos anos de vida. Baixo rendimento dos indivíduos, falta de investimento público em infraestruturas e equipamentos, a sobreposição do hedonismo aos valores da família, pouca investigação sobre o tema e a escassa formação especializada para cuidar dos idosos são apontados como causas de tão fracos resultados.

A despesa corrente total em cuidados de saúde em percentagem do PIB encontra-se estagnada desde o início do século, à volta de 9%, o mesmo sucedendo com a despesa das Administrações Públicas em saúde, à volta de 6%. Estagnação preocupante se atendermos à evolução do índice de envelhecimento para o mesmo período, que aumentou 55% e ao facto de, apesar de tudo, o País ter crescido cerca de 10% no PIB real, desde 2013.

Ou seja, apesar de o PIB estar a crescer a ritmo superior à despesa em saúde, temos o país a envelhecer e a dedicar poucos recursos para cuidar convenientemente dos cidadãos mais velhos.

Para atenuar o alargamento do topo da pirâmide demográfica são necessárias políticas públicas de apoio à natalidade, pela conciliação da vida profissional com a vida pessoal através de incentivos, subsídios, extensão da rede de creches, bem como políticas de atração e integração de jovens imigrantes que procurem na Europa um país onde residir, trabalhar, reunir e constituir família.

Sabemos que o foco do debate em torno do envelhecimento tem sido quase exclusivamente centrado no desejado aumento da fecundidade e na promoção da imigração. Menor atenção tem sido votada às políticas sociais, culturais, científicas e de saúde orientadas para o envelhecimento. Têm-se negligenciado a prevenção da doença crónica, a promoção do envelhecimento ativo, o aproveitamento da experiência como fator enriquecedor da produtividade e têm sido tolerados fatores que concentram discriminações cumulativas, por força da idade, do género e da incidência de doenças profissionais.

A investigação sobre o tema tem-se concentrado em medicamentos que atenuam efeitos, em vez de incidir sobre o conhecimento das causas. Como indústrias movidas pelo que vendem, as indústrias da Saúde sabem que cada pessoa curada ou cada morte adiada com vida saudável é cliente perdido. Nos últimos tempos a indústria da informação tem vindo a entrar

decisivamente na Saúde, colhendo e tratando os *big data*, aos quais extrai ou aplica algoritmos tentativamente explicativos. O nosso País está ainda muito longe de participar em pleno nesta geração de conhecimento. E não dá sinais de sair da modéstia. Não surpreende que o avanço do conhecimento, na investigação em medicina e ciências da saúde, acompanhe este relativo imobilismo. Desde 1997 a percentagem de publicações científicas na área da saúde no total de publicações não aumentou (à volta de 20% do total); este dado não significa que, em volume, a investigação em saúde não tenha aumentado, apenas documenta que o nível relativo não acompanha a importância crescente do tema. O mesmo ocorre dentro das próprias ciências médicas e da saúde; verificamos que o peso relativo das subáreas de publicações nessa área se mantem ao longo do período de 20 anos. Não existe informação sobre as publicações especificamente orientadas para temas do envelhecimento, mas não surpreenderia que elas seguissem o padrão global.

Os anos da crise e seguintes são exemplo da fragilidade de políticas públicas nesta área. Apesar dos esforços meritórios na extensão da Rede Nacional de Cuidados Continuados e nos Cuidados Paliativos, bem como na esperada criação do Estatuto do Cuidador Informal, eles são insuficientes face à magnitude do problema. Os investimentos rarefazem-se, sem se conhecer uma visão integrada do problema. É importante relevar o investimento que tem sido ou irá ser realizado nos últimos e próximos anos (a Universidade de Coimbra irá receber cerca de 15 milhões de euros de Bruxelas para o Instituto Multidisciplinar do Envelhecimento), no entanto não existe ainda um programa global a nível nacional. É de saudar o trabalho da “Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025” realizado por um grupo de trabalho interministerial. Nesse estudo o diagnóstico está bem realizado e documentado, tendo-se definido eixos de atuação, linhas orientadoras e objetivos a alcançar. Embora se trate de um documento de medidas genéricas, ele é meritório. Todavia, até ao momento continua a aguardar aprovação por todos os ministérios envolvidos.

A urgência do desafio obriga-nos a uma reflexão coletiva. O acentuar da importância relativa dos idosos dependentes na totalidade dos cidadãos com 65 e mais anos obrigará Estado e famílias a um esforço superior ao atual. Será necessário reforçar dispositivos de apoio às famílias que cuidam de idosos, alargar e melhorar a Rede Nacional de Cuidados Continuados

e desenvolver estruturas sociais, culturais, científicas, de mobilidade e de saúde para apoio à velhice. É necessário aumentar a despesa pública com as pessoas mais velhas, nomeadamente em cuidados de saúde mental, investimentos em infraestruturas e investigação científica, incluindo a investigação sobre medicina regenerativa, muito escassa ainda na Europa. O conhecimento é, também nesta área, condicionante da eficácia, eficiência, equidade e qualidade no uso dos recursos do País. Para que este não morra de velho.

# Desafios Demográficos: O Envelhecimento

DUARTE NUNO VIEIRA\*

*Exmo. Senhor Presidente do Conselho Económico e Social  
Dig.<sup>mas</sup> autoridades, oradores e convidados  
Estimados Colegas e Amigos  
Minhas Senhoras e meus Senhores*

Permitam-me que, enquanto Diretor da Faculdade de Medicina de Coimbra vos dê as boas vindas a esta Escola, à Universidade de Coimbra, à cidade de Coimbra.

E que vos diga também do enorme gosto que temos em vos acolher entre nós, em acolhermos esta louvável iniciativa do Conselho Económico e Social, esta sessão que se propõe refletir sobre um tema que se insere numa área que a nossa Faculdade definiu como uma das suas áreas estratégicas fundamentais: o envelhecimento.

Agradeço ao CES, na pessoa do Prof. Correia de Campos, a concretização desta sessão em Coimbra e na nossa Faculdade.

O envelhecimento é, indiscutivelmente, um tema que está na ordem do dia. Um tema que vem merecendo uma atenção e reflexão crescentes em todos os domínios. Envelhecer preocupa-nos hoje bem mais do que aos nossos antepassados. E isso decorre, essencialmente, do espetacular

\* Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

aumento da expectativa de vida. Na realidade, não fazia sentido pensar na velhice num tempo em que a probabilidade de morrer jovem era alta.

Mas temos hoje uma consciência acrescida do tempo. Temos hoje cada vez mais consciência de que fazemos o tempo. De que somos feitos e desfeitos pelo tempo. Os anos passam e são o nosso rosto. É do tempo que nos olhamos. Olhamos o que somos, olhamos o que fomos e o que fizemos. Também o que não fomos e o que não fizemos. Olhamos para trás e lembramos as luzes que certamente atravessaram sombras nas nossas vidas e as sombras que por vezes nelas obscureceram luzes. Olhamos os dias passados e os que estão por vir. Pensamos no caminho trilhado e no que falta percorrer. Pensamos no quanto é importante reconhecer e trazer connosco os erros cometidos, fazendo deles o luar de uma prudência ou o sol de uma ousadia. Sendo certo que reconhecer um erro é assumir a esperança de fazer melhor. Que é fundamental não gostar apenas do que já se gostou ou só querer o que já se quis. Tal como é fundamental lembrar que o nosso passado não acaba nunca. Que está todo connosco e que nos acompanhará, sempre. Mas lembrar, também e sobretudo, que existe sempre todo um futuro que nos espera.

Que as reflexões de hoje, embora centradas nos desafios demográficos que o envelhecimento suscita, nos ajudem, todavia, a compreender que o problema não é envelhecer. Existem velhos de 40 anos e jovens de 80. Que envelhecer é agradecer à vida a oportunidade de nela permanecer, é um prémio conquistado, é de alguma forma um privilégio do qual nem todos têm a oportunidade de desfrutar. Envelhecer é ter vivido. As rugas traduzem experiências de vida; lembram-nos os espaços onde estiveram preocupações e sorrisos. Mas envelhecer é, sobretudo, continuar a viver.

O problema é envelhecer numa sociedade que apenas promova o culto da juventude e que não esteja organizada para aproveitar e incluir as pessoas de mais idade, uma sociedade que não saiba ver nessas pessoas qualificações e competências muitas vezes acrescidas, e valiosas experiências de vida que continuam, certamente, abertas a novos estilos de vida.

Por isso é importante refletir também sobre a necessidade de mudanças sociais. Assim como sobre a resolução de problemas como o envelhecimento sem condições dignas e no meio de profundas desigualdades. Refletir sobre a imensa indignidade de envelhecer na marginalização pela idade, na pobreza, na solidão, com escasso acesso à saúde, à alimentação ou até à habitação decente.

Que hoje se dê mais um passo no sentido da criação de conjunturas que nos tragam as condições, a capacidade e a consciência necessária para desfrutarmos adequadamente do envelhecimento. E que nos deixe a convicção de que se fazer anos é inevitável, envelhecer é seguramente opcional. Que nos ajude a criar a certeza de que cada dia conta com 1440 minutos de novas opções; que cada segundo nos pode fazer mais capazes de experimentar e de aproveitar todas essas opções; e cada ano que passa é uma oportunidade para acumular lembranças. Que cada um interiorize que, como dizia Saramago, que o “*que verdadeiramente importa, é a idade que sinto*”. Que todos podemos, em qualquer tempo e em qualquer idade, ser extraordinariamente úteis para o próximo e para a sociedade.

Desejo-vos uma excelente tarde de trabalho.

Muito obrigado, uma vez mais, pela vossa presença hoje aqui.





## **O PANORAMA DEMOGRÁFICO**



# **Envelhecimento demográfico: síntese do panorama em Portugal**

MARIA JOÃO VALENTE ROSA\*

## **1. Envelhecimento: Demografia**

O envelhecimento demográfico é um assunto que toca, sem excepção, todas gerações, mais novas ou mais velhas, e que interfere em vários domínios da vida, tanto das pessoas, como das famílias ou das comunidades, como dos poderes públicos ou das organizações.

O envelhecimento demográfico define-se como uma evolução particular da composição etária da população, que corresponde ao aumento da importância estatística dos idosos (envelhecimento no ‘topo’ da pirâmide etária) e/ou à diminuição da importância estatística dos jovens (envelhecimento na ‘base’ da pirâmide etária).

Embora Portugal não seja original por estar a envelhecer, pois o envelhecimento demográfico é uma tendência que já adquiriu uma dimensão mundial, este processo aconteceu de uma forma particularmente rápida no país, velocidade essa que transporta Portugal para o topo da lista dos países mais envelhecidos da Europa e, como tal, do Mundo.

Nunca, como actualmente, a população esteve tão envelhecida. As marcas das alterações da composição etária da população de Portugal, nas últimas décadas, são várias (Anexo 1). Por exemplo, entre 1971 e 2018, o número de pessoas com menos de 15 anos diminuiu em cerca de 1 milhão e

\* Professora da Faculdade Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

representa apenas 14% da população (quando, em 1971, equivalia a 28%); o número de pessoas com 65 ou mais anos passou para cerca de 2,2 milhões e representa 22% da população total (quando, em 1971, equivalia a 10%); existem cada vez mais idosos por cada 100 jovens (de 34, em 1971, o rácio passou para 157, em 2018); são cada vez menos as pessoas em idade activa, por idoso (seis em 1971 e três em 2018). É, por isso, caso para dizer que Portugal não se reconheceria se, perante um espelho, a imagem reflectida do seu ‘corpo’ etário fosse, não de hoje, mas o de há quatro décadas e meia.

O envelhecimento demográfico é uma tendência que tem marcado a população de Portugal, não só em termos globais, como territoriais. Nenhum território do país ficou imune a este processo demográfico, embora existam regiões bastante mais envelhecidas do que outras, como é o caso da Região Centro e do Alentejo (Anexo 2). Por exemplo, em 1981, apenas 29 dos 308 municípios de Portugal registavam um número de pessoas idosas (com 65 ou mais anos) superior ao de jovens (até aos 15 anos). Actualmente (2018), apenas 14 dos 308 municípios do país (cinco localizados na Região Autónoma dos Açores, três na Região Autónoma da Madeira e seis no Continente) apresentam um número de jovens superior ao de idosos.

## **2. Envelhecimento Demográfico: Motores**

O envelhecimento não aconteceu por acaso. Mergulha as suas raízes em importantes conquistas que se fizeram sobre a vida e a morte, as quais se saldaram por baixos níveis de natalidade/fecundidade e de mortalidade.

A diminuição da fecundidade, resultado da acção de uma complexidade de factores de ordem cultural e social – nomeadamente o aumento da escolaridade, a afirmação laboral das mulheres, a existência de métodos contraceptivos cada vez mais eficazes ou a alteração do valor da criança – traduziu-se numa contracção da fecundidade e do número de nascimentos. Em Portugal, o número médio de filhos por mulher era, em 1960, de 3,2<sup>1</sup> (valor dos mais elevados, nessa data, entre os países que integram actualmente a União Europeia) e nasciam cerca de 200 mil crianças por ano. Hoje (2018), o número médio de filhos por mulher é de 1,4 (um dos valores mais baixos observados na União Europeia, neste momento) e o número de nascidos por ano é inferior a 90 mil crianças (Anexo 3).

<sup>1</sup> Valor muito superior ao limiar da substituição de gerações, o qual equivale a 2,1 filhos por mulher em idade fértil.

A diminuição dos níveis de mortalidade, resultado de avanços vários, como na higiene, na alimentação ou na medicina, contribuíram para que cada vez fossem maiores as hipóteses de as pessoas sobreviverem nos primeiros anos de vida, de chegarem a idades superiores e de aí viverem por mais tempo. Em Portugal, entre 1970 e 2017, a esperança de vida à nascença passou de 64 para 77,8 anos no caso dos homens e de 70,3 para 83,4 anos no caso das mulheres (Anexo 4). As últimas décadas foram assim muito marcantes no país, tendo Portugal registado uma aproximação significativa entre os seus níveis de esperança de vida à nascença e os observados em outros países europeus de baixa mortalidade. Por exemplo: enquanto, em 1970, a esperança de vida à nascença (ambos os sexos) era, em Portugal, 8 anos inferior à observada na Suécia, em 2017, a diferença entre os dois países, nesse indicador, passa a ser de apenas 0,9 anos.

Parte do aumento do número médio de anos de vida é resultado da diminuição muito significativa da mortalidade infantil, pois Portugal foi o país da União Europeia que registou a maior redução da mortalidade infantil nas últimas cinco décadas. Mas não foi só a mortalidade nas idades mais jovens que diminuiu em Portugal. Nas idades superiores, tal também se verificou, pelo que, entre 1970 e 2017, a esperança de vida aos 65 anos passou, no caso dos homens, de 12,2 anos para 17,6 anos e, no caso das mulheres, de 14,6 anos para 20,9 anos (Anexo 4). Esta evolução não significa, contudo, que estejamos perante um fenómeno de aumento da longevidade humana. Com efeito, sempre existiram pessoas longevas em todas as épocas históricas e, mesmo que o limite máximo de vida possa ter aumentado ao longo da história da Humanidade, tudo indica que esse acréscimo, a ter existido, é muito ligeiro. Assim, o que essa evolução da esperança de vida nas idades superior revela, não é que o limite da vida humana esteja a ser ultrapassado, mas que são cada vez mais as pessoas que chegam a idades longevas, ou seja, que cada vez mais pessoas se aproximam da tal fase-limite de longevidade humana, situação que se traduz por uma “rectangularização” das curvas de sobrevivência.

### **3. Envelhecimento Demográfico: Futuro**

No futuro, todos os cenários – mais ou menos optimistas – concordam que a população de Portugal será ainda mais envelhecida do que a actual. O envelhecimento afigura-se, portanto, como um processo inelutável, pelo menos a médio prazo. O cenário central do INE para 2030 (Anexo 5)

não deixa qualquer margem para dúvida em relação ao reforço dos níveis de envelhecimento no futuro. Assim, por exemplo, de 2018 para 2030, o número de pessoas até aos 52 anos diminuirá, a população com 53 ou mais anos aumentará e a idade mediana da população passará dos actuais 44 anos para 49 anos.

E, mesmo que os níveis de fecundidade aumentem no futuro, tal não terá tradução imediata no aumento do número de nascimentos, em virtude de o número de mulheres em idade fértil ser inferior ao do passado, por estas já terem nascido em período de forte contração da natalidade. Com efeito, e de acordo com o cenário ‘central’ do INE (2017), em 2030, as mulheres em Portugal com 15-49 anos (no período fértil) anos poderão ser cerca de menos 378 mil do que em 2017, tendo essa decréscimo particular expressão nas mulheres com idades compreendidas entre os 35 e os 49 anos.

Também não é realista admitir que as migrações estancem o processo de envelhecimento. Para tal acontecer, os saldos migratórios (diferença entre os que entram e os que saem do território) deveriam atingir valores muitíssimo elevados. Por exemplo, um estudo recente (Peixoto et al.: 2017<sup>2</sup>) nota que seria necessário um saldo migratório positivo, em Portugal, superior a 350 mil pessoas ao ano para manter, em 2030, o número de pessoas em idade activa por idoso idêntico ao observado em 2015.

Em suma, no futuro, pelo menos a médio prazo, as margens de incerteza em relação à evolução da estrutura etária não são grandes. Portugal estará, por certo, mais envelhecido que hoje.

#### **4. Envelhecimento: Sociedade**

Imaginar o futuro, não significa transpor de forma simplista a realidade que hoje se conhece para outra escala temporal. O futuro não reproduz o presente, tal como o presente não reproduz o passado. Há todo um mundo novo, mais tecnológico, robotizado e digitalizado, que se configura e os idosos de amanhã não serão um decalque, em ampliado, dos idosos de hoje. Por exemplo: esperarão viver mais tempo; serão mais qualificados; contarão com estruturas de apoio familiar mais reduzidas; estarão habituados a consumos mais diversificados; estarão mais próximos das novas tecnologias; serão mais conectáveis; viverão num mundo mais digital e avançado tecnologicamente; etc..

<sup>2</sup> Cf. *Migrações e sustentabilidade demográfica: Perspectivas de evolução da sociedade e economia portuguesas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Apesar de todas as mutações sociais expectáveis e de existirem fortes razões para celebrar o envelhecimento demográfico, se se atender às causas que estão na origem deste processo, são frequentes os sinais de angústia e de mal-estar, parecendo que, se a população não envelhecesse, tudo estaria bem melhor na sociedade. Nada de mais enganador. Tal significaria um retrocesso social, traduzido em recuos dos tempos médios de vida, com consequências indesejáveis, tanto em termos sociais como individuais.

Pela prática inelutabilidade do processo de envelhecimento demográfico no futuro a médio prazo, as angústias e inquietações que este processo está a motivar, obrigam-nos a uma reflexão em profundidade sobre a (in)capacidade da sociedade em se adaptar à nova configuração etária da população. Mais do que discussões técnicas-conjunturais sobre o que fazer, é, portanto, tempo de também questionar pseudo-certezas e heranças do passado, que já não servem aos tempos actuais e nos impedem de retirar os reais proveitos desta evolução da estrutura etária. A começar pelos princípios que nos comandam, herdados de um tempo que nada tem a ver com o presente e muito menos com o futuro, como é o caso:

- a) da organização do ciclo de vida em três fases estanques – formação, trabalho e reforma/lazer – esquecendo que o envelhecimento individual é um processo contínuo e não segmentado em etapas frequentemente balizadas por critérios etários. Porquê essa insistência no modelo do ciclo de vida em três etapas? Porquê limitar o essencial da formação às primeiras idades, quando sabemos que ela é importante ao longo da vida e que muitos dos saberes que se aprendem quando se é novo rapidamente se desactualizam; ou manter a ideia do trabalho concentrado numa idade central, quando o trabalho desempenha um importante papel de valorização social do indivíduo; ou continuar a pensar que o descanso deve ficar reservado para as idades superiores?
- b) do uso da idade cronológica enquanto apontador do valor social de uma pessoa, como se cada pessoa não fosse diferente de uma outra, ou que, a partir de certa idade, qualquer contributo que se pretenda continuar a dar para a sociedade é dispensável. Porquê tal interesse baseado na idade cronológica da pessoa, se sabemos que cada indivíduo é irrepetível e que o envelhecimento individual é marcado, não apenas pelo ano de nascimento, mas também pelas idades biológica, psicológica e pelo tempo/contexto de sociedade em que vive?



## 5. Envelhecimento: Negações

Apresentamos, em seguida, quatro interrogações associadas ao envelhecimento, as quais servem de simples ilustrações, em quatro áreas diversas – Saúde, Gerações, Economia e Demografia –, de construções sociais negativas associadas a este processo.

a) *Envelhecer é uma doença?*

Envelhecer não é uma doença, quer para o indivíduo, quer para a sociedade. É, aliás, por precisamente envelhecer não ser uma doença que são os países mais avançados, do ponto de vista médico e sanitário, que apresentam maiores níveis de envelhecimento demográfico. Contudo, tal não significa que o aumento do número médio de anos de vida associado a esse processo de envelhecimento se faça acompanhar, necessariamente, de um aumento equivalente do número de anos com saúde e qualidade de vida.

b) *Envelhecer é um assunto que só diz respeito à última fase do ciclo de vida?*

Envelhecer não é um assunto que apenas deva ser falado quando se é considerado mais velho. A pessoa humana começa a envelhecer bem antes dos 65 anos, embora, quando se fala de envelhecimento, sejam habitualmente as idades superiores que estão no foco das atenções. O envelhecimento deve, portanto, exigir à pessoa muitas pequenas adaptações durante o decurso de toda a sua vida, e não uma mudança exponencial de forma de viver na fase final desta, bem como implicar as várias gerações e não unicamente as que se encontram nas idades superiores.

c) *O envelhecimento demográfico é contrário ao aumento da produtividade?*

O envelhecimento demográfico não é necessariamente contrário ao aumento da produtividade. No quadro dos países da União Europeia, verifica-se, aliás, uma correlação estatística praticamente nula (0,07) entre a percentagem de pessoas com 65 ou mais anos e a produtividade do trabalho (em PPS) por hora trabalhada (Anexo 6).

d) *O critério ano de nascimento é o mais adequado para medir o envelhecimento demográfico?*

O critério cronológico, vulgarmente usado para medir o envelhecimento demográfico, não tem em conta o facto de as condições de vida presentes em nada serem comparáveis com as do passado. A consideração de categorias etárias dinâmicas, de acordo, por exemplo, com a esperança de vida remanescente, ou seja, em fun-

ção, não do número de anos que uma pessoa tem ou viveu, mas da sua «idade prospectiva», é a alternativa para as métricas estatísticas permitirem comparações realistas entre tempos de sociedade diferentes. Em Portugal, a esperança de vida aos 15 anos e aos 65 anos em 1960 equivalem, respectivamente, aos 24 anos e aos 72 anos<sup>3</sup> actuais. A utilização desse critério prospectivo, para além de ser mais adequado, que o critério cronológico, para o propósito de medição do envelhecimento demográfico, também permitiria, por exemplo, concluir que em Portugal, de 1960 a 2017, a população envelheceu muito menos do que o que se pensa ou diz (Anexo 7).

## 6. Consideração final

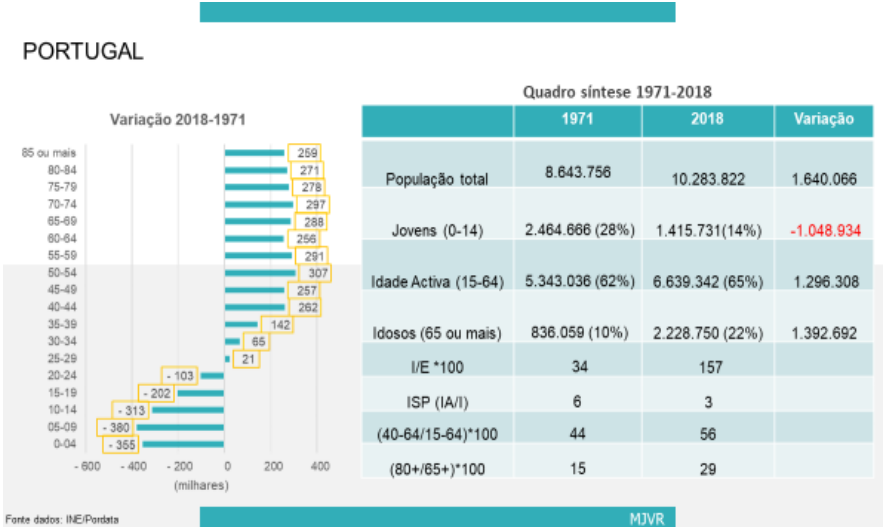
Evitar que o futuro nos traga surpresas indesejáveis passa por compreender as tendências em curso, não negar o expectável, deixar de procurar paliativos para esconder as manifestações demográficas em curso e parar de procurar argumentos de negação ao processo de envelhecer.

Nesta Era de mudanças sociais aceleradas, e tal como o afirmou A. Einstein *A medida da inteligência é a capacidade de mudar.*

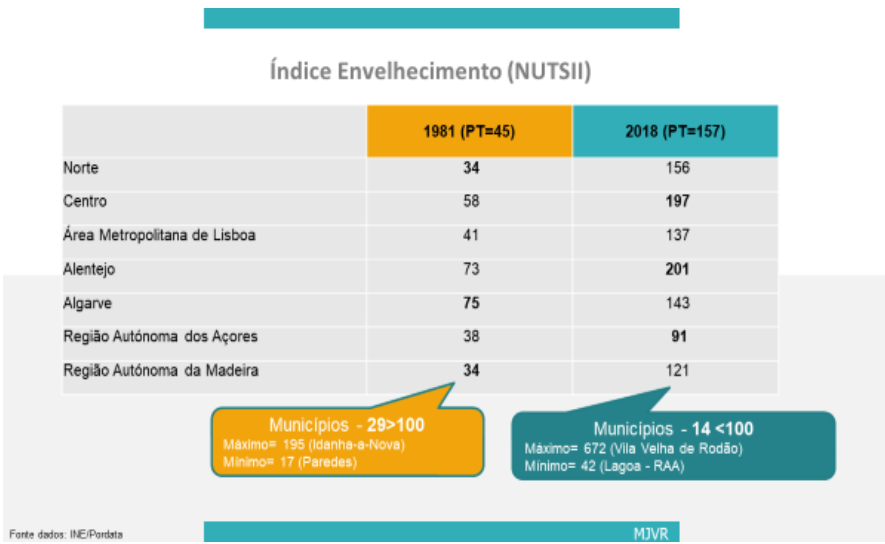
<sup>3</sup> Cf. ROSA, M. J. V., “Envelhecimento demográfico e desenvolvimento social” in *Ética Aplicada: Protecção Social*, Edições 70 – Grupo Almedina, pp.301-321, 2017.

# Anexos

## Anexo 1

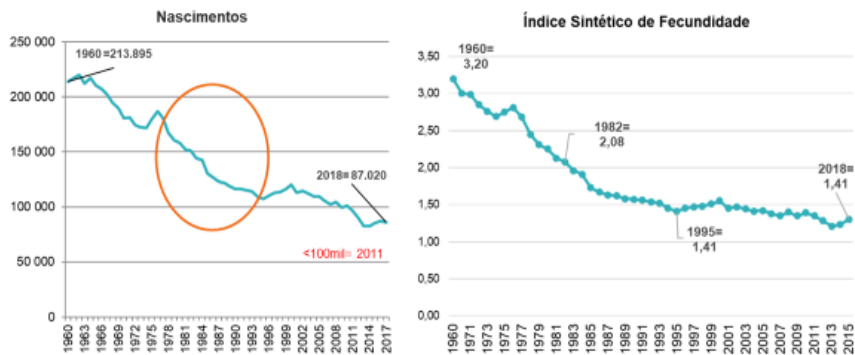


## Anexo 2



## Anexo 3

## Natalidade/Fecundidade

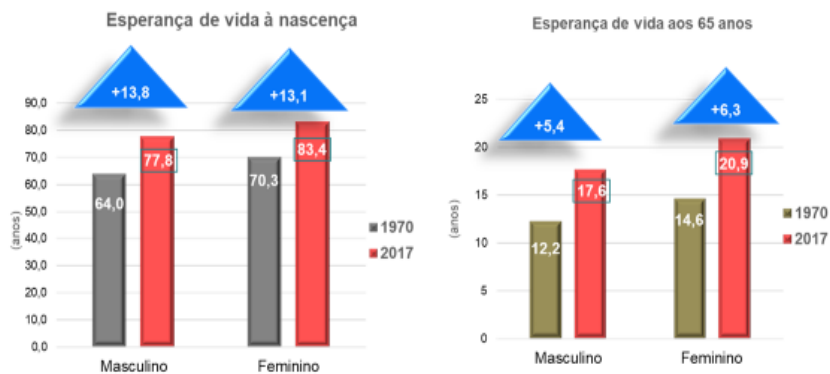


Fonte dados: INE/Pordata

mjr

## Anexo 4

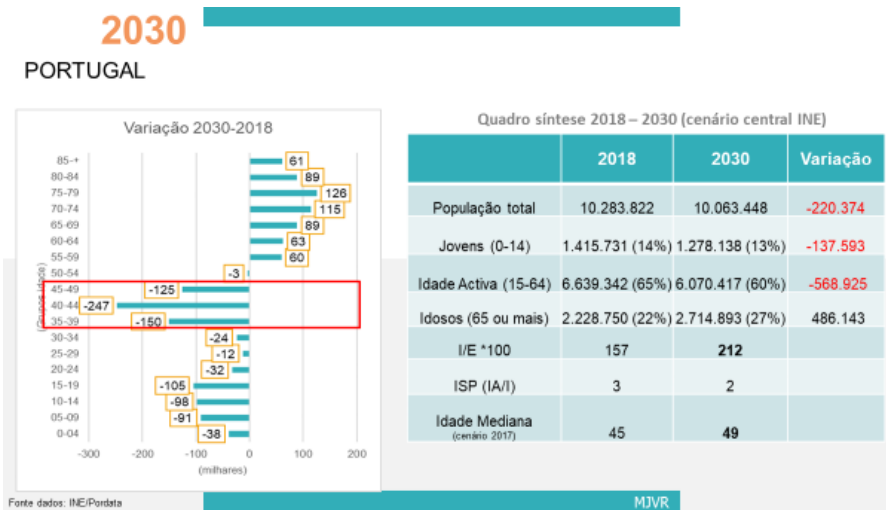
## Mortalidade



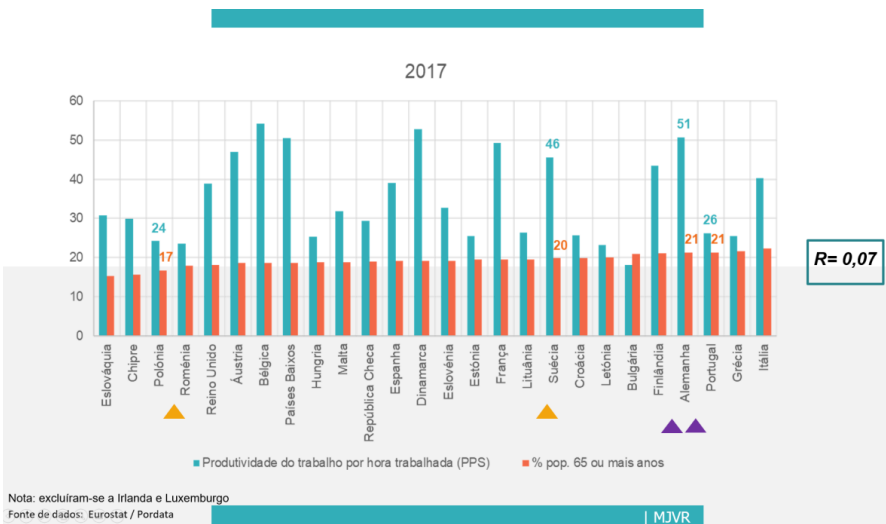
Fontes: IBGE/Pordata

mjr

Anexo 5



Anexo 6



## Anexo 7

1960 - idade	Esperança de vida	2017 - idade	
15 anos	57 anos	24 anos	+ 9
65 anos	14 anos	72 anos	+ 7

***Deflator: esperança de vida***

	1960	2017		2017
Jovens (menos de 15)	29%	14%	Jovens (menos de 24)	23%
Idade activa (15-64)	63%	65%	Idade activa (24-71)	63%
Idosos (65 ou +)	8%	21%	Idosos (72 ou +)	14%
IE (I/J*100)	27	153	IE (I/J*100)	55
ISP (IA/I)	7,9	3,0	ISP (IA/I)	4,9

Fonte dados: INE/Pordata

MJVR



# Envelhecimento, longevidades desiguais e justiça entre gerações

AXEL GOSSERIES\*

*Para a Rosalina*

**Resumo:** Neste texto, exploramos – num contexto de envelhecimento – a possibilidade de determinar se, e por que, pode a taxa de contribuição de um sistema de pensões ser injustamente alta. Essa é só uma janela que permite olhar, de maneira mais geral, para os problemas principais de justiça inter-geracional que o envelhecimento das nossas populações coloca. Seguiremos três passos. Começamos com uma população de longevidade alta mas sem heterogeneidade de longevidades. Depois introduzimos desigualdades de longevidade *dentro* de cada geração. Finalmente, olhamos para um mundo onde a longevidade da nova geração é mais alta do que a da geração anterior. Na ausência de heterogeneidade de longevidade, torna-se complicado pro-

\* Fonds de la Recherche Scientifique (Bruxelas) e Universidade de Louvain (Louvain-la-Neuve, Bélgica) Chaire Hoover d'éthique économique et sociale/ISP. O autor quer agradecer em particular o apoio financeiro da Agency of the Czech Academy of Sciences através do projeto 'Taking age discrimination seriously' (grant ID: 17 – 26629S) concedido ao Institute of State and Law of the Academy of Sciences of the Czech Republic, Centre for Law and Public Affairs (CeLAPA), criado através de subsídios para desenvolvimento conceptual de longo-prazo (RVO: 68378122). Também beneficiou do financiamento do projeto ARC "sustainable, adequate and safe pensions" (2018-2023). Muito obrigado ao Manuel Valente pela grande ajuda linguística e aos P.-A. Deproost, Ph. Hambye, G. Ponthière, V. Vandenberghe e F. Vandeschrick. Este texto é uma versão revista e aumentada do texto apresentado no CES em Coimbra (por videoconferência) no dia 6 de Junho 2019.



por razões significativas para nos preocuparmos com uma taxa de contribuição excessivamente alta para os ativos. Isso tem a ver com a necessidade de levar a sério a intuição – frequente e plausível – de justiça distributiva *entre vidas inteiras*. Uma vez que introduzimos a heterogeneidade de longevidades, a preocupação de justiça entre pessoas de vida curta e longa acaba por ter um papel essencial. E mostramos que, surpreendentemente, o envelhecimento populacional *atenua* este problema em vez de o reforçar.

**Palavras-chave:** envelhecimento, justiça entre gerações, justiça cleronómica, justiça parentiarcial, obrigações ascendentes, igualitarismo em vidas inteiras, taxa de contribuição, taxa de dependência, longevidade heterogênea

## Introdução

1. O objetivo desta intervenção é esclarecer a natureza de alguns problemas de justiça económica e social. O nosso foco vai ser específico em quatro sentidos. A dimensão da justiça sobre a qual vamos concentrar-nos é a da justiça *distributiva* – em vez de, por exemplo, a justiça corretiva ou a justiça no sentido judiciário da palavra. O domínio vai ser o da justiça distributiva entre *gerações* – em vez do da justiça distributiva entre géneros ou entre residentes de países diferentes. O tema vai apenas cobrir as questões de justiça distributiva entre gerações que o *envelhecimento* das nossas populações levanta – em vez, por exemplo, dos problemas de justiça climática entre gerações. Dentro desta temática, vou concentrar-me mais especificamente na dimensão das interações *formalizadas* pelos sistemas de segurança social e de educação, em vez de olhar também para as dimensões absolutamente cruciais das relações informais dentro da família ou entre amigos. Estas quatro restrições do domínio desta contribuição não refletem qualquer julgamento sobre a importância relativa das dimensões escolhidas. Apenas refletem as limitações da mente humana e a necessidade de olhar para a complexidade do mundo com um pouco de paciência.

2. Este texto também pressupõe que, tratando de questões económicas e sociais importantes, o debate democrático tem de identificar os princípios normativos que podem *justificar* as nossas políticas públicas. Sem isso, existe um maior risco de tomar decisões arbitrárias sem referência a qualquer preocupação de imparcialidade ou de solidariedade. Identificar tais princípios necessita de uma formulação precisa, aplicada ao assunto de

que estamos a tratar, que seja mais do que a mera invocação de palavras gerais do género “igualdade”, “liberdade” ou “reciprocidade”. Temos de ir buscar as nossas intuições morais mais profundas, tentar formular as nossas convicções com as palavras o mais adequadas possível e com clareza suficiente para permitir um diálogo com os que têm de partilhar a nossa vida social no dia-a-dia. Temos também de confrontar as nossas ideias com implicações possíveis noutras áreas para verificar se são coerentes, e também pensar se elas poderiam funcionar como princípios políticos, ou seja, princípios que uma sociedade pluralista poderia e deveria *impor* a todos nós. Um pressuposto filosófico importante é que é *possível argumentar* nesta área de maneira rigorosa e que é *necessário dialogar* coletivamente sobre essas convicções, buscando uma formulação do que o interesse geral exige em determinadas áreas.<sup>1</sup>

3. Como introdução, queria insistir nalgumas distinções importantes. Em primeiro lugar, parece-me essencial que não nos deixemos enganar pela noção de *envelhecimento*. Mesmo estando conscientes de que falamos do envelhecimento *populacional*, a palavra, em português – como em muitas outras línguas – tem conotações potencialmente enganadoras. Em inglês, “envelhecimento” não se traduz por “olding” mas por “aging”. Ao contrário de “envelhecer”, “avançar em idade” conota a mudança de idade *sem* referir uma etapa específica da nossa vida, ou seja, a *velhice*. Coloca a ideia de a nossa população estar a avançar em idade, sem necessariamente ter uma idade avançada.

Porque será que isso tem alguma importância? Tecnicamente, o envelhecimento populacional refere-se ao *aumento* da idade *cronológica média* de uma população ao longo do tempo. Isso deixa muitas coisas abertas que podiam ser confundidas com ele. O aumento da idade cronológica média de uma população num certo momento não implica necessariamente um aumento proporcional da idade *biológica média* ou da idade *económica média* das pessoas. A relação entre o envelhecimento cronológico e o envelhecimento sanitário ou produtivo é complexa. Se temos a tendência a associar o termo “velhice” a uma capacidade fisiológica ou produtiva reduzida, a noção de “envelhecimento” pode estimular confusão a este nível. Até um certo ponto, é possível ter um *aumento* da idade cronológica média da popu-

<sup>1</sup> Sobre a metodologia do equilíbrio reflexivo: Daniels (2003)

lação e ao mesmo tempo uma *diminuição* da proporção dos pensionistas em relação à população ativa, ou também uma *redução* da morbilidade, ou seja, da proporção da população com alguma incapacidade física ou intelectual significativa (Ponthière, 2017: 17-26).

O envelhecimento das nossas populações tem também várias *causas* que aparecem e se juntam de várias maneiras ao longo do que se chama a “transição demográfica” (Ponthière, 2017: 35). Pode ser determinado pela combinação de uma baixa mortalidade infantil, da diminuição da natalidade, da redução da mortalidade nas idades mais avançadas – ou até da emigração da juventude. No caso do envelhecimento resultar exclusivamente da redução da fecundidade, a população vai envelhecer sem que a proporção dos que atingem uma idade avançada aumente de maneira alguma.

Agora, se o fator principal do aumento da população, na nossa fase atual de transição demográfica, é o *aumento da longevidade*, poderia fazer sentido falar neste caso do “alongamento” em vez do “envelhecimento” das nossas populações. Isso permitiria não pensar sistematicamente que um alongamento tem de acontecer sempre pelo aumento de uma das suas *extremidades*. Se as nossas vidas são mais “longevas”, não há razão para pensar que isso vai somente implicar um aumento da duração da *última* parte da nossa vida, ou seja, a duração da nossa velhice. Quando aumentamos o comprimento de um comboio, podemos adicionar carruagens de passageiros à frente, mas também atrás, ou até inserir uma carruagem-restaurante no meio. Distinguir o envelhecimento cronológico do envelhecimento biológico ou económico convida-nos precisamente a olhar para as coisas desta maneira. Como dito antes, existe a possibilidade de que um *aumento* da idade cronológica média seja associado com uma *redução* da última fase da nossa vida, ou seja a velhice. Pode então haver envelhecimento da população no sentido cronológico associado a um rejuvenescimento da população nos sentidos biológico ou económico. Por isso, falar de “alongamento” ou de “avanço em idade” em vez de “envelhecimento” das nossas sociedades é mais iluminante. Contudo, no resto do texto, vou continuar a usar “envelhecimento” por razões de mera lisibilidade.

4. Também me parece importante insistir mais um pouco na diversidade dos domínios da justiça que o envelhecimento populacional coloca. O facto de se tratar de uma série de fenómenos com uma dimensão intergeracional saliente não significa que as outras dimensões estejam ausentes

ou sejam insignificantes. Como dito, a delimitação do nosso objeto apenas reflete a necessidade de focar a nossa atenção, nada mais. Por exemplo, existem desafios relacionados com a *justiça entre géneros* ligados ao envelhecimento. Dois fenómenos são relevantes neste sentido. O papel de cuidador informal das pessoas dependentes continua, em vários países, a ser suportado maioritariamente pelas mulheres. Há também uma esperança de vida diferente entre homens e mulheres, o que, em si, coloca questões de justiça: por exemplo, ao nível dos direitos e obrigações inscritos nos sistemas de pensões de reforma. Isso também coloca alguma complexidade que deveria ser esclarecida, tanto a nível dos princípios normativos, como a nível empírico. Por exemplo, será que o facto de haver uma maior proporção de cuidadoras informais pode ser “compensado” pelo facto de mais mulheres beneficiarem de um tal cuidado por causa da sua maior longevidade? Responder a uma tal pergunta necessita de dados e de princípios.

Além das questões de justiça entre géneros, também existem desafios a nível de *justiça global*. Os fluxos migratórios podem ajudar a responder ao envelhecimento. E, em si, tais fluxos podem ter efeitos positivos em termos de justiça global (Docquier & Rapoport, 2012; Gosseries & Zwartthoed, 2016). Mas eles colocam questões acerca dos efeitos na desigualdade de riqueza entre – e dentro – dos países de origem e países de destino. O mero facto de Portugal ter uma esperança de vida à nascença de 81 anos enquanto, Angola só atinge os 62 anos (World Bank, 2017) também coloca um problema de justiça.

Vamos então deixar de lado uma parte dos problemas de justiça que o envelhecimento populacional coloca. Vamos também deixar de lado outras dimensões filosoficamente pertinentes, que têm a ver com as consequências da alta longevidade e do envelhecimento populacional. Estou a falar dos efeitos potenciais do envelhecimento em termos da centralidade do trabalho nas nossas sociedades, em termos da substituição de homens por máquinas, em termos da nossa relação com a doença e a morte, etc. Estas dimensões são centrais nas nossas vidas, e pertencem principalmente às nossas concepções de vida boa, que indiretamente também colocam questões de justiça.

Na verdade, vamos concentrar-nos sobre a dimensão de justiça entre as gerações. E o que vai acabar por ter um papel central a este nível é a justiça entre pessoas de vida curta e de vida longa. Vou tentar mostrar como é que a abordagem, em termos de justiça entre gerações, do envelhecimento

populacional nos traz uma versão particular de um problema geral – já presente também no caso das diferenças entre homens e mulheres ou entre Portugal e Angola – isto é, o problema da *longevidade diferenciada*. Este vai acabar por ser o nosso desafio central em termos de justiça. E o que vai nos interessar é perceber o porquê.

5. Finalmente, é importante distinguir três dimensões relacionadas com o conceito de *geração*: a coorte de nascimento, o grupo etário e o grupo periódico, ou seja, o grupo que partilha um determinado período de tempo. Um dos desafios principais, olhando para o problema do envelhecimento populacional, é perceber a importância relativa das desigualdades entre coortes de nascimentos, entre grupos etários e entre grupos periódicos, ou seja a importância no sentido da relevância do ponto de vista normativo.

Filosoficamente, estamos preocupados com desigualdades entre pessoas. Neste sentido, temos de tentar compreender se as desigualdades entre dois grupos de idade diferentes num período único, por exemplo entre jovens adultos e reformados num determinado ano, têm qualquer importância do ponto de vista normativo. Na mesma linha, temos também de tentar perceber se desigualdades entre dois períodos de tempo, ou seja meras oscilações de riqueza através de períodos sucessivos, afetando todos os grupos etários e todas as coortes de nascimento em cada período, têm importância em termos de justiça.

Por agora, que fique em mente o facto de que temos a tendência, no dia-a-dia, de utilizar o conceito de geração para referir – às vezes sem notar a origem do significado – dois, e não três – tipos de grupos diferentes: a coorte de nascimento e o grupo etário. O primeiro designa qualquer pessoa que *nasceu* num período *x*. À medida que vamos envelhecendo, a nossa coorte de nascimento torna-se cada vez mais *pequena* até o seu último representante morrer. Por outro lado, os grupos etários são mais permanentes no sentido que muitos deles têm sempre alguns representantes vivos, a qualquer momento da história. Por exemplo, o Presidente Rebelo de Sousa pertence hoje ao grupo etário das pessoas de 71 anos, ao qual também pertencia o Miguel Torga, em 1978, e a Amália Rodrigues, em 1991. Finalmente, o grupo periódico é o grupo de pessoas que partilham um determinado período. Os seus membros podem ter várias idades e terem nascido em vários anos. Como a coorte de nascimento mas ao contrário do grupo etário, trata-se aqui de um grupo efêmero. Como o grupo etário

mas ao contrário da coorte de nascimento, o grupo periódico não cobre a vida inteira dos seus membros.<sup>2</sup>

Quando falamos de envelhecimento populacional, pode ser que tenhamos a tendência para pensar logo em termos de justiça entre *grupos etários*, no caso de pensarmos na velhice de uma pessoa, como referido antes. Mas vamos ver que a dimensão da justiça entre *coortes de nascimento* é fundamental, não só por via da sua maior centralidade nas teorias da justiça em geral, mas também da sua relevância para o envelhecimento populacional em si.

6. O texto vai seguir uma estrutura em três movimentos. Por razões de claridade, vamos começar com um mundo simplificado. Depois, a cada um dos passos, vamos mudar *uma* dimensão. A ideia é chegar ao fim com uma descrição realista do problema do envelhecimento populacional, da mesma maneira que uma massa folhada vai surgindo à medida que vamos juntando folhas. Uma descrição que não desconhece as várias componentes centrais permite-nos ver qual o papel de cada uma das folhas da massa folhada do ponto de vista da justiça distributiva. A ideia por detrás desta estrutura de três partes é a de mostrar que os desafios centrais de justiça intergeracional que uma sociedade em fase de envelhecimento enfrenta já estão presentes numa situação *sem* envelhecimento. Enquanto que o envelhecimento, no sentido estrito, aparece só no terceiro movimento, já existem preocupações de justiça entre gerações nos dois primeiros momentos.

Vamos então começar com uma população de alta longevidade, sem essa longevidade variar hoje ou através do tempo. Nesta sociedade, não existem diferenças de longevidade entre homens e mulheres, entre pobres e ricos, entre gente do Norte e do Sul, do litoral e do interior, etc. E também não temos uma longevidade diferente na geração precedente ou na seguinte, nem observamos variação das outras fontes possíveis do envelhecimento populacional (diminuição da natalidade, emigração dos jovens,...). O que importa aqui é que a longevidade é *alta*, nada mais (Secção 1).

A seguir, vamos introduzir a dimensão da desigualdade de longevidade *dentro* de cada geração, mantendo, nesta segunda fase, a hipótese de trabalho de uma longevidade média constante *através* das gerações. Não importa se os “mundos” descritos em cada uma das duas primeiras etapas são possíveis na vida real. O que importa é a sua capacidade de clari-

<sup>2</sup> Sobre essas distinções em relação ao diagrama de Lexis: Vandeschrick (2001)

ficar a natureza dos desafios normativos que o nosso mundo real, ou seja, a nossa sociedade portuguesa a envelhecer hoje em dia, tem de enfrentar. Nesta segunda etapa, vamos conseguir ver como é que o problema de justiça central entre as gerações já surge com longevidade alta e diferenciada, ainda que não haja envelhecimento nenhum.

Só no último passo do nosso raciocínio é que vamos introduzir o envelhecimento, ou seja, o facto de duas coortes de nascimento sucessivas terem longevidade crescente (Secção 3). Para regressar à ideia de um “alongamento” da população sugerida antes, as nossas três etapas correspondem, respetivamente, a uma população uniformemente alongada (1), a uma população heterogeneamente alongada dentro de cada coorte de nascimento sucessiva (2), e, finalmente, a uma população heterogeneamente alongada que se torna cada vez mais alongada ao longo do tempo (3).

### 1. Longevidade alta e igualdade entre vidas inteiras

7. Iniciamos a nossa pesquisa, imaginando um mundo com longevidade alta. Não existem desigualdades significativas de esperança de vida dentro de cada geração neste mundo, nem aumento de longevidade entre as gerações sucessivas. A longevidade alta coloca questões importantes de justiça distributiva. Uma delas tem a ver com o efeito da alta longevidade sobre as desigualdades de riqueza. Existe uma hipótese plausível neste sentido, baseada nos efeitos sobre a herança (Ponthière, 2017: 83). A ideia é que quanto maior for a nossa esperança de vida, maior será a nossa tendência a poupar – efeito de horizonte. No caso de mortalidade accidental, isso significa que os herdeiros vão herdar *mais* do que numa sociedade de longevidade curta. Em cima de isso, como uma sociedade de alta longevidade tem tendência a reduzir a frequência de morte prematura, uma tal situação de herança accidental cedo na vida das pessoas vai ser *menos frequente*. Então, vão ser cada vez *menos* pessoas a beneficiar cada vez de heranças *mais* elevadas. Apesar de isso ter claramente efeitos intergeracionais e de ser uma problemática muito pertinente do ponto de vista da justiça distributiva, não nos vamos concentrar aqui nisto. Porque não coloca tecnicamente uma dificuldade de justiça *entre* duas gerações, mas uma dificuldade que gera desigualdades *dentro* da geração seguinte, ou seja, que transmite desigualdades *através* das duas gerações.

8. A nossa pergunta inicial vai ser de perceber o que um grupo etário deve ao outro. Aqui, vamos focar-nos nas obrigações de justiça entre a geração “ativa” e os “reformados”, deixando de lado as obrigações de justiça da geração ativa em relação aos jovens. Uma maneira de formular o problema é a seguinte:

**P1:** Será que existe um argumento de justiça contra uma taxa de contribuição *alta* num mundo *sem desigualdades* de longevidade?

**P2:** Será que existe um argumento de justiça contra uma taxa de contribuição *alta* num mundo *com desigualdades* de longevidade?

**P3:** Será que existe um argumento de justiça contra uma taxa de contribuição *alta* e *crescente* num mundo *com* desigualdades de longevidade?

9. Começamos com a pergunta P1, deixando as duas outras para as secções seguintes, ou seja para os dois outros momentos do texto. Para responder à primeira pergunta (P1), temos que definir duas coisas. Em primeiro lugar, é preciso definir a noção de “taxa de contribuição”. A taxa de dependência aumenta quando a proporção de pessoas “dependentes” aumenta em relação à população ativa. Em geral, uma sociedade com longevidade mais alta tem tendência a ser associada a uma taxa de dependência maior. Isso é plausível, apesar do facto de depender muito da estrutura do mercado laboral e das políticas de saúde. Até porque o facto de poder ficar ativo com uma idade avançada irá depender muito de tais políticas públicas.<sup>3</sup>

Quando a taxa de dependência aumenta, o que esperamos da população ativa também tem tendência a aumentar, por exemplo, através de uma imposição mais alta no salário bruto. Por isso, numa sociedade mais longeva, com uma taxa de dependência mais alta, a taxa de contribuição tem tendência a ser mais alta. Podemos contemplar a evolução possível dos sistemas de pensões de reforma como exemplo paradigmático.

Em segundo lugar, temos de avaliar (ou ver) se uma taxa de contribuição mais alta pode ser mais *injusta* do que uma taxa mais baixa. A maioria das filosofias políticas preocupa-se com alguma forma de igualdade, por exemplo com a ideia minimalista da igualdade perante a lei, que nos pro-

<sup>3</sup> Ver Ponthière (2017 : 17-26)



tege contra uma aplicação arbitrária da lei. Do ponto de vista de uma teoria normativa da justiça, um elemento crucial é a nossa preocupação com as desigualdades *injustas*. Nem todas as desigualdades devem ser injustas. Por exemplo, desigualdades necessárias para melhorar a situação dos mais desfavorecidos podem ser justas. Também desigualdades que traduzem o exercício de responsabilidade das pessoas podem ser justas.<sup>4</sup>

10. O que nos importa aqui é diferente. Tem a ver com uma dimensão específica da nossa preocupação com a igualdade. Muitas vezes, não ficamos preocupados com desigualdades instantâneas desde que tais desigualdades não se traduzam ao nível de desigualdades *entre as vidas inteiras* das pessoas. Por exemplo, numa sociedade onde toda gente tem uma vida de longevidade igual, excluir os adolescentes do direito ao voto até aos 18 pode não provocar desigualdade de poder político nenhuma, considerando o poder eleitoral cumulado numa vida inteira e o facto de que todos iremos enfrentar a mesma restrição. Por detrás deste tipo de raciocínio, há uma ideia de igualdade entre *vidas inteiras*. Falta aqui o espaço para oferecer um tratamento completo da intuição.<sup>5</sup> Mas podemos formular a intuição aproximadamente da maneira seguinte:

### **Igualitarismo em vidas inteiras**

Desigualdades momentâneas só importam do ponto de vista da justiça se resultarem em desigualdades cumuladas na vida inteira das pessoas. Não é possível avaliar uma desigualdade momentânea sem conhecer a distribuição do que importa – por exemplo, as oportunidades de bem-estar – entre duas pessoas durante a vida inteira delas.

Pode haver formas mais ou menos fortes de formular esta intuição das “vidas inteiras”. Para algumas delas, desigualdades entre vidas inteiras são as *únicas* que importam. Para outras, desigualdades momentâneas também têm importância apesar de serem *menos* importantes do que desigualdades entre vidas inteiras.

<sup>4</sup> Para uma introdução ao igualitarismo: Arneson (2002); Arnsperger & Van Parijs (2004, Cap. 4); Cardoso Rosas (2013, Cap. 2)

<sup>5</sup> Ver McKerlie (2012), Gosseries (2014)

11. Juntando a ideia de uma taxa de contribuição alta e a intuição de um igualitarismo entre vidas inteiras, o desafio é o seguinte. Algumas pessoas podem ficar com a impressão de que, numa sociedade com muitos idosos, a taxa de contribuição imposta ao grupo etário “ativo” é injustamente alta. No entanto, em que sentido pode ser injusta se esta taxa for imposta a todos da mesma maneira quando se tornaram ativos? Dito de outra forma, qual pode ser o problema de justiça, numa tal sociedade com longevidade homogênea e constante, com uma distribuição igual das oportunidades de bem-estar que torna a nossa vida ativa um pouco mais pesada e a nossa velhice menos pesada, dado que toda gente acaba por beneficiar do mesmo tratamento, sem necessariamente resultar em nenhuma desigualdade entre vidas inteiras? Será possível preocuparmo-nos com a possibilidade de uma taxa de contribuição injustamente alta ou podemos descansar e aceitar qualquer taxa de contribuição? Vamos olhar para duas pistas principais.

12. A primeira pista possível é a seguinte. No caso que nos interessa, o igualitarismo em vidas inteiras coloca um desafio aos que se preocupam em definir um nível justo de transferência *ascendente* – como é o caso quando estamos a pensar definir uma taxa de contribuição justa para financiar um sistema de pensões. O que a abordagem em termos de vida completa sugere é de, pelo menos, olhar para as transferências *ascendentes* de maneira cumulada durante as nossas vidas. Dito isto, será que conseguiríamos dizer algo mais preciso em termos de exigências de justiça a partir da inserção destas transferências *ascendentes* numa teoria *geral* das obrigações intergeracionais? Podia ser interessante, porque parece pouco plausível decidir se uma transferência específica é justa sem olhar para a multiplicidade das nossas outras interações. Uma distinção-chave neste sentido consiste em separar transferências *ascendentes* e *descendentes*.<sup>6</sup>

Uma transferência *ascendente* – ou para trás – é uma transferência que vai de uma geração mais nova na direção de uma geração mais velha. Uma transferência *descendente* – ou para a frente – é uma transferência que vai de uma geração mais velha na direção de uma geração mais nova. Podemos ter a impressão de as obrigações ascendentes terem mais a ver com obrigações entre grupos de idade, enquanto que as obrigações descendentes

<sup>6</sup> Sobre esta distinção no contexto específico da reciprocidade intergeracional: Gosseries (2009, sect. I)

têm mais a ver com obrigações entre coortes de nascimento. Mas não tem de ser o caso. Podemos perfeitamente ver as transferências ascendentes como parte das obrigações entre coortes e podemos olhar para algumas das obrigações descendentes como obrigações entre grupos etários, por exemplo, quando pensamos nas obrigações dos adultos para com as crianças.

Uma teoria *geral* de justiça entre gerações tem tendência a ter no seu coração as nossas obrigações *descendentes entre, para com e em termos de* coortes de nascimento. Por exemplo, uma teoria possível consiste em exigir, de cada geração, transmitir à geração seguinte não menos do que ela herdou da geração precedente, no total.<sup>7</sup> Isso vai incluir a quantidade de recursos naturais, a qualidade do nosso sistema educativo, a eficiência das nossas tecnologias, a resiliência das nossas instituições democráticas, a riqueza do nosso património arquitetónico, a beleza das nossas paisagens, etc. Imaginamos que seja possível avaliar isso tudo com uma métrica única – do género “o potencial de bem-estar” que tudo isso representa. Deixando complexidades de lado, podemos pensar numa situação de uma geração que herdou um valor de 1000 unidades das gerações precedentes – por exemplo de “potencial de bem-estar”. Ela deve pelo menos 1000 unidades à geração seguinte.

13. O problema é que, em si, uma tal teoria das obrigações descendentes entre coortes de nascimento não diz *nada* sobre as nossas obrigações ascendentes, por exemplo, sobre a taxa de contribuição que será justo exigir aos nossos filhos. Até o facto de efetuar uma *consolidação* das nossas transferências descendentes e ascendentes não mudaria nada disso. Por exemplo, se os nossos pais nos transmitem 1000 unidades no total e nós passamos-lhes 10 unidades durante a sua velhice, pode significar que só temos de transmitir 990 unidades aos nossos filhos. Mas isso não nos diz nada sobre o que *devemos* transmitir aos nossos pais quando eles são velhos. Apenas significa que as transferências ascendentes que nós *escolhemos* efetuar podiam mudar as nossas obrigações para com os nossos filhos. Para uma tal visão consolidada, quanto mais fazemos para os nossos pais, menos devemos aos nossos filhos.

Podemos então referir que a definição do que *devemos* aos nossos pais não pode ser simplesmente *derivada* da nossa visão sobre as obrigações des-

<sup>7</sup> Ver Gosseries (2008, 2011 e 2016)

centes para as nossas vidas completas. O que *fazemos* para os nossos pais pode *afetar* o que, no fim, *devemos* aos nossos filhos, se acreditarmos na tese da consolidação. Mas a natureza e intensidade das nossas obrigações ascendentes e descendentes devem ser definidas de uma maneira parcialmente independente uma da outra. Isso significa que, de uma certa maneira, é complicado chegar a uma teoria da justiça intergeracional *integrada* com um critério único para transferências ascendentes e descendentes.<sup>8</sup> E para o que nos interessa mais precisamente, ou seja, um critério para definir uma taxa de contribuição justa, voltamos então quase à estaca zero.

14. A nossa segunda pista volta então a focar-nos nas transferências ascendentes. Na realidade, é uma família de *quatro* possibilidades. Olhando só para as obrigações ascendentes, quando contribuímos para as pensões dos nossos pais, esperamos que os nossos filhos também tomem conta das nossas pensões. Faz sentido. Mas o que significa isso precisamente, se queremos definir um nível justo?

A primeira possibilidade consiste num critério “parentiarcal” – em vez de “patriarcal”, que refere exclusivamente à parte masculina dos pais. Consiste em olhar para o que a geração precedente fez para os seus próprios pais, ou seja, para a geração dos nossos avós, e de utilizar isso como padrão. A regra podia ser: “Faz pela geração dos teus pais pelo menos quanto os teus pais fizeram pelos pais deles”. Essa é uma maneira retrospectiva de ver as coisas. Uma maneira prospetiva de ver a abordagem “parentiarcal” consiste em deixar cada geração definir o que ela própria quer receber da geração seguinte durante a sua velhice. Se ela puser mais de lado, vai receber mais no futuro e se ela puser menos de lado, vai beneficiar menos. Às vezes, no caso de pensões “financiadas” – em vez das pensões “PAYG” – podemos ficar com a impressão de que pomos de lado o nosso próprio dinheiro em previsão da nossa velhice, da mesma maneira que quando armazenamos a lenha prevendo um inverno transmontano. E isso pode fazer-nos pensar que não vamos impor nada à geração seguinte. Cada geração parece

<sup>8</sup> Uma outra dimensão muito interessante – que deixamos de lado aqui – tem a ver com o facto de o aumento da longevidade não colocar apenas questões sobre as nossas obrigações ascendentes mas também ter efeitos sobre o que vamos ter tendência a transmitir aos nossos filhos. Isso sugere alguma forma de relação entre transferências ascendentes e descendentes através da longevidade. Sobre a relação entre envelhecimento e crescimento económico, especialmente através da poupança e da educação: Ponthière (2017: 40-60).

tomar conta das suas pensões. Mas isso é esquecer que o valor futuro do nosso dinheiro depende totalmente da atividade económica futura quando chegarmos à idade da reforma. Então, acaba sempre por se impor algo à geração seguinte.

Existem pelo menos duas dificuldades com a abordagem *parentiarcial*. A primeira é que o que os nossos pais fizeram de facto para os pais deles pode ser compatível com uma variedade de regras de justiça possíveis, ou seja regras que tomam ou não em conta a demografia, as flutuações económicas e sociais, a existência de doenças que apareceram na altura, etc. O que eles fizeram não nos ensina automaticamente que regra temos de seguir para as nossas transferências ascendentes.

A segunda dificuldade é a de determinar de onde poderia vir o poder normativo das ações da geração dos nossos pais. O que eles fizeram de facto para os pais deles poderia ser considerado, até por eles próprios, com arrependimento, como insuficiente. Porque é que nos referimos às transferências dos nossos pais para os nossos avós como padrão moral em vez das transferências dos nossos avós para os nossos bisavós, etc.<sup>9</sup>

Uma segunda abordagem possível é “contratualista”. Existiria um contrato entre as gerações sucessivas de tal maneira que cada geração segue a mesma regra que a precedente para satisfazer as suas obrigações ascendentes. Mas, se este contrato é hipotético é só uma técnica intelectual destinada a pôr-nos em condições de representação apropriadas para identificar uma regra substantiva. Mais vale, afinal, formular esta regra diretamente, em vez de insistir sobre o processo hipotético para chegar a ela. Se, pelo contrário, este contrato for um contrato verdadeiro entre pessoas verdadeiras, a dificuldade vem do facto de, quando a geração dos nossos pais

<sup>9</sup> Este problema não acontece tanto na teoria geral das obrigações descendentes entre coortes porque o que herdamos é o stock que resulta dos (não-)esforços *cumulados* de muitas gerações em vez, apenas, da geração precedente. Contudo, é claro que quanto mais aumentamos o potencial destruidor de cada geração, mais nos podemos distanciar de uma teoria da justiça intergeracional que seja cleronómica no sentido estrito de ter apenas como referência o nível herdado da geração que nos precede. Uma solução será olhar para uma *média* do que as *x* últimas gerações herdaram, respetivamente, dos pais delas. Confesso que uma tal versão “multigeracional” podia também atenuar os problemas que a definição parentiarcial das obrigações ascendentes enfrenta. Uma outra possibilidade para a definição das nossas obrigações ascendentes ou descendentes é de se tornar uma teoria não-cleronómica que define o que devemos à geração seguinte independentemente do que herdámos da(s) última(s) geração/gerações. Sobre a justiça cleronómica : Gosseries (2011).

iniciar a cadeia de obrigações sucessivas ascendentes, nós sermos crianças, e as gerações seguintes ainda nem existirem. Neste caso, não faz sentido pensar em termos de *consentimento*. Se precisamos de um critério substantivo para definir o nível justo de transferência ascendente, temos então de ir buscá-lo a outro sítio. Nem a abordagem *parentiarcal*, nem a abordagem *contratualista* resolvem o nosso problema.

15. Uma terceira abordagem para traduzir a preocupação de justiça em relação a uma taxa de contribuição alta, num mundo de longevidade homogênea, é de natureza suficientista.<sup>10</sup> Ela consiste em dizer que, para além das desigualdades como tais, também importa a ideia de não deixar que as pessoas caiam abaixo de um nível de vida definido em termos absolutos; este nível não é influenciado pelo que os nossos pais fizeram ou pelo que nós gostaríamos de fazer para os nossos próprios pais. Uma taxa de contribuição de forma a um determinado grupo de idade viver uma vida sem atingir este nível mínimo, pode resultar numa situação injusta. Na prática, essa preocupação parece-me mais adequada para uma situação com uma taxa de contribuição *baixa* – deixando muitos idosos com poucos recursos – do que com uma taxa de contribuição alta – o que nos interessa aqui.

Existe uma quarta e última fonte de preocupação que tem a ver com a necessidade de respeitar, numa sociedade pluralista, uma certa diversidade de visões da boa vida, inclusivamente preferências em termos de distribuição das nossas atividades ao longo das nossas vidas. Algumas pessoas dão mais valor à música Jazz e outros aos desportos automóveis, à biodiversidade das raças asininas ou ao jogo do Xadrez. Algumas pessoas querem ter uma carreira intensa e curta e outras preferem uma distribuição de trabalho e de lazer mais homogênea ao longo da vida. Todos nós temos uma certa visão do que dá valor à nossa vida e uma teoria de justiça tem de ser capaz de manter uma certa neutralidade entre essas várias visões. Acho que uma taxa de contribuição muita alta durante a vida ativa reduz potencialmente a possibilidade de as pessoas decidirem sobre a distribuição das oportunidades ao longo da sua vida. Algumas preferiam ter uma velhice segura, mesmo que isso implique sacrificar muito a meio da sua vida. Mas outras pessoas preferem distribuir recursos dentro da sua vida de outra maneira, porque têm outro tipo de projetos e valores.

<sup>10</sup> Sobre o suficientismo: Casal (2007), Gosseries (2011b)

16. Chegamos a uma conclusão intermédia: num mundo de longevidade alta e homogénea, levar a sério a intuição do igualitarismo em vidas inteiras torna mais difícil justificar uma oposição a uma taxa de contribuição alta. Ligar a definição das nossas obrigações ascendentes às nossas obrigações intergeracionais descendentes não ajuda muito neste sentido – o que em si é surpreendente e desafiante. Além disso, tanto a abordagem “parentiarcial” como a “contractualista” também não ajudam muito. A preocupação suficientista, apesar de fazer sentido do ponto de vista teórico, não parece capaz de pôr em causa taxas de contribuição que sejam *altas*, enquanto não forem extremas. A preocupação neutralista, ou seja liberal no sentido filosófico, parece mais prometedora. Mas duvido que ela nos possa levar muito longe. No final, temos poucas opções para *definir* uma taxa de contribuição justa num mundo de longevidade homogénea. Será que a situação muda uma vez que introduzimos no nosso mundo simplificado a existência de diferenças de longevidades?

## 2. Longevidade heterogénea e dilema central

17. A nossa segunda pergunta é:

**P2:** Será que existe um argumento de justiça contra uma taxa de contribuição *alta* num mundo *com desigualdades* de longevidade?

Vivemos num mundo com diferenças significativas de longevidade dentro de cada geração – entendida aqui como coorte de nascimento. A longevidade é significativamente heterogénea, não só entre habitantes de países pobres e de países ricos, mas também entre homens e mulheres ou entre pessoas de condições socioeconómicas diferentes dentro de cada país. Do ponto de vista normativo, proponho que tomemos como garantida a dupla ideia seguinte:

### **A vida longa como vantagem**

Em igualdade de circunstâncias, ter uma vida mais longa constitui geralmente uma vantagem e é geralmente uma vantagem muito significativa.

18. Os custos ligados a uma taxa de dependência alta – típica de qualquer sociedade com alta longevidade – podem ser altos, seja em termos de saúde ou de pensão de velhice. Podemos responder a estes custos de várias maneiras. Podemos pensar em termos de benefícios e contribuições, anu-

ais ou cumuladas, na vida inteira das pessoas. Temos assim várias opções, combináveis. Em primeiro lugar, é possível aumentar a carga anual dos que trabalham, com impostos ou taxas de contribuição mais altas, sem aumentar a duração do tempo de contribuição e sem reduzir os direitos dos idosos em termos de pensões ou de acesso a cuidados de saúde. Referimo-nos a isto como “aumento da contribuição anual”. Em segundo lugar, podemos optar pela redução dos benefícios anuais dos idosos. Referimo-nos a isto como “redução dos benefícios anuais”. Em terceiro lugar, podemos escolher aumentar a duração de contribuição. O aumento desta duração pode ser realizado por políticas que adiam a saída do mercado laboral, mas também que aceleram a entrada no mercado laboral.<sup>11</sup> Neste último caso, a ideia não é aumentar constantemente a duração dos estudos superiores *iniciais*, mas distribuir melhor a formação ao longo da vida profissional. Aumentar a quantidade de anos necessários para uma carreira completa significa também uma redução da quantidade de anos sobre os quais uma pessoa vai beneficiar. Se trabalharmos durante mais tempo, vamos também estar reformados durante menos tempo, se a longevidade não aumentar com o tempo. Referimo-nos a isto como “aumento da duração da contribuição” (ou “redução da duração dos benefícios”).

É importante notar uma diferença. Quando falamos de estender a duração de contribuição, ponderamos geralmente uma extensão no fim, ou seja, retardar a saída do mercado de trabalho, em vez de uma antecipação no início desta duração. Quando falamos em reduzir benefícios, consideramos geralmente uma redução da sua duração, ou seja, retardar a aposentação. Agora, existem potencialmente duas outras opções. Podemos acelerar a entrada no mercado laboral para aumentar a duração de contribuição. E será inconcebível também pensar em reduzir alguns dos benefícios no fim da vida das pessoas, como forma indireta de redução da duração dos benefícios? Isto é uma questão muito delicada que vamos deixar de lado.

19. Podemos, nesta altura, apresentar o conjunto de elementos que temos de combinar:

- O igualitarismo em vidas inteiras convida-nos a não nos limitarmos a comparar só desigualdades momentâneas entre grupos de idade.

<sup>11</sup> Vandenberghe & Gosseries (2016)



- A intuição normativa sobre vida longa e o facto de existirem diferenças significativas entre longevidades convidam-nos a levar a sério essas diferenças na avaliação de políticas públicas que enfrentem os desafios de sociedades com alta longevidade.
- Temos uma ementa de três opções principais para responder a uma taxa de dependência alta: aumentar as contribuições, reduzir os benefícios ou trabalhar sobre a duração de ambos: contribuições e benefícios.

20. Parece-me que a combinação destas três considerações implica o seguinte: quando percorremos a ementa de opções – por exemplo, quando se alterar um sistema de pensões de reforma – temos de privilegiar, quando possível, as estratégias *que ponham mais peso nas idades mais avançadas*. Cada vez que aumentamos o peso de uma política nas idades mais novas, prejudicamos mais fortemente os que vão acabar por ter uma vida mais curta do que os outros. Podemos pensar numa pessoa que contribui a vida toda para um sistema de pensões e que morre quando vem a altura de se reformar. Todos os direitos que se ajustam automaticamente consoante o comprimento da nossa vida aumentam as desigualdades entre pessoas de vida curta e de vida longa. Por exemplo, uma prestação mensal ou o facto de o peso do voto não estar ajustado à idade da pessoa, tem este efeito. E quando acrescentamos a isto o facto de as pessoas de vida curta terem também tendência a ser de classes socioeconómicas mais prejudicadas, o problema aparece logo pior. Também temos de aguardar em mente que os homens têm tendência a ter uma vida mais curta do que as mulheres.

Isso leva-nos ao desafio seguinte:

### **Dilema de uma sociedade com longevidade alta e heterogénea**

**Lema 1:** Se levarmos a sério a exigência de igualdade em vidas completas e a heterogeneidade das longevidades, não podemos concentrar demasiado nos ativos mais jovens o peso ligado aos custos da longevidade alta.

**Lema 2:** Se levarmos a sério a necessidade de garantir uma qualidade mínima de vida independentemente da idade, não podemos concentrar demasiado nos idosos mais pobres o peso ligado aos custos da longevidade alta.

21. Parece-me ser este o dilema central que qualquer sociedade com alta longevidade, que esteja preocupada com a justiça, tem de enfrentar,

esteja ela a envelhecer ou não. Todos nós, que estamos muito preocupados com a invisibilidade crescente dos idosos, temos também de nos preocupar com aqueles que não chegam a ser idosos, que são ainda mais invisíveis. A distribuição, entre grupos etários, dos esforços ligados a uma longevidade alta tem também efeitos sobre a capacidade das pessoas com vida curta de atingir, não só uma certa qualidade de vida, mas também uma certa idade.

Para satisfazer os dois lemas, temos de encontrar caminhos para não imunizar os idosos dos custos ligados a sociedades de alta longevidade, sem empobrecer os idosos mais pobres. Isto significa, provavelmente, combinar benefícios de saúde, das pensões básicas aos níveis mais altos possíveis, com o esforço de cobrir os custos que façam com que os idosos também contribuam, ou seja as pessoas que têm a vida mais longa na nossa sociedade. Essa preocupação com pessoas de vida curta também tem implicações maiores, por exemplo, através de uma menor insistência na poupança e maior insistência no consumo em períodos anteriores da vida das pessoas, o que também pode ser completamente contraintuitivo.<sup>12</sup>

Uma das possibilidades consiste também em aumentar a redistribuição *dentro* de cada grupo etário.<sup>13</sup> Tal pode ser realizado sem modificação da taxa de contribuição média dos ativos, por exemplo com uma redução da *diferença* entre os níveis das pensões. Mas também pode facilitar uma menor taxa de contribuição média. Esta solidariedade *dentro* dos grupos de idade pode acontecer no *fim* da vida dos que conseguem chegar a uma certa idade. Assim, ela não impõe contribuições aos que tiveram uma vida curta. No entanto, aumentar a redistribuição dentro do grupo etário dos ativos pode também reduzir as desigualdades de longevidade, na medida em que as diferenças de riqueza durante a vida podem ter um efeito na longevidade das pessoas.

22. A nossa segunda conclusão intermédia – e essencial – é a seguinte. Uma vez que introduzimos as diferenças de longevidade, temos uma razão para não aumentar demasiado a taxa de contribuição dos ativos. Uma taxa alta pesa de maneira desproporcionada nos ombros das pessoas com vida curta. Manter a taxa de contribuição dentro de certos limites pode tam-

<sup>12</sup> Fleurbaey, Leroux & Ponthière (2014), Ponthière (2017, cap. IV e V)

<sup>13</sup> Agradeço D. Schwartz por me ter atraído a atenção sobre esta possibilidade.

bém ser combinado com uma redução das diferenças entre os níveis de pensões. Mesmo assim temos uma razão *pro tanto*, ou seja que existe uma consideração significativa apesar de ser uma entre outras, para ter uma taxa que não seja alta de mais, o que não indica precisamente *o nível* a partir do qual esta taxa deveria ser considerada demasiado alta. Portanto, não se pode concluir que temos um *critério* para determinar se uma taxa de contribuição é *injustamente alta* ou não. Só temos uma boa razão para ficar preocupados. Assim sendo, seguindo o lema 2, a taxa de contribuição tem que ser pelo menos *suficiente* – tomando também em conta a possibilidade de reduzir as desigualdades entre as pensões – para cobrir as necessidades básicas e uma qualidade de vida mínima para cada um de nós, chegados a uma idade avançada.

### 3. Longevidade crescente e dilema atenuado

23. A nossa última pergunta é:

**P3:** Será que existe um argumento de justiça contra uma taxa de contribuição alta e *crescente* num mundo com desigualdades de longevidade?

Nesta última etapa, acrescentamos mais um elemento: o envelhecimento populacional. Isto significa que a idade média da coorte de nascimento seguinte tem tendência a ser *mais alta* do que a da nossa. Resulta tipicamente de um conjunto de fenómenos ligados à mortalidade, à natalidade e às migrações. Aqui vamos assumir que o envelhecimento resulta apenas de um aumento da longevidade média, ou seja, de um decréscimo da mortalidade. Isto é relativamente realista, uma vez que, nos países europeus, o fator principal do envelhecimento é o aumento da longevidade. Vamos também assumir – no âmbito do nosso raciocínio – que o crescimento da longevidade é constante, situado à volta de 3 anos suplementares de vida a cada 20 anos. Isto já é um pouco menos realista porque uma parte do problema que temos hoje em dia tem a ver também com flutuações da natalidade (“baby boom” e “baby bust”).

Uma longevidade crescente significa que a geração seguinte tem uma longevidade maior do que a nossa. Coloca-nos mais uma fonte de heterogeneidade. Existem, não só diferenças de esperança de vida entre Portugal e Angola, entre homens e mulheres, entre pessoas mais ricas e pessoas mais pobres, mas também entre uma geração e a seguinte. Existem, não

só diferenças significativas de esperança de vida *dentro* de cada geração, mas também *entre* as gerações.

24. Isso leva-nos a uma tensão que pode ser apresentada da seguinte maneira. *Por um lado*, as desigualdades de esperança de vida dentro de cada geração convidam-nos a não pôr o peso ligado aos custos de uma sociedade com longevidade alta só nos ombros da população ativa. Isso resulta de uma preocupação com as desvantagens que as pessoas com vida curta acabam por sofrer. *Por outro lado*, as desigualdades de esperança de vida entre gerações são tais que os mais jovens vão ter tendência a ter uma vida mais longa do que os mais idosos.

Torna-se espantoso que o envelhecimento populacional acabe por *atenuar* em vez de piorar o problema central de justiça entre pessoas com vida curta e com vida longa, um problema presente em qualquer sociedade de longevidade alta e heterogénea. Imaginamos uma diferença de longevidade de 10 anos dentro de cada geração e de 3 anos entre gerações sucessivas separadas de 20 anos. Isso significa que temos de nos preocupar com a taxa de contribuição da população ativa, porque este grupo de idade inclui muita gente que vai acabar por ter uma vida curta. E, ao mesmo tempo, não podemos exagerar o problema, porque muitos dos ativos de hoje vão provavelmente ter uma vida mais longa do que os idosos de hoje.

## Conclusão

25. Neste texto, seguimos um caminho de três passos. Primeiro, quando não existem diferenças de longevidade, a intuição da igualdade entre vidas inteiras dificulta a crítica de que taxas de contribuição altas seriam injustas para os ativos. Nenhuma das pistas exploradas nos deu razões significativas para nos preocuparmos com uma taxa de contribuição alta.

Segundo, uma vez que introduzimos a dimensão das desigualdades de longevidade, a preocupação de justiça com pessoas de vida curta toma logo alguma importância. Isto coloca um dilema a qualquer pessoa preocupada com a situação, muitas vezes catastrófica, dos idosos nas nossas sociedades. Este dilema é central em qualquer sociedade envelhecida, mesmo que não esteja a envelhecer. O que acontece é que a taxa de contribuição tem de ser *suficiente* para cobrir pelo menos as necessidades básicas dos idosos, apesar do facto de aumentar esta taxa de contribuição também aumenta as desvantagens das pessoas com vida curta. Temos também que estar atentos

à possibilidade de uma taxa alta de mais piorar as desvantagens dos que têm uma vida curta, sem se saber qual pode ser este nível alto de mais. E temos de guardar em mente a possibilidade de aumentar a redistribuição dentro dos grupos etários, assim como dentro das coortes de nascimento, a cada etapa das suas vidas.

Surpreendentemente, o que a variável do envelhecimento populacional acrescenta é o facto de os ativos também terem tendência a ter uma vida mais longa do que os idosos, em média. Isso não anula o dilema, ainda que atenua a sua intensidade, o que é uma surpresa. Quando uma sociedade envelhece, o dilema central de uma sociedade com longevidade alta e heterogénea mantém-se, apesar de se tornar *menos grave*. Parece então que temos de nos preocupar mais com as diferenças de longevidades e com os seus determinantes socioeconómicos do que com o envelhecimento populacional em si.

## Bibliografia

- Arneson, R., 2002.** “Egalitarianism”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, E. N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2013/entries/egalitarianism/>>.
- Arnsperger, Chr. & Ph. Van Parijs, 2004.** *Ética económica e social*, Porto: Afrontamento, 112 p.
- Cardoso Rosas, J., 2013.** *Manual de Filosofia Política*, Coimbra: Almedina, 330 p.
- Daniels, N., 2003.** “Reflective equilibrium”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, E. N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/reflective-equilibrium/>>.
- Casal, P., 2007.** “Why Sufficiency is not Enough”, *Ethics*, 117(2): 296-326
- Docquier, F. & H. Rapoport, 2012.** “Globalization, Brain Drain and Development”, *Journal of Economic Literature*, 50(3): 681-730
- Fleurbaey, M., M.-L. Leroux & G. Ponthière, 2014.** “Compensating the dead”, *J. of Mathematical Economics* 51: 28-41
- Gosseries, A., 2008.** “As teorias de justiça entre as gerações”, *Revista de Estudos Universitários* (Sorocoba), 34(1) : 33-55
- **2009.** “Three models of intergenerational reciprocity”, Gosseries, A. & L. Meyer (eds.), *Intergenerational Justice*, Oxford: Oxford University Press, 119-146
- **2011.** “A justiça intergeracional e a metáfora do refugio de montanha”, *Philosophica*, 38: 121-141
- **2011b.** “Qu’est-ce que le suffisantisme?”, *Philosophiques*, 38(2) : 465-492
- **2014.** “What makes age discrimination special? A philosophical look at the ECJ case law”, *Netherlands Journal of Legal Philosophy*, 43(1): 59-80.
- **2016.** *Pensar a justiça entre as gerações*, Coimbra: Almedina, 232 p.

- Gosseries, A. & D. Zwarthoed, 2016.** “Generations and Global Justice”, D. Held & P. Maffetone (eds.), *Global Political Theory*, Cambridge: Polity Press, 281-304
- McKerlie, D. 2012.** *Justice between the Old and the New*, Oxford: Oxford University Press, 240 p.
- Ponthière, G., 2017.** *Economie du vieillissement*, Paris: La Découverte, 125 p.
- Vandenberghe, V. & A. Gosseries, 2016.** “Augmenter l’âge de la retraite : la seule réponse possible au vieillissement ?”, *Le Soir*, Jan 29 : 22.
- Vandeschrick, Chr., 2001.** “The Lexis diagram, a misnomer”, *Demographic Research*, 4: 97-124
- World Bank, 2017.** “Life expectancy at birth, total (years)”, [Accessed 5 Aug. 2019] <https://data.worldbank.org/indicator/sp.dyn.le00.in>



## Justiça entre gerações

FERNANDO MARTINS\*

**A solidariedade e cooperação intergeracional é a chave que combate o preconceito etário e apoia uma sociedade justa para todas as idades.**

Promover a solidariedade e a cooperação intergeracional pode ajudar a responder a alguns dos nossos actuais desafios sociais, independentemente da nossa idade, com benefícios económicos e sociais.

Para termos justiça, precisamos de mais solidariedade entre gerações numa Europa em envelhecimento.

Em 2008, uma conferência da UE na Eslovénia, em 28 e 29 de Abril de 2008, a Presidência eslovena da União Europeia anunciou que se propunha declarar o dia 29 de Abril de solidariedade e cooperação entre gerações. O primeiro Dia da UE foi oficialmente lançado em 29 de abril de 2009.

Que resultados obtidos após 10 anos de comemoração?

Exemplos portugueses de solidariedade intergeracional.

- **‘Grandma Came To Work’** – Em Lisboa com o patrocínio da CML. “A Vovó vem trabalhar” é uma loja de design e um centro criativo para mais de 60 mulheres em Lisboa, criada em 2014 com financiamento da Câmara Municipal, em que as participantes são idosas

\* Presidente da Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados (Apre!)



que criam objetos de design ao mesmo tempo que quebram estereótipos e preenchem a cultura intergeracional.

Organizam trabalhos criativos regulares - em serigrafia, bordados e tricô - onde todas as gerações se podem encontrar, discutir e aprender uns com os outros.

- **Programa Aconchego** – Parceria entre a CMP e Fed. Ac. Porto  
Em 2004, a Câmara Municipal do Porto, numa parceria com a Federação Académica do Porto, criou o programa “Aconchego” que visa promover o alojamento de estudantes do ensino superior, durante o ano letivo, em casas de idosos residentes na baixa da cidade do Porto. Pretende-se, assim, que o idoso disponibilize um quarto no seu domicílio para um estudante do ensino superior e ao mesmo tempo o estudante forneça a sua companhia, numa perspectiva de troca mútua sem caráter monetário.

### **O “ageism” cria barreiras entre gerações diferentes.**

Os debates sobre justiça intergeracional surgem pela falta de compreensão das realidades em que vivem os outros grupos etários. “Ageismo” e atitudes negativas em relação a certos grupos etários dividem as pessoas de diferentes gerações.

### **O número de amizades intergeracionais é muito baixo.**

De acordo com o Inquérito Social Europeu de 2011, 80% dos jovens dos 15 aos 24 anos não tinham amigos com mais de 70 anos. Da mesma forma, menos de 30% das pessoas com 75 anos ou mais tinham um amigo com menos de 30 anos.

### **Muitos idosos cumprem um papel intergeracional predominantemente invisível - o dos cuidadores.**

Segundo a **Eurofound**, (Inquérito Europeu sobre Qualidade de Vida, 2016) uma em cada cinco pessoas com mais de 65 anos passa o tempo a cuidar dos seus netos pelo menos uma vez por semana - São mais as mulheres a cumprir esse papel intergeracional.

Os decisores políticos também podem intervir

Precisamos apoiar iniciativas que incentivem uma discussão inclusiva sobre como agregar recursos numa sociedade que está a envelhecer.

# **A Hipervulnerabilidade dos Idosos no Mercado Unico Digital**

Alguns apontamentos para uma política europeia  
sobre envelhecimento activo

JORGE PEGADO LIZ\*

*“Quanto ao futuro, não se trata de o prever mas de o tornar possível”*

ANTOINE DE SAINT-EXUPÉRY

*“A idade cronológica é uma das muitas características que definem uma pessoa. O conhecimento, as competências e a experiência reunidas por diferentes grupos etários são recursos vitais na sociedade. Uma sociedade inclusiva para todas as idades exige que a responsabilidade coletiva seja assumida pelos decisores políticos, pelas partes interessadas e pelos próprios cidadãos quando da definição de políticas e práticas que assegurem a equidade e a inclusão, independentemente da idade”*

(Parecer SOC/448 do CESE sobre “O contributo e a participação dos idosos na sociedade” Rel . Maureen O’Neill)

\* Advogado. Membro do Comité Económico e Social Europeu (CESE) Bruxelas. Juiz Arbitro do CIMPAS.

## 1. Ser Idoso na Europa Hoje

### A) *Alguns dados estatísticos*

Há, atualmente, 85 milhões de pessoas com mais de 65 anos na Europa, e este número atingirá os 151 milhões em 2060. Em 2050, 34,5% da população europeia terá mais de 60 anos de idade.

No que se refere à pobreza, esta toca cerca de 72 milhões de pessoas, na UE-25 (isto é, 15%) e 26 milhões estão nos limites do correspondente limiar de risco<sup>1</sup>. Destes, cerca de 12 milhões são idosos

A taxa de fecundidade, na Europa, é de cerca de 1,45 crianças por mulher e, por consequência, bem inferior à taxa de renovação da população. O declínio da taxa de natalidade é um fenómeno quase generalizado na União Europeia e esta taxa baixou mais de 45% de 1960 aos nossos dias.

Quanto à idade da população, a percentagem da população europeia de mais de 65 anos aumentou para 17,2%, em 2005 (EU-15). As mulheres, constituem a parte mais importante do crescente contingente de idosos e, em todos os países europeus, representam mais de 50% da população de mais de 65 anos.

As nossas sociedades têm, por consequência, cada vez menos jovens e crianças e um número cada vez maior de aposentados e de idosos em geral. Em 1950, 40% da população da Europa dos 25 tinha menos de 25 anos. Em 2000, esta faixa etária representava apenas 30% da população e em 2025 passará a 25%. Ao invés, em 1950 apenas uma em dez pessoas tinha mais de 65 anos, ao passo que em 2000 era uma em seis pessoas e em 2025 será perto de uma em quatro.

Graças ao aumento constante da esperança de vida, as nossas sociedades assistem a um forte crescimento do número de pessoas bastante idosas (80+). As previsões apontam para um aumento de 57% entre 2010 e 2030. Assim, em 2030 haverá na Europa perto de 34,7 milhões de pessoas com mais de 80 anos contra os cerca de 18,8 milhões actuais. Em 1975, o número de pessoas com mais de 80 anos representava apenas 2,0% do total da população dos países da UE, ao passo que em 2050 representará 11,8%.

<sup>1</sup> Cálculo efectuado com base num limiar de pobreza de 60% do rendimento médio. Situação social na Europa em 2004 e Eurostat em 2003. Veja-se também o último Relatório sobre a Situação Social na Europa 2005-2006, publicado na Primavera de 2007, pela Comissão, tendo por tema o equilíbrio entre gerações numa Europa que envelhece.

**B) A pirâmide etária invertida; de minoria a maioria**

Na pirâmide demográfica ou etária, é assim, cada vez mais larga, a faixa dos cidadãos com idade superior a 65 anos. As causas principais deste fenómeno são a baixa taxa de natalidade, a melhor qualidade de vida e o aumento da esperança de vida.

Devido ao aumento geral da esperança média de vida é provável que continue a aumentar do número de situações clínicas ligadas à idade, em particular a demência, com as previsões actuais a anteciparem uma duplicação do número de pessoas afectadas nos próximos 20 anos. A Alzheimer's Disease International considera que 104 milhões de pessoas em todo o mundo terão demência em 2050.

É expectável uma mudança demográfica na Europa caracterizada pelo rápido envelhecimento dos seus cidadãos e pela redução do número de jovens.

Embora isso coloque muitos desafios, também há oportunidades com base na inovação tecnológica que podem melhorar a qualidade de vida dos idosos e das pessoas com deficiências, atenuar os problemas económicos relacionados com o envelhecimento da população e criar novas oportunidades económicas e comerciais na Europa.

É expectável que as novas TIC destinadas aos idosos desempenhem um papel importante na resolução dos problemas futuros. É obrigação política, por conseguinte, definir a forma como a tecnologia pode satisfazer as necessidades da sociedade em envelhecimento, tendo em conta que as TIC podem ajudar as pessoas a melhorar a sua qualidade de vida e a manter a sua condição de saúde, bem como a sua independência a longo prazo e a sua actividade profissional e comunitária..

**C) Ser idoso: uma doença, uma deficiência, uma minoria, um encargo, um “status” ou uma questão de direitos fundamentais**

A construção de uma Europa adaptada aos idosos começa desde que os cidadãos nascem e requer uma visão de longo prazo.

De um modo geral a UE não foi capaz, até hoje, de definir, com clareza, qual o papel dos idosos na sociedade. A maior parte das vezes, nos principais documentos da UE a questão dos idosos é tratada como se se tratassem de deficientes, incapacitados ou doentes, a necessitarem, por isso, de tratamento especial.

Ao contrário, desde muito cedo, pelo menos desde 1989, o CESE ao longo de mais de 60 Pareceres e de inúmeras Recomendações (ver Lista

Anexa), definiu claramente que considera os idosos como um estágio da vida, cujas características, resultantes da idade, definem as suas necessidades e direitos, independentemente de estarem doentes ou incapacitados, sendo, no entanto, certo, que muitos efectivamente também o serão.

Os idosos são membros dinâmicos e vitais da sociedade, capazes de transmitirem conhecimento, competências e experiência para as próximas gerações e de contribuir, individualmente e em conjunto, para a nossa economia, para as nossas comunidades e para a transmissão da nossa história. Enquanto membros de uma família, as pessoas idosas são responsáveis por encorajar a coesão e a solidariedade na nossa sociedade.

Porque efectivamente se trata antes de tudo de uma questão de direitos fundamentais, o Programa DIREITOS E CIDADANIA, cuja finalidade é contribuir para a criação de um espaço em que os direitos das pessoas, tal como consagrados no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e na Carta dos Direitos Fundamentais<sup>2</sup> da União Europeia, sejam promovidos e protegidos, merece uma referencia particular, na medida em que um dos cinco objetivos específicos é precisamente a aplicação efetiva do princípio da não-discriminação em razão, da idade, nomeadamente os direitos das pessoas com deficiência e dos idosos.

Há no entanto quem entenda que de futuro, terão de ser cada vez mais os próprios idosos a assumir a responsabilidade pela sua autonomia e participação na vida social<sup>3</sup> na medida em que, devido à proporção decrescente de jovens na população, as possibilidades de prestação de apoio pessoal aos cidadãos idosos também diminuirão.

Ao contrário, sem desconsiderar a capacidade a iniciativa e o contributo dos idosos, julga-se fundamental, designadamente, que

<sup>2</sup> O artigo 9º do TFUE, relativo à cláusula social horizontal, estabelece que “*na definição e execução das suas políticas e acções, a União tem em conta as exigências relacionadas com a promoção de um nível elevado de emprego, a garantia de uma protecção social adequada, a luta contra a exclusão social e um nível elevado de educação, formação e protecção da saúde humana.*” O objectivo essencial dos esforços dos Estados-Membros é “a melhoria constante das condições de vida e de trabalho dos seus povos”

<sup>3</sup> Dai que no 7º PQ, no PCI, no EEI e no âmbito político da União da Inovação se tenham desenvolvido e ensaiado modelos de parceria ou pelo menos de sinergias, à semelhança do que já acontecia com o Age friendly Environments Programme (programa para ambientes adaptados aos idosos) da OMS e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ,

- se apoie a participação ativa de todos os grupos etários na sociedade e o aumento da solidariedade e da cooperação intergeracional e dentro de cada uma das gerações;
- os governos e organismos estatais assumam um compromisso positivo de promoverem a participação ativa dos idosos no processo de decisão e o seu papel nas comunidades;
- os governos cooperem com os parceiros adequados na supressão de todas as barreiras que impeçam a participação plena dos idosos na sociedade;
- todas as partes interessadas desenvolvam uma abordagem que promova a aprendizagem ao longo da vida junto dos idosos, dos empregadores e das comunidades;
- os idosos se candidatem a eleições, votem e participem como membros do conselho de administração em empresas, organismos públicos e ONG;
- os idosos sejam encorajados a voluntariar-se de acordo com as orientações de boas práticas;
- se preveja a possibilidade de os trabalhadores idosos permanecerem no posto de trabalho até à idade legal de reforma ou mesmo depois, se assim o desejarem;
- as empresas adaptem o ambiente de trabalho e definam condições contratuais para satisfazer as necessidades dos trabalhadores idosos; e
- os idosos sejam reconhecidos como consumidores com especiais direitos e as empresas sejam encorajadas a produzir bens e a prestar serviços que respondam às necessidades de uma sociedade em envelhecimento.

No que se refere em particular, à inclusão e a formação digital dos idosos, entende-se que será necessário, designadamente

- a) favorecer a inclusão digital dos seniores,
- b) desenvolver uma governação global, integrando os seniores na vida digital e desenvolvendo serviços públicos eficientes,
- c) definir uma cláusula horizontal europeia «igualdade-seniores»
- d) favorecer o acesso dos seniores às tecnologias digitais e a acessibilidade das mesmas desenvolver a sua educação e a sua formação ao longo da vida,

- e) promover a adaptação dos equipamentos e dos programas informáticos;
- f) desenvolver a confiança e dar a conhecer aos cidadãos as normas europeias relativas às tecnologias digitais,
- g) equiparar, em todos os Estados-Membros, o acesso à Internet ao direito a um serviço universal, incluindo o acesso livre e gratuito a espaços definidos para pessoas idosas desfavorecidas;
- h) promover cursos gratuitos para seniores a cargo dos gigantes das TIC;
- i) promover um «serviço cívico» para combater o analfabetismo digital.
- j) baixar os preços proibitivos de certos equipamentos e serviços TIC (como o acesso à Internet) para as pessoas idosas.

O acesso à Internet constitui um direito fundamental de todos os cidadãos, assim como um instrumento imprescindível de inclusão social e crescimento económico.

#### ***D) Um mercado para idosos e os idosos no mercado***

Os idosos representam ainda hoje um mercado inexplorado com boas perspectivas para a indústria. Um estudo alemão revelou que, na Europa, mais de 48% das pessoas com idade superior a 50 anos consideravam não ser adequadamente contempladas pelos fabricantes aquando da concepção dos produtos e serviços das TIC<sup>4</sup>.

Além disso, um estudo recentemente efectuado pela Microsoft constatou que 50% da população com idade superior a 59 anos beneficiaria de modo considerável de modalidades de acessibilidade nas TIC.

O contributo dos idosos para a economia pode ser mensurado não só em termos de consumo, mas também através do pagamento dos impostos sobre o rendimento e sobre aquisições, da prestação de cuidados informais a familiares, o que representa uma poupança para o estado, da assistência aos netos, permitindo que os filhos regressem ao mercado de trabalho, ou do valor do voluntariado e da permanência na vida ativa. Além disso, há transferências de ativos para os parentes mais jovens a fim de os ajudar a cumprir compromissos financeiros importantes<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Referência do estudo : [www.seniorwatch.de](http://www.seniorwatch.de).

<sup>5</sup> *Gold Age Pensioners* [Reformados da terceira idade], WRVS, 2011.

Um maior reconhecimento de uma população envelhecida deverá aumentar o potencial das empresas e de outras entidades de desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços que servem esta parte da população no contexto de uma sociedade em envelhecimento, estimulando assim o crescimento na produção e no emprego<sup>6</sup>. O desenvolvimento destes serviços pode contribuir para a criação de milhões de postos de trabalho. A externalização de uma hora de trabalho doméstico por família, por semana, permitiria criar 5,5 milhões de postos de trabalho<sup>7</sup>. Neste contexto, também há espaço para a inovação social e tecnológica, sobretudo porque as necessidades aumentam devido ao envelhecimento da população e à diminuição dos serviços sociais prestados às famílias.

Os idosos não são suficientemente reconhecidos como consumidores, o que explica as atitudes negativas relativamente aos mais velhos. As visões estereotipadas dos idosos transmitem a ideia de que os mais velhos não precisam nem querem oportunidades ou serviços diferentes e de que o «mercado jovem» é muito mais importante<sup>8</sup>.

### ***E) Envelhecimento ativo/ participação/ emprego***

Por “envelhecimento activo”<sup>9</sup> não se deve entender apenas a mera possibilidade de prolongar a actividade profissional ou a participação na sociedade através de actividades de voluntariado. Deve-se antes reconhecer e valorizar os diversos contributos dos mais velhos para a sociedade em geral e evitar a exclusão social.

<sup>6</sup> JO C 44 de 11.2.2011, p. 10.

<sup>7</sup> Comissão Europeia, documento de trabalho dos serviços da Comissão intitulado «Explorar o potencial de emprego do setor dos serviços pessoais e domésticos» (SWD(2012) 95 de 18.4.2012, pág. 14).

<sup>8</sup> *The Golden Economy* [A economia sénior], AGE UK, 2011.

<sup>9</sup> A OMS define o envelhecimento activo como o processo de otimizar as oportunidades para a saúde, participação na sociedade e segurança a fim de melhorar a qualidade de vida das pessoas na velhice. Esta definição sugere que a promoção do envelhecimento activo passa sobretudo por proporcionar aos idosos boas condições de saúde e autonomia. No entender do Grupo de Pilotagem para o Envelhecimento Ativo da Comissão Europeia, um envelhecimento ativo e saudável é um processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança para melhorar a qualidade de vida das pessoas à medida que vão envelhecendo. Tal aplica-se tanto aos indivíduos como aos grupos populacionais. A seu ver, o termo «saúde» refere-se ao bem-estar físico, mental e social, enquanto o termo «ativo» abrange não só a capacidade de estar fisicamente ativo ou participar no mercado laboral, mas também a participação contínua nos assuntos sociais, económicos, culturais, espirituais e cívicos



Entre esses contributos contam-se a ajuda financeira e/ou social a familiares mais jovens, os cuidados prestados ao parceiro e aos amigos, a criatividade intelectual e artística e a capacidade de inovação, a transmissão de experiências e de valores. Até certo ponto, todas estas actividades podem ser exercidas mesmo se a pessoa em causa estiver limitada por problemas de saúde ou de outra ordem. É nesses casos, em que as condições são mais penosas, que o seu exercício é ainda mais louvável.

O ano de 2012, declarado “Ano Europeu do Envelhecimento Activo”, e as parcerias de inovação conexas foram uma oportunidade para que a UE valorizasse o papel das TIC como factor inclusivo intergeracional (aprendizagem), combatendo o isolamento e promovendo a qualidade de vida dos idosos. A participação ativa dos idosos nos domínios social, cultural, económico e político exige que se tenha uma imagem correta da terceira idade<sup>10</sup>.

Desde logo as atitudes discriminatórias com base na idade têm de ser eliminadas, uma vez que prejudicam a imagem dos idosos e os desencorajam de participar. Tal implica a perda de contributos vitais e aumenta as tensões intergeracionais.

As atitudes negativas relativamente aos idosos não têm em conta o seu papel enquanto trabalhadores, consumidores participantes em projetos comunitários e prestadores de cuidados a terceiros. As imagens negativas dos idosos são nefastas, já que a discriminação compromete a autoestima e impede uma maior participação e o seu contributo para a economia.<sup>11</sup>

O combate à discriminação com base na idade através de legislação, liderança e construção de numa nova dinâmica na elaboração de políticas deve, pois, ser uma prioridade na promoção do envelhecimento ativo e na exploração do potencial que os idosos têm de desempenhar um papel pleno no desenvolvimento do capital social e económico do seu país.

Cerca de 60% dos trabalhadores creem que estarão em condições de continuar a exercer a sua atividade profissional quando chegarem aos 60 anos<sup>12</sup>. Dado o aumento da longevidade, é importante que os idosos tenham a capacidade e a possibilidade de escolherem permanecer ativos até à idade legal da reforma e, se assim o desejarem, para além dela.

<sup>10</sup> 6º relatório sobre a situação da geração mais velha na República Federal da Alemanha.

<sup>11</sup> Kirkwood, Tom *et al*, *New Ways of Looking at Age* [Novas formas de encarar o envelhecimento], Blackstaff Press, 2011.

<sup>12</sup> *Living Longer Working Better* [Viver mais tempo, trabalhar melhor], Eurofound, 2011.

Isto requer um reconhecimento das capacidades dos idosos, adaptação ao ambiente e horário de trabalho (o que é uma vantagem em todo o ciclo de vida), capacidade de participar em ações de formação que permitam acompanhar os métodos em mudança e esforços no combate à discriminação etária no local de trabalho.

Importa reconhecer que existe uma diferença entre as pessoas que trabalham depois da idade da reforma porque assim o desejam e as que o fazem porque precisam, quando a sua pensão de reforma não é suficiente.

Os idosos trazem uma riqueza de experiências e competências para o local de trabalho, o que é essencial numa altura de escassez de competências e garante um contributo contínuo para a economia. As empresas devem ser incitadas a desenvolver boas práticas em estratégias de gestão do envelhecimento.

Os idosos têm potencial para se tornarem trabalhadores independentes e empresários, o que lhes confere maior autonomia e controlo sobre as suas condições de trabalho. De acordo com os dados do Eurostat relativos a 2010, 50% dos trabalhadores com mais de 65 anos trabalham por conta própria<sup>13</sup>.

O estímulo ao desenvolvimento de novos projetos e serviços que reflitam a evolução demográfica pode ser dado pelos próprios idosos ainda no ativo, devendo encorajar-se os indivíduos a aproveitar estas oportunidades<sup>14</sup>.

Para que os mais velhos continuem a participar na sociedade e a viver uma vida digna é imprescindível que tenham segurança financeira e a participação voluntária em actividades que dêem sentido à sua vida, tais como a aprendizagem ao longo da vida, o trabalho remunerado ou voluntário e a utilização de novas tecnologias. Além disso, importa disponibilizar transportes, energia, habitação e cuidados de saúde acessíveis também ao nível dos preços.

De modo a assegurar condições de vida aceitáveis e perspectivas de ocupação no novo contexto demográfico ao número crescente de pessoas de idade avançada que vivem nos centros urbanos e nas zonas rurais, será necessário nomeadamente:

<sup>13</sup> *Active Ageing and Solidarity between the generations* [Envelhecimento ativo e solidariedade intergeracional], Eurostat, 2011.

<sup>14</sup> *Golden opportunities* [Oportunidades para os idosos], UnLtd., 2012.

- promover uma nova imagem do envelhecimento, que reconheça o contributo dado pelas pessoas mais velhas (incluindo os imigrantes) durante a sua vida e as virtudes da idade para a política, a economia e a sociedade;
- organizar campanhas na comunicação social sobre “envelhecimento activo”;
- adoptar medidas, particularmente nos domínios dos serviços de interesse geral, das infra estruturas, da prestação de bens e de serviços, financeiro, da habitação, dos serviços de saúde, da organização da última fase da vida, da participação na sociedade;
- introduzir novas prioridades no programa de aprendizagem ao longo da vida para incluir a formação de orientadores para acompanhar a transição entre diferentes fases da vida.

Os Estados-Membros devem envidar mais esforços no sentido de responderem aos desafios e responsabilidades crescentes que recaem sobre os prestadores de cuidados informais, no contexto de escassez ou inadequação dos serviços de cuidados. E devem garantir uma consulta plena e equitável, e o envolvimento sistemático de utilizadores idosos, no desenvolvimento e concepção de bens e serviços e na elaboração de normas. As instituições da UE devem proporcionar recursos adicionais para garantir a participação adequada no processo de utilizadores idosos

### **3. O Lugar dos Idosos na Sociedade da Informação**

#### ***A) Info exclusão/Info inclusão; o fosso digital***

É importante criar as condições para uma sociedade genuinamente inclusiva dos idosos e assegurar a criação de soluções baseadas nas TIC em benefício dos idosos e em matéria de ciberacessibilidade na EU

Importa ter em conta que estes não constituem um grupo homogéneo em termos de aptidões, segurança financeira, condições de saúde nem de necessidades sociais.

Uma parte da população “idosa” tem um bom nível de escolarização e utiliza a Internet (que conhece desde o seu aparecimento), constituindo, em certos Estados Membros, um verdadeiro motor da economia. As pessoas mais idosas, cujo número está a aumentar, utilizam menos as TIC. As políticas e os prestadores de serviços devem, por conseguinte, ter em mente que são inadequadas medidas uniformizadas ou uma segmentação em faixas etárias.

Entre os excluídos do ambiente digital contam-se os idosos, mas com alguns matizes:

- ou já estão familiarizadas e, neste caso, têm necessidade de actualizar os conhecimentos; as colectividades locais, juntamente com as empresas poderiam, através do diálogo social, propor acções de formação adequadas;
- ou desconhecem-nas em absoluto e, neste caso, devem combater a falta de interesse, a timidez e a desconfiança, e aprender a manipular as ferramentas, quer por razões profissionais, quer para facilitar a vida doméstica e social.

A dimensão e os contornos da exclusão social dependem, em cada país, de diversas variáveis, como o sistema de segurança social, o comportamento do mercado de trabalho, o funcionamento do sistema de justiça e das redes informais de solidariedade.

Efectivamente a sociedade digital não pode constituir um fator suplementar de exclusão. E, no entanto, o fosso digital não está a diminuir devido, entre outros motivos, à idade – a utilização da Internet encontra-se generalizada entre os jovens, sendo quase universal entre os estudantes, mas tem uma utilização muito mais baixa entre as pessoas idosas.

A info inclusão ou inclusão digital deve constituir uma abordagem global e garantir, através do ambiente digital, a emancipação de todos, qualquer que seja a sua situação na sociedade. A União e os Estados Membros deveriam garantir a acessibilidade do ambiente digital através da aprendizagem constante das competências digitais para exercer uma profissão, para efeitos de realização pessoal e para exercer o direito de cidadania.

Daí a necessidade de adotar políticas adequadas para que as pessoas idosas não sejam excluídas e se adaptem plenamente à utilização de tecnologias que fazem parte da vida quotidiana das pessoas.

As medidas necessárias para otimizar os benefícios e mitigar as desvantagens da Internet estão na base da Agenda Digital da UE, a qual, para além de promover a economia digital europeia, também lida com a cibersegurança, a cibercriminalidade, a proteção de dados, o fosso digital, o apoio às pessoas com deficiência e às pessoas desfavorecidas, etc.

Desde logo, as infra-estruturas e os serviços “devem estar disponíveis e a preços acessíveis”; os conceitos de “serviço universal” e “acesso público”

devem ser aprofundados e encarados segundo uma concepção dinâmica; é necessário desenvolver a convivialidade do equipamento e dos programas informáticos; os grupos sociais pouco participativos e pouco informados devem ser sensibilizados para as oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias, envolvendo-os numa aprendizagem contínua.

A resolução da “clivagem digital” constitui uma condição essencial para o aproveitamento das potencialidades sociais e económicas inerentes às TIC.

A “clivagem digital” apenas será ultrapassada quando houver um acesso técnico e jurídico à informação, um acesso universal e a preços razoáveis aos serviços de banda larga, conhecimentos técnicos adequados em informática e programas conviviais.

Isto significa ainda que a elaboração das políticas também deverá ter em consideração as necessidades específicas das pessoas com desvantagens sociais, assegurando assim uma sociedade da informação equitativa e inclusiva.

Dai que, uma sociedade da informação para todos implique uma divulgação em massa dos novos serviços e uma alfabetização generalizada, o que permitiria passar de uma sociedade da informação a uma sociedade do conhecimento. E se é certo que para as novas gerações, o acesso à sociedade da informação é, em certa medida, evidente, o mundo dos adultos e, nomeadamente, o dos mais idosos, é que pode correr o risco de se ver, em larga medida, dela excluído.

Este esforço no sentido de um acesso efectivo de todos à sociedade da informação deve ser incluído entre as prioridades na construção do modelo europeu de sociedade da informação, que se deve caracterizar, designadamente, pela sua capacidade de reduzir a exclusão social e criar novas oportunidades para os grupos desfavorecidos.

Este aspecto reveste-se de grande importância sobretudo nesta fase histórica de transformação dos sistemas de protecção social em todos os Estados-Membros.

Por isso, a necessidade de serem promovidas acções de sensibilização de formação e de acompanhamento locais, nos grupos de adultos, actualmente, mais afastados da sociedade da informação ou em maior risco de exclusão, nomeadamente os mais idosos

É fundamental garantir a mesma capacidade de acesso a todos os cidadãos da UE.

O software devia ser uma fonte de acesso aberto, sem custos adicionais e oferecer aplicações comuns, normalizadas e não protegidas para facilitar a edição e a partilha de documentos. O software de acesso aberto deveria complementar outros programas informáticos convencionais.

O uso da Internet e do correio eletrónico permite aos idosos manterem contacto com a realidade fora de casa e comunicarem regularmente com familiares ou amigos que não moram perto. Isto pode ser potenciado através da utilização do Skype ou de outros programas semelhantes para manter o contacto visual.

O recurso a salas de conversa em linha (chat rooms) supervisionadas pode ajudar os idosos confinados ao seu lar a entrar em contacto com outras pessoas que tenham os mesmos interesses, o que atenua o seu isolamento.

Para as pessoas que vivem sós, o ambiente digital pode constituir um elo vital. Por exemplo, generalizar as ligações telefone/serviços de urgência por simples pressão numa tecla a custos razoáveis é uma verdadeira missão dos serviços sociais de interesse geral (SSIG).

A incapacidade de utilizar um computador ou a Internet, que muitas vezes se traduz num desinteresse total, é cada vez mais penalizante ao criar uma fractura social não só para as pessoas excluídas mas também para aquelas que têm dificuldade em se adaptar às novas tecnologias.

Neste contexto, deve ser prestada especial atenção às pessoas idosas com menos propensão para se familiarizarem com o ambiente digital (fractura geracional), para as quais se deverão prever programas de “alfabetização digital” adaptados às suas necessidades específicas.

O serviço universal deveria ser alargado de forma a garantir a acessibilidade para todos os utilizadores da internet, independentemente da sua situação geográfica, financeira ou social.

O papel crescente da tecnologia em todas as esferas da sociedade e a necessidade de recorrer a sistemas técnicos para permitir uma vida autónoma, ativa e participativa na velhice são fenómenos cujos efeitos a longo prazo praticamente ainda não foram estudados.

## ***B) Informação/conhecimento***

Com o desenvolvimento da sociedade da informação acentuou-se o fosso entre, por um lado, aqueles que utilizam as potencialidades oferecidas pelas redes de comunicações electrónicas para sua realização pessoal ou profissional e, por outro, aqueles que não são capazes de explorar essas potencia-

lidades (fractura digital), por falta de acesso às tecnologias da informação e da comunicação (TIC) ou por falta de competências ou interesse<sup>15</sup>.

O acesso à informação é um direito humano fundamental, sem o qual não podem usufruir de quaisquer direitos sociais ou políticos; é por isso necessária uma estratégia global e coerente para garantir que haja uma política de desenvolvimento e de inclusão para as pessoas com necessidades especiais.

É este um domínio em que está praticamente tudo por fazer a nível da UE.

A acessibilidade deve ser entendida como parte integrante do princípio da igualdade entre cidadãos. Como tal, esta exige que se cumpram previamente requisitos importantes como:

- a generalização das infraestruturas que garantem a todos um acesso rápido à Internet (banda larga) ;
- o acesso a terminais privados ou públicos (hardware) para todos os cidadãos;
- a adequação das aplicações informáticas (software) à capacidade de compreensão de todos os públicos, assegurando a sua fácil utilização, incluindo para os públicos em situação de exclusão.

### ***C) Educação/formação***

A utilização das TIC requer formação e apoio, bem como acesso a equipamento<sup>16</sup>, sem o que se cavará um fosso entre as gerações (generation gap) em termos de competências informáticas.

Neste contexto, e dada a evolução demográfica na Europa, convém dar especial atenção à relação dos adultos com a “eLearning”. Para poderem

<sup>15</sup> A acessibilidade da Web faz parte integrante das políticas de informação pública nomeadamente na Austrália, no Canadá e nos Estados Unidos. Nalguns países, a legislação constitui um quadro importante para conseguir a acessibilidade dos sítios Web. Nomeadamente, desde que foi alterada a Secção 508 do Rehabilitation Act em Agosto de 1998, a qual entrou em vigor em Junho de 2001, os sítios Web federais nos EUA têm, por lei, de ser acessíveis. Esta legislação é também importante para os contratos públicos de tecnologias da informação que são acessíveis a pessoas com deficiência

<sup>16</sup> Estas questões foram realçadas no parecer do CESE sobre «Melhorar a literacia, as competências e a inclusão digitais» onde se recorda que “a facilidade para os indivíduos se tornarem ‘cultos digitalmente’ é, em geral, inversamente proporcional à sua idade” e que “na prática, isto significa que são necessários esforços de adaptação de diferente alcance, proporcionais à idade da pessoa”.

acompanhar esta evolução e participar activamente na era digital, as pessoas idosas que tenham deixado a vida activa deverão igualmente adquirir as competências indispensáveis em matéria de TIC.

A Europa tem o dever de investigar e atenuar as desigualdades que afectam os seus cidadãos, jovens, adultos ou idosos, no que diz respeito ao acesso às tecnologias da informação e da comunicação (TIC).

Entre as acções susceptíveis de garantir a info-acessibilidade a estes utilizadores, incluindo o recurso ao Fundo Social Europeu destacam-se:

- cursos especializados de informática e Internet para pessoas com mais de cinquenta anos, que permitam aos trabalhadores mais velhos, aos reformados e às suas organizações utilizarem mais as TIC. A adaptação dos cursos às necessidades das pessoas mais velhas é fundamental (por exemplo, caracteres maiores, portal "SeniorWEB", etc.).
- abrir o sistema de ensino formal aos mais velhos, com vista a apoiar a sua formação contínua e a sua inclusão social. Esta abertura deve contemplar também o acesso dos mais velhos, qualquer que seja o seu grupo social, às novas TIC (por exemplo, através do programa da UE *Envelhecer bem na sociedade da informação*)

De facto a info exclusão é um dos principais entraves para o aumento do emprego das pessoas mais velhas. Para combater de forma eficaz este fenómeno, há que estabelecer uma estreita ligação entre a aprendizagem ao longo da vida das pessoas com idade superior a 50 anos e a sua formação com recurso às tecnologias de informação e comunicação (TIC).

#### ***D) Acessibilidade ao digital***

Na sociedade tal como se apresenta hoje, há certos factores que favorecem a tendência ao isolamento das pessoas idosas, como o desaparecimento da família alargada e o advento da família monoparental. Ao promover acções para reduzir a fractura digital actual, a sociedade da informação oferece novas oportunidades de romper o isolamento social, que deverão ser aproveitadas pelas pessoas idosas.

Esta situação fica particularmente evidente no âmbito da info acessibilidade. Segundo a Declaração Ministerial de Riga, adoptada por unanimidade, na Europa apenas 10% das pessoas idosas com mais de 65 anos utilizam a Internet.



A emergência das tecnologias digitais cria novos valores não só na economia mas em todos os domínios da vida social e cultural. É, pois, muito importante desenvolver as competências digitais em todos os quadrantes da sociedade, incluindo a população sénior e as pessoas em risco de exclusão social, económica e cultural por motivos de saúde, rendimento ou educação. Importa pôr em prática, em larga escala, conteúdos e métodos de ensino modernos, em particular com vista a preparar os trabalhadores para a requalificação profissional e a aquisição de novas competências.

O acesso às novas tecnologias é essencial para suprir a “fractura digital” nas sociedades europeias. No entanto, há que atender não só à exclusão geográfica, mas também à exclusão social, associada a reduzidas capacidades financeiras ou competências limitadas de certos grupos de utilizadores.

Os serviços em linha deveriam, portanto, ser alargados de forma a garantir a acessibilidade para todos os utilizadores, independentemente da sua situação geográfica, financeira ou social.

O sector das TIC começa a ter consciência de uma crescente população de consumidores mais idosos que poderiam beneficiar de modo considerável de especificidades acessíveis na concepção e na produção de bens e serviços neste sector. Tem-se cada vez mais consciência de que os progressos em tecnologia da informação e da comunicação (TIC) devem dar resposta às necessidades de todas as pessoas na sociedade, em particular as mais vulneráveis à exclusão social, para enfrentar os problemas da fractura digital e do dualismo social enraizado.

Todavia, surgem novos obstáculos, como, por exemplo:

- a) A crescente complexidade dos telemóveis e a crescente utilização de comandos visuais criam obstáculos para as pessoas com deficiência, bem como para os consumidores sem deficiência.
- b) Na Europa, há diferentes sistemas de telefonia de texto sem qualquer compatibilidade entre eles. Os surdos e as pessoas com dificuldades auditivas como são geralmente os idosos não podem comunicar em tempo real, nem na Europa, nem à escala internacional, através dos actuais sistemas de telecomunicações.
- c) A televisão digital, uma tecnologia cada vez mais importante para a comunicação interactiva e a informação pública, é menos acessível a pessoas com deficiência do que a televisão analógica.

Além da universalização do acesso à Internet, para promover a inclusão social das pessoas idosas e das pessoas com deficiência na sociedade da informação, haverá que propor, no respeito do princípio da subsidiariedade, políticas sociais transversais propícias à igualdade e à melhoria da qualidade de vida. Para o efeito, importa otimizar os serviços e favorecer a participação deste estrato da população na sociedade da informação, removendo as barreiras à formação digital e facultando-lhes software livre.

O facto de facilitar a acessibilidade das pessoas idosas à sociedade da informação poderá estimular o seu exercício intelectual e tornar-lhes a vida mais cómoda, graças, designadamente, à prestação dos seguintes serviços:

- aconselhamento gratuito;
- entrega de documentação ao domicílio;
- aconselhamento jurídico individual nos centros de terceira idade ;
- actividades de recreio e lazer;
- assistência gerontológica
- formação através de aulas virtuais;
- programas de férias, bem como
- serviços de telemedicina facultativos.

As necessidades dos grupos vulneráveis devem ser tidas em conta através da inclusão nos equipamentos terminais de requisitos técnicos que melhoram o acesso dos utilizadores mais idosos

É, assim, urgente legislação em matéria de *e*-acessibilidade electrónica em domínios tais como a acessibilidade de sítios Web, a comunicação inclusiva, tele-serviços, a telefonia móvel, a tecnologia digital e caixas ATM automáticas.<sup>17</sup>

Apesar de a Europa ser uma das regiões do mundo com mais ligações em rede, a complexidade e a falta de acessibilidade e usabilidade de muitos produtos e serviços baseados nas TIC representam um importante obstáculo à inclusão, em particular para os idosos.

Dado o compromisso incluído na Agenda Digital de promover a info-inclusão, o Conselho deve apoiar iniciativas em toda a UE para iniciar os idosos e os cidadãos socialmente desfavorecidos na utilização da

<sup>17</sup> Estes objectivos figuravam já na Declaração Ministerial de Creta (2003) e na Declaração de Riga(2006)

tecnologia de banda larga (por exemplo, através da aprendizagem com base na Internet, de videoconferências, de serviços públicos em linha, etc.).<sup>18</sup>

O uso da Internet e do correio eletrónico permite aos idosos manterem contacto com a realidade fora de casa e comunicarem regularmente com familiares que não moram perto. Isto pode ser potenciado através da utilização do Skype ou de outros programas semelhantes para manter o contacto visual. O recurso a salas de conversa em linha (*chat rooms*) supervisionadas pode ajudar os idosos confinados ao seu lar a entrar em contacto com outras pessoas que tenham os mesmos interesses, o que atenua o seu isolamento.

### ***E) Acesso à banda larga***

Um dos principais desafios da aplicação das Directrizes WAI seria chegar a todos os cidadãos, incluindo as pessoas deficientes e idosas, e envolver não só as administrações nacionais, mas também as administrações regionais e locais que se encontram mais próximo das necessidades fundamentais dos cidadãos.

Por conseguinte, os preços resultantes, direta ou indiretamente, da reatribuição da frequência de 700 MHz poderão tornar-se inoportáveis para uma camada crescente da população, bem como para algumas pequenas empresas que, de resto, pagam amiúde um preço mais elevado pelo acesso à tecnologia digital do que os utilizadores «integrados» por não preencherem as condições das ofertas concebidas em benefício dos grandes utilizadores.

Por esse motivo, muitas pessoas vulneráveis como os mais idosos não terão a autonomia necessária para fazer valer os seus direitos, por vezes única e exclusivamente acessíveis por via digital, tais como determinadas prestações ou subsídios para as pessoas idosas ou para os jovens à procura de emprego. A fim de evitar um novo agravamento do fosso económico e de assegurar a conectividade digital universal, os Estados-Membros devem criar um regime de compensações, no respeito das regras da UE em matéria de auxílios estatais, em prol dos consumidores vulneráveis, designadamente mais idosos, para que todos possam tirar partido da nova dinâmica digital.

<sup>18</sup> No âmbito do programa de investigação na área das TIC do 7º Programa Quadro, haveria que ter sido dedicada especial atenção ao desenvolvimento de uma nova geração de produtos e serviços susceptíveis de atender às necessidades especiais dos mais idosos, dos portadores de deficiência e das pessoas com problemas de literacia.

Sauda-se assim a iniciativa Wifi4EU (acesso gratuito à Internet sem fios para os europeus), que pretende generalizar o acesso gratuito à Internet nos locais públicos e trará benefícios em termos quer de acessibilidade, mormente para as categorias sociais mais desfavorecidas, quer de crescimento económico dos territórios, em especial nos setores dos serviços públicos, da saúde, do comércio e do turismo.

Será para tanto necessário um aumento significativo das dotações financeiras por forma a possibilitar o acesso gratuito à Internet sem fios e de muito elevada velocidade até 2025 em todos os locais públicos do território europeu, implementando assim a iniciativa em conformidade com o princípio «Quality Wifi4all» [Internet sem fios de qualidade para todos].

Mas seria ainda desejável a disponibilização de um serviço sem fios gratuito e de qualidade que assegurasse uma conexão mínima de 100 *megabits*/segundo no período de 2017 a 2020, mas prevendo desde já a adaptação a um débito mais elevado a médio prazo, por três motivos:

- a) para coadunar a iniciativa Wifi4EU com a comunicação relativa à sociedade europeia a *gigabits*;
- b) porque uma simples conexão ADSL, pelas suas limitações técnicas, não asseguraria uma ligação de qualidade suficiente para dezenas de pessoas ao mesmo tempo;
- c) porque um serviço público gratuito não deve necessariamente ser de baixa qualidade.

Para tanto importaria prever um aumento considerável das dotações, a fim de elevar a Wifi4EU ao estatuto de medida estrutural e estratégica, com objetivos quantificáveis, essencial para o modelo da sociedade a *gigabits* e capaz de alcançar os objetivos de desenvolvimento digital previstos para 2025.

#### ***F) Mercado do trabalho e Trabalho a partir de casa***

A população na faixa etária dos 55 aos 64 anos de idade não é homogénea no que se refere à sua situação no mercado de trabalho, verificando-se fortes disparidades em matéria de taxa de emprego das pessoas com idades compreendidas entre os 55-59 e os 60-64 anos.

Em 2005, esta taxa era de 55,3% e 26,7% respectivamente. Tanto para os homens como para as mulheres, o “fosso” entre as taxas de emprego

das faixas etárias 55-59 e 60-64 anos era muito superior (com um valor de 28,6%) em relação ao das faixas etárias 50-54 e 55-59 (17%).

É na Suécia que a taxa de emprego das pessoas mais velhas é mais alta, atingindo os 79,4% e os 56,9% para os grupos etários dos 55-59 e 60-64 anos respectivamente. Em contrapartida, a taxa mais baixa está presente na Polónia para a faixa etária dos 55-59, não passando dos 32,1%, e no Luxemburgo para a faixa etária dos 60-64 que é de apenas 12,6%.

Fazer da acessibilidade regra contribuirá para a competitividade e a recuperação económica da UE visto criar novos mercados para bens e serviços de assistência e novos empregos.

### ***G) Os serviços sociais de interesse geral***

É crucial o papel dos serviços sociais de interesse geral na UE, como nos setores dos cuidados de saúde, do acolhimento de crianças, da assistência a idosos ou a pessoas com deficiência, da habitação social e dos serviços do mercado de trabalho.

No que diz respeito à garantia do acesso a serviços essenciais como os serviços postais, os serviços bancários de base, os transportes, a energia e as comunicações eletrónicas,<sup>19</sup> deveria existir um direito universal a esse acesso, em especial para os clientes vulneráveis.

O mesmo se aplica aos serviços de interesse geral destinados aos mais velhos. Para a sua aplicação eficaz, será indispensável:

- providenciar programas informáticos conviviais e equipamentos informáticos que permitam a utilização ideal das suas possibilidades por aqueles que não estão (ou já não estão) familiarizados com eles;
- assegurar a disponibilidade e a acessibilidade das tecnologias da informação e da comunicação, bem como de tecnologias que permitam aos utilizadores beneficiar de serviços em linha de aprendizagem (e learning), saúde (e health), de cuidados (e care) e de reabilitação (e rehabilitation); as tecnologias podem ajudar, mas não substituem o contacto pessoal ;
- simplificar o acesso e a utilização dos equipamentos e das redes técnicas correspondentes, tendo em conta a complexidade crescente

<sup>19</sup> Dai as preocupações com a liberalização e privatização de certos serviços públicos essenciais que se traduziram na supressão de serviços de proximidade às populações, como os correios, as agências bancárias, as estações de caminhos de ferro, etc..

dos sistemas e a adaptação às necessidades especiais dos mais velhos (por exemplo, problemas de visão, limitações do tacto)

- ter em conta as necessidades dos utilizadores de idade avançada e adoptar medidas para aumentar a motivação para a sua utilização;
- adoptar medidas de acompanhamento, como serviços integrados de aconselhamento, instalação e manutenção, incluindo os serviços sociais;
- ter em conta as alterações introduzidas pelas mutações sociais, bem como as novas experiências e interesses dos grupos coetâneos subsequentes

### ***H) Riscos na contratação electrónica<sup>20</sup>***

Os consumidores em geral hesitam com frequência em usar a Internet para comprar produtos ou serviços, porque há falta de transparência quanto às características do produto, a eventuais custos adicionais e quanto à aplicação de disposições legais e à jurisdição competente. Os consumidores não têm a certeza se os produtos que tencionam comprar são isentos de defeito, serão enviados a tempo e se o reembolso, na eventualidade de problemas (sobretudo por defeito ou não satisfação do cliente), será efectuado com rapidez, eficiência e correcção. Acresce ainda que muitos dos sistemas técnicos não estão feitos para ajudar os utilizadores.

Preocupam os consumidores, ainda, a fraude, a falta de segurança, sobretudo do pagamento, e a falta de protecção dos dados pessoais.

É udenticamente problematica a regulamentação em matéria de segurança nos pagamentos electrónicos<sup>21</sup>, apesar da iniciativa da Comissão de lançar um debate sobre o estabelecimento de um espaço único para os pagamentos no mercado interno<sup>22</sup>.

<sup>20</sup> Por **e-comércio** entende-se essencialmente a comercialização via, sobretudo, Internet, de serviços e mercadorias digitais, mas também não digitais. Outras, novas formas de comercialização já entraram no mercado, como, por exemplo, a TV interactiva (t comércio) e o “comércio móvel” (m comércio). Este último, principalmente, ganhou importância com a introdução da tecnologia UMTS (Sistema Universal de Telecomunicações Móveis).

<sup>21</sup> A Recomendação da Comissão 87/598/CEE relativa a um código Europeu de boa conduta em matéria de pagamento electrónico, JO L 365, de 24/12/1987, é insuficiente para proteger os interesses dos consumidores nesta matéria.

<sup>22</sup> Comunicação da Comissão sobre um Quadro Jurídico relativo aos pagamentos no Mercado Interno (COM(2003) 718 final), parecer do CESE da autoria de RAVOET (CESE 951/2004, de 30/6/2004).

No entanto, continua a faltar uma perspectiva de conjunto no domínio do comércio electrónico por forma a ganhar a confiança dos consumidores

Acresce que os trabalhos até agora desenvolvidos no sentido de criar sistemas de acreditação dos profissionais não se chegaram a concretizar em medidas sequer de autoregulação capazes de permitir aos consumidores identificar os “sites” da Internet dignos de confiança.

São assim, de saudar, apesar das suas limitações, os recentes desenvolvimentos, de iniciativa da Comissão, com vista a promover uma utilização mais segura da Internet<sup>23</sup> e relativo à protecção de menores e da dignidade humana e ao direito de resposta nos serviços audiovisuais e de informação<sup>24</sup>.

A informação aos consumidores deve ser permanentemente submetida ao teste da “adequabilidade” (suitability) para se aferir da sua qualidade para o fim a que se destina e o público consumidor a que se dirige e cujos parâmetros fundamentais são fiabilidade, actualidade, imparcialidade, exactidão, relevância, dimensão sucinta, compreensibilidade, clareza, legibilidade e fácil acesso.

Particularmente grave a expressa consagração da admissibilidade da “prática publicitária comum e legítima que consiste em fazer afirmações exageradas ou afirmações que não são destinadas a ser interpretadas literalmente”, mesmo quando dirigidas a grupos de consumidores “particularmente vulneráveis... em razão da sua doença mental ou física, idade ou credulidade”.

E a falta de eficacia do cumprimento efectivo das disposições sobre o marketing e a publicidade agressivos, as praticas comerciais desleais, às clausulas abusivas e desonestas de que os idosos são facil presa.

Ora todas a estas preocupações sentidas em geral pelos consumidores é particularmente sensível o grupo de consumidores constituído pelos cidadãos mais velhos, descobertos como uma nova oportunidade de ganhos fáceis pelos profissionais menos escrupulosos que não hesitam no uso de todo o género de praticas comerciais dolosas dolosas e abusivas e de condições contratuais desleais para violentar os mais velhos

Daí a necessidade de incentivar da assistência à autonomia no domicílio (AAL – Ambient Assisted Living) e do aconselhamento em questões de

<sup>23</sup> Cf. COM(2004) 91 final de 12/3/04 e o parecer do CESE em elaboração da autoria dos conselheiros RETUREAU e DAVISON.

<sup>24</sup> Cf. COM(2004) 341 final e o parecer (CESE 134/2005), de que fui Relator

defesa do consumidor, o que não deixa de representar uma oportunidade para a economia, sem prejuízo de reforçar os direitos dos consumidores nesta área, sendo até desejável, agora que parece que a Comissão deixou cair por fim o conceito do consumidor médio, que se insista num quadro legal especial para protecção dos mais idosos no comércio e na contratação electrónica

### ***1) Serviços de comunicação social***

As medidas que visam garantir a participação dos mais idosos e excluídos da vida social e cultural, não podem estar dependentes de considerações de ordem económica não se podendo por exemplo, subscrever a proposta da Comissão de reservar mais espaço e flexibilidade à publicidade para os serviços de comunicação social audiovisual em detrimento dos consumidores, que serão confrontados com um número mais elevado de interrupções na programação para que seja inserida publicidade de maior duração durante o horário nobre e às horas de grande audiência.

Os serviços de comunicação social audiovisual são serviços públicos essenciais de natureza económica, social e cultural, portadores de valores e significados que, em grande parte, são decorrentes dos direitos humanos, não devendo, portanto, ser tratados como se tivessem apenas valor comercial. Esta questão é sobretudo válida para os menores e adolescentes, mas é também pertinente para as pessoas idosas ou excluídas, que são convidadas a intervir e a integrar-se na vida social e cultural, o que é indissociável de uma prestação de serviços de comunicação social audiovisual acessíveis e com preços comportáveis.

Na recente Proposta de um Código das Comunicações Electrónicas<sup>25</sup> é certo que se impõe aos Estados-Membros que garantam «que todos os utilizadores finais no seu território têm acesso, a um preço acessível e em função das condições nacionais específicas, a serviços funcionais de acesso à Internet e de comunicações vocais com a qualidade especificada no seu território, incluindo à ligação subjacente, pelo menos num local fixo», podendo mesmo «exigir às empresas que prestam os serviços que ofereçam, a utilizadores finais com baixos rendimentos ou com necessidades sociais especiais, opções ou pacotes diferentes dos oferecidos em condições comerciais normais» aplicando «tarifas comuns, incluindo o nivelamento geográfico dos preços, em todo o território»(artigo 79º)

<sup>25</sup> De cujo Parecer do CESE fui Relator



No entanto, a proposta remete para a «assistência ou segurança social» ou seja, para os orçamentos nacionais através dos impostos, o «apoio aos utilizadores finais com baixos rendimentos ou com necessidades sociais especiais ou com deficiência, a fim de garantir a acessibilidade dos serviços funcionais de acesso à Internet e de comunicações vocais, pelo menos num local fixo», o que retira da esfera dos fornecedores de serviços tais obrigações. (n.os 4 e 5 do artigo 80.º)

A proposta da Comissão também não reconhece que certas situações que têm vindo a ser denunciadas como práticas abusivas nos contratos com utilizadores precisam de melhor regulamentação, como, por exemplo, no caso dos limites máximos de duração dos contratos ou de rescisão de contratos, das renovações de contratos em caso de ofertas agregadas, da ausência de sanções para assegurar a eficiência do processo de mudança de fornecedor para o utilizador final, da manutenção da obrigação de indemnização pelo utilizador final «quanto o valor *pro rata temporis* do equipamento subvencionado associado ao contrato no momento da celebração do mesmo e ao reembolso *pro rata temporis* de quaisquer outras vantagens promocionais oferecidas como tal no momento da celebração do contrato».

### ***J) Serviços financeiros (Banca, Seguros, Bolsa)***

A exclusão social traduz-se, normalmente, na dificuldade ou no impedimento do acesso ao mercado dos serviços financeiros de base, designadamente a abertura de conta à ordem, a posse de meios de pagamento electrónicos, a possibilidade de efectuar transferências bancárias e de contratar seguros de protecção ao crédito.

Esta exclusão financeira abrange, por maioria de razão, o acesso a crédito de baixo custo que possibilite a aquisição de bens e serviços indispensáveis à economia familiar (casa, electrodomésticos, transportes, educação), à criação do auto-emprego e à gestão de um pequeno negócio de base individual ou familiar.

Acontece que, hoje, o acesso a uma conta bancária, a certas formas de crédito, e a meios electrónicos de movimentação de contas, são condição essencial para, por seu turno, aceder a bens e serviços essenciais. O emprego, o pequeno negócio, a casa de habitação, o equipamento doméstico, o transporte, a informação, até a alimentação, o vestuário e o lazer passam pelo acesso ao crédito e à Banca, que assume, assim, uma especial responsabilidade social de quase serviço público.

Face a práticas predatórias e usurárias que ameaçam os grupos mais desfavorecidos da população – como por exemplo, crédito por telefone telemóvel ou internet com taxas de juro muito elevadas, contratos de crédito interligados com contratos de compra e venda ou de prestação de serviços que não são conhecidos, concessão de créditos para aquisição de títulos em Bolsa por vezes do próprio banco, cláusulas penais draconianas, cartões de crédito e cartões de loja com vertente de crédito de acesso fácil, exigência de garantias reais e simultaneamente de garantias pessoais (colaterais) para contratos de crédito ao consumo de pequeno montante, informação incompleta ou pouco rigorosa – é imprescindível fazer com que a cultura financeira chegue a todos os segmentos da população designadamente aos mais idosos com intensidade suficiente e ao longo de toda a vida por forma a manter a confiança num sistema financeiro bem regulamentado, assim como para assegurar o seu desenvolvimento e estabilidade, favorecendo um consumo inteligente de produtos financeiros baseado em decisões informadas e bem fundamentadas.

Também os conteúdos publicitários, os canais e as técnicas de publicidade devem ser objecto de uma disciplina forte e harmonizada, que não permita criar nos consumidores a imagem de que o crédito não tem riscos e de que é facilmente acessível e sem custos.

Dai a necessidade de garantir o acesso efectivo a programas de capacitação financeira com temáticas correspondentes a cada etapa, tendo em conta os objectivos e os interesses de cada grupo. Os conteúdos formativos e a metodologia específica de aplicação devem vir acompanhados de vias eficazes de acesso aos respectivos segmentos da população: escolas, centros de terceira idade trabalho, associações de consumidores idosos, sítios Web, publicações especializadas, meios de comunicação, assistência domiciliária, etc.

Por conseguinte, é importante fomentar iniciativas que favoreçam a inclusão financeira de grupos com elevado risco de exclusão como os idosos e pessoas sem recursos, etc. com base numa perspectiva de acessibilidade universal, desenvolvendo produtos e serviços financeiros à medida destes grupos.

#### ***L) As redes de comunicação social ; a cyber fraude e o cyber bullying***

A segurança das informações e a luta contra a cibercriminalidade são dois problemas cada vez mais graves que afectam todos os utilizadores.

A política da sociedade da informação deve ser concebida para reforçar a confiança e para que todos os actoresousem explorar plenamente as potencialidades da rede Internet.<sup>26</sup>

São especialmente temíveis os riscos associados à utilização das RSC por parte de públicos sensíveis, designadamente pessoas com diminuta literacia digital, tantas vezes vítimas de quem deles se aproveita para praticar actos ilícitos que ofendem a dignidade pessoal e põe em risco a sua saúde física ou mental e a própria vida.

No âmbito da iniciativa Safer Internet Fórum 2008 a Comissão revelou que o “cyberbullying”, a invasão da privacidade e o “grooming” foram apontados como os principais e mais comuns perigos que os idosos enfrentam na utilização das RSC.

Quando começam pela primeira vez a utilizar a Web e a Internet, as pessoas são particularmente vulneráveis aos cibercriminosos e a comerciantes sem escrúpulos. Aos utilizadores vulneráveis, em especial os idosos, deve ser garantida a máxima protecção para que possam usufruir de um ambiente em linha seguro.

### ***M) Acesso digital à saúde (e-health)***

Tal como no sistema de saúde, a maior parte dos custos dos cuidados prolongados ocorre nos últimos anos de vida. Desde a concepção dos actuais sistemas de segurança social (sistema de saúde e regime de pensões) a esperança de vida aumentou de modo considerável. Fazer face às novas necessidades levanta questões difíceis de justiça e solidariedade entre gerações, que exigem informações e respostas educativas apropriadas e medidas políticas<sup>27</sup>.

O objectivo deve ser permitir aos idosos e às pessoas de idade muito avançada da Europa envelhecer com dignidade e em segurança, mesmo quando dependentes de cuidados, mas, ao mesmo tempo, velando para que, na acepção de uma solidariedade intergeracional, tal não represente um fardo insuportável para as gerações futuras.

<sup>26</sup> Devem ter-se igualmente na devida consideração as soluções de segurança oferecidas pelos sistemas operativos e software de código-fonte aberta no combate à pirataria e às intrusões nas redes.

<sup>27</sup> Ver o parecer do CESE de 13.12.2007 sobre a “Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Promover a solidariedade entre as gerações”, relator: Luca JAHIER (CESE 1711/2007 – SOC/277).

Por outro lado, cada vez mais pessoas idosas vivem sozinhas, quer porque os seus familiares se mudaram para outro local quer por terem enviuvado. A mobilidade, incluindo a mobilidade transfronteiriça, que é promovida noutros domínios da política europeia e nacional, cria desafios suplementares para o sector dos cuidados.

Os serviços de saúde em linha trazem importantes vantagens no que diz respeito ao acompanhamento das situações clínicas e à resposta a situações de emergência.

Tais métodos não devem substituir o contacto humano pessoal regular e os sistemas de saúde em linha devem ter em conta a necessidade de relações reais com os indivíduos. Em especial é necessário alertar os mais idosos para os perigos da publicidade e da encomenda de medicamentos pela internet e de consultas à distancia

Outras aplicações mais controversas das TIC têm a ver com sistemas de vigilância pessoal em casas «inteligentes», segurança pessoal ou dispositivos para vigilância de indivíduos com demência. A intenção é proporcionar uma autonomia contínua e uma liberdade de escolha das atividades em segurança. A utilização desses métodos deve ter por base decisões e práticas éticas e atuar claramente no interesse do idoso, e não como mecanismo de controlo ou forma de reduzir o pessoal que presta assistência.

### ***O) O fim da vida***

A configuração da fase terminal da vida constitui uma questão controversa e rege-se por diferentes regimes consoante os Estados-Membros (auxílio activo ou passivo na morte).

A este respeito, interessa criar segurança jurídica, de modo que os desejos dos mais velhos possam ser tidos em conta também no caso de diminuição progressiva das suas capacidades cognitivas, por exemplo, como sucede no recurso a meios de prolongamento da vida. As instruções dos pacientes podem ser uma solução, mas é necessário assegurar a protecção das pessoas particularmente vulneráveis. Neste contexto, cumpre salientar o importante papel desempenhado pela medicina paliativa e o movimento dos cuidados paliativos. No fim de contas, a dignidade deve ser o princípio norteador de qualquer acção até ao último momento.

A instituição de um quadro que incentive os Estados-Membros a prevenir no seu ordenamento jurídico medidas que produzam a segurança jurí-

dica necessária para preparar e decidir o fim da vida com serenidade é hoje necessária numa União em que 25% da população tem 60 ou mais anos.

É um debate que está por fazer na sociedade civil europeia o da possibilidade de desenvolver um quadro jurídico unico para temas ligados ao final da vida, que poderia conduzir eventualmente à adopção de medidas regulamentares nos Estados-Membros.

As reflexões sobre o fim da vida não devem ser excluídas do debate sobre o envelhecimento da sociedade. De acordo com os princípios da ONU sobre os idosos, todos devem ter direito a morrer com a maior dignidade possível e em harmonia com os respectivos sistemas de valores culturais.<sup>28</sup>

#### **4. À Guisa de uma Sumula**

A descoberta dos idosos pela União Europeia foi tardia e orientada sobretudo por perspectivas económicas e assistencialistas – os encargos com os idosos, principalmente no âmbito da segurança social e os cuidados na doença, na incapacidade e na pobreza, tudo matérias relegadas para a competência dos Estados membros.

O prolongamento extraordinário da esperança de vida de um lado e a baixa progressiva da taxa de natalidade do outro, determinaram, nas últimas décadas, uma inversão da pirâmide etária de que alguns dados estatísticos são indelével confirmação – em 2050, 34,5% da população europeia terá mais de 60 anos de idade; a taxa de natalidade na União Europeia baixou mais de 45% de 1960 aos nossos dias; em 2030 haverá na Europa perto de 34,7 milhões de pessoas com mais de 80 anos contra os cerca de 18,8 milhões actuais.

Na UE, o CESE foi a única instituição que, desde muito cedo – há mais de 30 anos e em mais de 70 pareceres – tem defendido uma aproximação diversa dos idosos, não os equiparando aos doentes, aos incapacitados, aos pobres, às minorias de todas as espécies, – embora possam ser tudo isso – mas antes como um grupo de cidadãos europeus de pleno direito, com

<sup>28</sup> O CESE debateu o assunto no seu parecer intitulado “Cuidados paliativos – exemplo de actividade de voluntariado na Europa” de 20.3.2002, relatora: Soscha zu EULENBURG (JO C 125, 27.5.2002). Ver ainda a Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu “Resposta da Europa ao Envelhecimento da População Mundial – Promover o Progresso Económico e Social num Mundo em Envelhecimento. Contribuição da Comissão Europeia para a II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento”, de 18.3.2002, COM(2002) 143 final.

características específicas e direitos próprios, a merecerem ser levados em conta de forma horizontal nas diversas políticas comunitárias

Ainda na última Plenária de maio de 2019 o CESE acabou de aprovar um Parecer de Iniciativa da CCMI (Comissão Consultiva para as Mutações Industriais), de que tive a honra de ser Presidente, precisamente sobre “Evolução económica, tecnológica e social dos serviços avançados de saúde às pessoas idosas”.

Mesmo o Parlamento Europeu, que, em Resolução de 14 de maio de 1986, em que tive a oportunidade de participar enquanto MP, chamou pela primeira vez a atenção para a questão dos idosos mas apenas no seu papel passivo e de fonte de encargos e merecedores de assistência e cuidados, apenas em setembro de 2016 publicou um estudo sobre “A Protecção dos Adultos Vulneráveis” mas onde, ainda assim, os aspectos do mercado único digital são descurados.

Ao contrário, muito antes de ter sido definida uma Agenda Digital na UE, já no CESE nos preocupava o papel dos idosos no ambiente digital, os seus principais direitos, os riscos e os desafios da sua inclusão ou da sua exclusão

Nesse sentido é mister chamar a atenção para a necessidade de intervenções político-legislativas em vários domínios, de que se destacam:

- o acesso à informação e ao conhecimento informático como direito humano fundamental, para obviar à fractura ou fosso digital;
- a necessidade de aumentar a literacia digital mediante a educação ao longo da vida, para evitar a “generation gap” e promover a inclusão digital e social;
- a remoção dos obstáculos tecnológicos para facilitar a acessibilidade electrónica;
- a necessidade de considerar o acesso à banda larga como um direito fundamental e um serviço de interesse geral;
- os potenciais desafios e benefícios do trabalho a partir de casa para os idosos através da internet e também o mercado dos serviços de saúde e assistência electrónicos aos idosos;
- as vantagens mas também os acrescidos riscos do comércio electrónico, das redes de comunicação social e do jogo “on line” consequência do marketing e da publicidade agressivos, das práticas comerciais desleais, das cláusulas abusivas e desonestas de que os idosos são fácil presa;

- as práticas predatórias e usurárias como o crédito por telefone, telemóvel ou internet com taxas de juro muito elevadas, contratos de crédito interligados com contratos de compra e venda ou de prestação de serviços que não são conhecidos, concessão de créditos para aquisição de títulos em Bolsa por vezes do próprio banco, cláusulas penais draconianas, cartões de crédito e cartões de loja com ver-tente de crédito de acesso fácil;
- enfim, a apropriação e utilização indevida de dados pessoais, a cyber fraude e o cyber bullying que tem nos idosos um alvo fácil e desprotegido

Daí a necessidade sentida de que o poder político, as entidades públicas mas também as empresas privadas encarem como objectivo nacional e comunitário uma nova aproximação das relações dos idosos com as novas tecnologias da informação no mercado único digital que tenha em conta a especificidade do seu “status” e da sua hiper-vulnerabilidade na utilização das tecnologias de que necessitam para se informar e educar para que possam aproveitar plenamente ao longo do seu envelhecimento que se deseja activo, até o mais tarde possível.

Se é certo que alguns avanços político legislativos se verificaram em alguns destes aspetos, ao longo dos últimos anos, o certo é que as acções empreendidas são desconexas, sem um roteiro bem definido, sem um plano coerente, concertado e focado.

Nesta nova perspectiva relativamente ao papel dos idosos, as questões dos direitos fundamentais, da e-acessibilidade, do mercado do trabalho com as TIC, das redes de comunicações sociais electrónicas, das comunicações comerciais, do marketing et das vendas à distância, do cyber-bullying e das cyber-fraudes, das práticas abusivas e desleais, da defesa da privacidade, devem ser tratadas num conjunto coerente a nível comunitário, nos aspetos que devem ser considerados ao nível da UE, segundo os princípios da proporcionalidade e da subsidiariedade.

**Para assim se cumprir a máxima de ANTOINE DE SAINT EXUPERY**

***“Quanto ao futuro, não se trata de o prever mas de o tornar possível”***

## ANEXO

LISTA DE ALGUNS PARECERES DO CESE  
SOBRE CERTOS ASPETOS DE POLITICA PARA IDOSOS**1998**

1. **PARECER SOC/350** sobre a “*Comunicação da Comissão sobre a dimensão social e laboral da sociedade da informação Prioridade à dimensão humana – Etapas seguintes*” (COM(97) 390 final) de 26 de Fevereiro de 1998, **Rel PELLARINI**

**1999**

1. **PARECER INT/018** sobre “*Os efeitos do comércio electrónico sobre o mercado único (OMU)*” (Parecer de iniciativa) de 29 de abril de 1999, **Rel GLATZ**

**2000**

1. **PARECER TEN/47** sobre a “*Proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Directiva 97/67/CE no que diz respeito a uma maior abertura à concorrência dos serviços postais da Comunidade*” COM(2000) 319 final) de 09 de novemnro de 2000, **Rel MORGAN**

**2001**

1. **PARECER SOC/070** sobre a “*Comunicação da Comissão Plano de acção eLearning: Pensar o futuro da educação*” (COM (2001) 172 final) de 17 de outubro de 2001, **Rel RUPP e KORYFIDIS**
2. **PARECER SOC/76** sobre a proposta de decisão do Conselho “*2003, Ano Europeu das Pessoas com Deficiência*” COM(2001) 271 final – 2001/0116 (CNS), CES 1064/2001, **Rel. CABRA DE LUNA**

**2002**

1. **PARECER TEN/099** sobre a “*Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, sobre eEurope 2002: acessibilidade dos sítios Web públicos e do respectivo conteúdo*” (COM(2001) 529 final) de 20 de Fevereiro de 2002, **Rel CABRA DE LUNA**
2. **PARECERSOC/97** sobre “*A integração das pessoas com deficiência na sociedade*” (CES 853/2002) de 21 de julho de 2002, **Rel CABRA DE LUNA.**

**2003**

1. **PARECER TEN/154** sobre a “*Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a prestação interoperável de serviços pan europeus de administração em linha (eGovernment) a administrações públicas, empresas e cidadãos (IDABC)*” (COM(2003) 406 final) de 10 de dezembro de 2003, **Rel PEZZINI**

**2004**

1. **PARECER SOC/163** sobre a “*Comunicação da Comissão ao Conselho, Parlamento Europeu, Comité Económico e Social Europeu e Comité das Regiões – Igualdade de oportunidades para as*



*peessoas com deficiência: Plano de Acção Europeu*” (COM(2003) 650 final, CESE 311/2004), **Rel CABRA DE LUNA**.

2. **PARECER TEN/182** sobre a “*Proposta de Decisão do PE e do Conselho que estabelece um programa comunitario plurianual destinado a tornar os conteúdos digitais na Europa mais acessíveis, utilizáveis e exploráveis*” (COM(2004) 96 final), de 14 de abril de 2004, **Rel. PEGADO LIZ**

## 2005

1. **PARECER INT/203** sobre “*A Política dos Consumidores após o Alargamento da UE*” (Parecer de iniciativa) de 10 de fevereiro de 2005, **Rel PEGADO LIZ**
2. **PARECER TEN/215** sobre a “*Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos direitos das pessoas com mobilidade reduzida no transporte aéreo*” (COM (2005) 47 final) de 28 de Setembro de 2005, **Rel. CABRA DE LUNA**
3. **PARECER INT/269** sobre a “*Proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao sétimo programa quadro da Comunidade Europeia de actividades em matéria de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração (2007 a 2013)*” e a “*Proposta de decisão do Conselho relativa ao sétimo programa quadro da Comunidade Europeia da Energia Atómica (Euratom) de actividades de investigação e formação em matéria nuclear (2007 a 2011)*” (COM(2005) 119 final/2) de 14 de Dezembro de 2005, **Rel. WOLF e PEZZINI**

## 2006

1. **PARECER TEN/220** sobre a “*Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre “i2010 – Uma sociedade da informação europeia para o crescimento e o emprego”*” COM(2005) 229 final de 16 de março de 2006, **Rel LAGERHOLM**
2. **PARECER INT/271** sobre a “*Proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que institui um programa de acção comunitário no domínio da saúde e da defesa do consumidor (2007 2013)*” (COM(2005) 115 final) DE 14 de Fevereiro de 2006, **Rel PEGADO LIZ**
3. **PARECER TEN/228** sobre a Comunicação da Comissão “*Info acessibilidade*” (COM (2005) 425 final) de 15 de Março de 2006, **Rel CABRA DE LUNA**
4. **PARECER SOC/230** sobre a Comunicação da Comissão sobre “*A situação das pessoas com deficiência na União Europeia alargada: o Plano de Acção Europeu 2006 2007*”, (COM(2005) 604 final) de 20 de Abril de 2006, **Rel GREIF**

## 2007

1. **PARECER SOC/249** sobre “*Igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência*” (Parecer exploratório), de 17 de Janeiro de 2007, **Rel JOOST**
2. **PARECER INT/334** sobre a “*Comunicação da Comissão sobre a aplicação da Directiva 1997/7/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Maio de 1997, relativa à protecção dos consumidores em matéria de contratos à distância*” (COM(2006) 514 final de 30 de Maio de 2007, **Rel. PEGADO LIZ**
3. **PARECER TEN/295** sobre “*A futura legislação sobre info acessibilidade*” (Parecer exploratório) de 30 de Maio de 2007, **Rel HERNANDEZ BATALLER**
4. **PARECER SOC/265** sobre “*Crédito e exclusão social na sociedade da abundância*” (parecer de iniciativa) de 25 de outubro de 2007, **Rel PEGADO LIZ**

5. **PARECER SOC/277** sobre a Comunicação da Comissão “*Promover a solidariedade entre as gerações*” (COM(2007) 244 final) de 13 de Dezembro de 2007, **Rel JAHIER**

## 2008

1. **PARECER TEN/292** sobre “*Promover o amplo acesso de todos os cidadãos à biblioteca digital europeia*” (Parecer de iniciativa) de 13 de Fevereiro de 2008, **Rel. PICHENOT**
2. **PARECER SOC/293** sobre “*Garantia do acesso geral a cuidados prolongados e sustentabilidade financeira do sistema de cuidados prolongados para pessoas idosas*” (Parecer exploratório) de 13 de Março de 2008, **Rel KLASNIC**
3. **PARECER SOC/291** sobre a Comunicação da Comissão: “*Plano de Acção para a Educação de Adultos – Nunca é Tarde para Aprender*” (COM(2007) 558 final) de 13 de Março de 2008. **RelS HEINISCH, LE NOUAIL MARLIÈRE e GARCÍA CARO.**
4. **PARECER TEN/327.** sobre “*Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Directiva 2002/21/CE, relativa a um quadro regulamentar comum para as redes e serviços de comunicações electrónicas, a Directiva 2002/19/CE, relativa ao acesso e interligação de redes de comunicações electrónicas e recursos conexos, e a Directiva 2002/20/CE, relativa à autorização de redes e serviços de comunicações electrónicas*” (COM(2007) 697 final) e a “*Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Directiva 2002/22/CE relativa ao serviço universal e aos direitos dos utilizadores em matéria de redes e serviços de comunicações electrónicas, a Directiva 2002/58/CE relativa ao tratamento de dados pessoais e à protecção da privacidade no sector das comunicações electrónicas*”, o Regulamento (CE) n.º 2006/2004 relativo à cooperação no domínio da defesa do consumidor COM(2007) 698 final) e a *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui a Autoridade Europeia para o Mercado das Comunicações Electrónicas* (COM(2007) 699 final) de 29 de Maio de 2008 **Rel HERNANDEZ BATALLER**
5. **PARECER TEN/343** sobre a Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um “*Programa comunitário plurianual para a protecção das crianças na utilização da Internet e de outras tecnologias das comunicações*” (COM (2008) 106 final, de 29 de Maio de 2008 **Rel SHARMA**
6. **PARECER SOC/308** sobre “*Ter em conta as necessidades dos mais velhos*” (Parecer exploratório) de 18 de Setembro de 2008 **Rel HEINISCH**
7. **PARECER SOC/310** sobre a Proposta de Decisão do PE e do Conselho que emenda aq Decisão n.º 1720/2006/CE que estabelece um “*Programa no domínio da aprendizagem ao longo da vida*”, 29 de maio de 2008, **Rel. LE NOUAIL- MARLINIERE**
8. **PARECER TEN/353** sobre o “*Acesso à Internet de banda larga para todos – Reflexão sobre a evolução do âmbito do serviço universal de comunicações electrónicas*” (parecer exploratório) de 4 de Dezembro de 2008, **Rel HENKS**

## 2009

1. **PARECER SOC/297** sobre a “*Situação dos Trabalhadores Mais Velhos Face às Mutações Industriais – Assegurar o apoio e gerir a diversificação da estrutura de idades nos sectores de actividade e nas empresas*” (parecer de iniciativa) de 25 de Março de 2009 **Rel KRZAKLEWSKI**
2. **PARECER SOC/355** sobre a Comunicação da Comissão sobre “*A iniciativa europeia em matéria de doença de Alzheimer e outras formas de demência*” (COM(2009) 380 final) de 16 de Dezembro de 2009, **Rel O’NEILL**

## 2010

1. **PARECER SOC/363** sobre “*Pessoas com deficiência: Emprego e acessibilidade por etapas para pessoas com deficiência na UE. Estratégia de Lisboa após 2010*” (parecer exploratório) de 17 de Março de 2010, **Rel. CABRA DE LUNA**
2. **PARECER INT/500** sobre “*Que informação para os consumidores*” (Parecer de iniciativa) de 14 de Julho de 2010 **Rel PEGADO LIZ**
3. **PARECER TEN/402** sobre “*Como melhorar os modelos de parcerias público privadas participativas lançando os serviços em linha para todos na UE 27*” (parecer de iniciativa) de 16 de Setembro de 2010 **Rel. CAPPELLINI**
4. **PARECER SOC/389** sobre a Proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao “*Ano Europeu do Envelhecimento Activo (2012)*” (COM (2010) 462 final) de 21 de Outubro de 2012, **Rel HEINISH e GARCIA CARO**
5. **PARECER TEN/390** sobre “*O impacto das redes sociais de comunicação e interacção na esfera do cidadão/consumidor*” (parecer de iniciativa) de 4 de Novembro de 2009, **Rel PEGADO LIZ**
6. **PARECER TEN/426** sobre Comunicação da Comissão “*Uma Agenda Digital para a Europa*” (COM (2010) 245 final) de 8 de Dezembro de 2010, **Rel McDONOGH**

## 2011

1. **PARECER SOC/405** sobre a Comunicação da Comissão sobre a “*Plataforma Europeia contra a Pobreza e a Exclusão Social: um quadro europeu para a coesão social e territorial*” (COM(2010) 758 final) de 15 de Junho de 2011, **Rel O’NEILL**
2. **PARECER ECO/297** sobre “*Educação financeira e consumo responsável de produtos financeiros*” (parecer de iniciativa) de 14 de Julho de 2011, **Rel TRIAS PINTO**
3. **PARECER SOC/403** sobre a Comunicação da Comissão “*Estratégia Europeia para a Deficiência 2010 2020: Compromisso renovado a favor de uma Europa sem barreiras*” COM(2010) 636 final, de 21 de Setembro de 2011, **Rel VARDAKASTANIS**
4. **PARECER SOC/407** sobre “*Reforçar a coesão e a coordenação da UE no domínio social graças à nova cláusula social horizontal nos termos do artigo 9º do TFUE*” (parecer de iniciativa) de 26 de Outubro de 2011, **Rel LECHNER**
5. **PARECER TEN/453** sobre “*Melhorar a literacia, as competências e a inclusão digitais*” (Parecer exploratório) de 13 de Julho de 2011, **Rel BATUT**

## 2012

1. **PARECER SOC/453** sobre a “*Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria, para o período de 2014 a 2020, o programa Direitos e Cidadania*” (COM (2011) 758 final) de 26 de abril de 2012, **Rel BOLAND**
2. **PARECER INT/588** sobre o “*Horizonte 2020 – Roteiros para o envelhecimento*” (parecer de iniciativa) de 23 de Maio de 2012 **Rel HEINISCH**
3. **PARECER TEN/477** sobre “*O mercado digital como motor de crescimento*” (parecer exploratório) de 23 de maio de 2012 **Rel. BATUT**
4. **PARECER TEN/482** sobre a Comunicação da Comissão “*Um enquadramento de qualidade para os serviços de interesse geral na Europa*” (COM(2011) 900 final) de 23 de Maio de 2012, **Rel SIMONS**

5. **PARECER INT/599** sobre A Comunicação da Comissão “*Parcerias na Investigação e Inovação*” (COM (2011) 572 final) de 23 de maio de 2012, **Rel HEINISCH**
6. **PARECER SOC/438** sobre a “*Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui o programa «Erasmus para Todos» – O programa da União para o Ensino, a Formação, a Juventude e o Desporto*” COM (2011) 788 final) de 2 de abril de 2012, **Rel VAREIKITE**
7. **PARECER SOC/448** sobre “*O contributo e a participação dos idosos na sociedade*” (parecer de iniciativa) de 14 de novembro de 2012 **Rel O’NEILL**
8. **PARECER SOC/464** sobre a “*Aplicação e supervisão pelas instituições da UE da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e papel do CESE nesta matéria*” (parecer de iniciativa) de 12 de Dezembro de 2012 **Rel. VARDAKASTANIS**
9. **PARECER CCMJ/101** sobre as “*Tendências e repercussões da evolução futura do setor dos serviços sociais, de saúde e educativos à pessoa na União Europeia*” (parecer de iniciativa) de 13 de dezembro de 2012 **Rel PEZZINI e JARRE**

## 2013

1. **PARECER INT 627** sobre “*O cidadão no cerne de um mercado interno digital inclusivo: Plano de ação para um êxito garantido*” (parecer de iniciativa) de 20 de março de 2013 **Rel DARMANIN**
2. **PARECER INT/675** sobre a Comunicação da Comissão “*Proteger as empresas contra práticas comerciais enganosas e garantir uma aplicação efetiva das normas – Revisão da Diretiva 2006/114/CE relativa à publicidade enganosa e comparativa*” (COM(2012) 702 final) de 22 de maio de 2013 **Rel PEGADO LIZ**
3. **PARECER TEN/507** sobre a “*Proposta de diretiva relativa à acessibilidade dos sítios Web dos organismos do setor público*” (COM(2012) 721 final) de 22 de Maio de 2013 **Rel ABILDGAARD**
4. **PARECER SOC/448** sobre “*O contributo e a participação dos idosos na sociedade*” (parecer de iniciativa) 14 de novembro DE 2013 **Rel O’NEILL**
5. **PARECER INT/704** sobre o “*Pacote relativo ao Investimento na Inovação*” de 10 de dezembro de 2013 **Rel PEZZINI e BATUT**

## 2014

1. **PARECER CCMJ/119** sobre “*Mudanças industriais no setor farmacêutico europeu*” de 29 de Abril de 2014, **Rel ALMEIDA FREIRE e GIBELLIERI**
2. **PARECER TEN/548** sobre a “*Sociedade digital: acesso, educação, formação, emprego, instrumentos para promoção da igualdade*” (parecer de iniciativa), de 10 de Julho de 2014, **Rel CANO AGUILAR**
3. **PARECER TEN/549** sobre a Comunicação da Comissão “*A política e a governação da Internet – O papel da Europa na configuração da governação da Internet no futuro*” (COM(2014) 72 final) de 10 de Julho de 2014 **Rel LONGO**
4. **PARECER TEN/551** sobre o “*LIVRO VERDE sobre a saúde móvel*” (COM (2014) 219 final) de 10 de Setembro de 2014, **Rel CANO AGUILAR**
5. **PARECER SOC/508** sobre “*Desenvolver os serviços às famílias para aumentar as taxas de emprego e promover a igualdade entre homens e mulheres no trabalho*” (parecer de iniciativa) de 16 de outubro de 2014, **Rel OUIN**

## 2015

1. **PARECER TEN/557** sobre a Comunicação da Comissão “*Para uma economia dos dados próspera*” (COM(2014) 442 final) de 21 de janeiro de 2015, **Rel NIETYKSA**
2. **PARECER SOC/521** sobre a “*Validação das competências e qualificações adquiridas através da aprendizagem não formal e informal – O contributo concreto da sociedade civil organizada*” (parecer de iniciativa) de 16 de Setembro de 2015, **Rel TRANTINA e ZVOLSKA**

## 2016

1. **PARECER INT 775** sobre a “*Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho sobre certos aspetos relativos aos contratos de fornecimento de conteúdos digitais*” (COM(2015) 634 final) e a “*Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a certos aspetos que dizem respeito a contratos de vendas em linha de bens e outras vendas à distância de bens*” (COM(2015) 635 final) de 27 de abril de 2016, **Rel PEGADO LIZ**
2. **PARECER TEN/587** sobre a “*Proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à utilização da faixa de frequências de 470-790 MHz na União*” (COM(2016) 43 final) de 26 de maio de 2016 **Rel, HENCKS**
3. **PARECER TEN/584** sobre “*O pilar digital do crescimento: seniores em linha, um potencial de 25% da população europeia*” (parecer de iniciativa) de 13 de julho de 2016 **Rel. BATUT**
4. **PARECER TEN/599** sobre a “*Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2010/13/UE relativa à coordenação de certas disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros respeitantes à oferta de serviços de comunicação social audiovisual, para a adaptar à evolução das realidades do mercado*” (COM (2016) 287 final), de 19 de outubro de 2016, **Rel HENCKS**

## 2017

1. **PARECER SOC/542** sobre a Comunicação da Comissão “*Lançamento de uma consulta sobre um Pilar Europeu dos Direitos Sociais*” [COM(2016) 127 final] de 25 de janeiro de 2017 **Rel KRAWCZYK, BISCHOF e JAHIER**
2. **PARECER TEN/612** sobre a Proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece o “*Código Europeu das Comunicações Eletrónicas*” (Reformulação) (COM (2016) 590 final) de 26 de janeiro de 2017, **Rel PEGADO LIZ**
3. **PARECER TEN/614** sobre a “*Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera os Regulamentos (UE) n.º 1316/2013 e (UE) n.º 283/2014 relativos à promoção de conectividade à Internet em comunidades locais*” (COM(2016) 589 final) de 26 de Janeiro de 2017 **Rel FATOVIC**
4. **PARECER SOC/562** sobre o “*Fornecimento e desenvolvimento de competências, incluindo as competências digitais, no âmbito das novas formas de trabalho: novas políticas e evolução das funções e das responsabilidades*” (parecer exploratório a pedido da Presidência estónia) de 20 de Setembro de 2017, **Rel SAMM e VAREIKYTE**

## 2018

1. **PARECER INT/852** sobre a Comunicação da Comissão sobre a “*Viabilização da transformação digital dos serviços de saúde e de prestação de cuidados no Mercado Único Digital, a*

*capacitação dos cidadãos e a construção de uma sociedade mais saudável*” [COM(2018) 233 final] de 19 de setembro de 2018, **Rel DUTTO e KATTNIG**

**2019**

- 1. PARECER CCMI/165** sobre “*Evolução económica, tecnológica e social dos serviços avançados de saúde às pessoas idosas*” [parecer de iniciativa] de 4 de abril de 2019, **Rel KRAZAK-LEWSKI e HABER**

Lisboa, 1 de Julho de 2019



## **MERCADO DE TRABALHO E ENVELHECIMENTO**





# Mercado de Trabalho e Envelhecimento

ANA TERESA T. LEHMANN\*

## Introdução

O mercado de trabalho está a ser palco de importantes mutações – quantitativas e qualitativas. A emergência de novas tecnologias, bem como o aprofundamento de outras já existentes, conleva importantes desafios, mas também significativas oportunidades. Vivemos num mundo cada vez mais complexo, interativo e conetado, em que a convergência tecnológica e a complexidade crescente das interações entre as pessoas, e entre pessoas e máquinas, acontece a uma velocidade sem precedentes. A digitalização alastra a todos os setores económicos, e a todas as esferas da interação humana. Desde a chamada “Quarta Revolução Industrial” à forma como transacionamos bens e serviços, ou nos relacionamos com o outro.

Este contexto coexiste com profundas mudanças demográficas, destacando-se o envelhecimento da população. Importa debater a relação entre as dinâmicas demográficas e as profundas alterações que estão a acontecer no contexto laboral. Quais são as profissões e as qualificações do futuro? Como acomodar uma força de trabalho mais envelhecida, tornando-a produtiva e até um ativo estratégico, num contexto valorizador da diversidade? Qual será o impacto da automação e da robotização no mercado laboral, em particular em faixas etárias mais avançadas? Substituirá

\* Professora da Faculdade de Economia da Universidade do Porto/Presidente do Comité de Investimento do Fundo de Inovação Social.

trabalho ou complementa-lo-á, valorizando e estendendo a componente humana? Que novos contratos sociais terão de ser forjados entre distintos atores, públicos e privados? Que políticas públicas serão mais adequadas para acompanhar esta mudança?

Este capítulo pretende debater, de forma necessariamente sintética, estes temas, sobretudo focando a *interface* entre o envelhecimento da população e o futuro do trabalho, num contexto de significativos desafios e oportunidades criados pela disrupção implicada pela digitalização da economia.

### **Futuro do Trabalho e Digitalização – Enquadramento**

A digitalização da economia consiste, de forma muito geral e sintética, na integração de tecnologias digitais nas mais variadas áreas de negócio. A digitalização pode, ainda, ser vista como um conceito mais abrangente, dado que tem impacto em múltiplas outras esferas, desde a forma como comunicamos, como interagimos com o outro, como realizamos as mais variadas tarefas, como exercemos a nossa cidadania, como adquirimos bens e serviços, entre outros.

Contudo, neste capítulo o foco é na forma como a transformação digital modifica a forma como o trabalho é exercido e organizado, nas mais variadas atividades económicas, tentando cruzar esta transformação com as relevantes dinâmicas demográficas que ocorrem em simultâneo.

Um conceito fundamental associado à digitalização é o de Indústria 4.0, que tem suscitado amplas discussões na literatura. A Indústria 4.0 (conceito lançado em 2011 na Alemanha) consiste na digitalização da indústria, alavancando e fazendo convergir tecnologias como automação, robótica, Internet das Coisas (*Internet of Things* – IoT), inteligência artificial, sensores, impressão 3D, *big data analytics*, num ambiente inteligente assente em dados e pautado pela integração de sistemas ciber-físicos e pela conexão de atividades humanas e mecanizadas.

Este fenómeno é, também, comumente referido como a Quarta Revolução Industrial – após a Primeira, no final do século XVIII, assente na máquina a vapor; a Segunda, no final do século XIX, assente na eletricidade e na produção em massa; e a Terceira, desde a década de 70 do século XX, assente nas tecnologias de informação e na automação. Contudo, a Quarta Revolução Industrial configura uma autêntica mudança de paradigma tecno-económico, utilizando a taxonomia de Freeman e Pérez (1988), dado que está em causa uma verdadeira revolução tecnológica, com

impacto não só na economia, mas também no contexto institucional e até cultural. A complexidade desta nova era é também algo sem precedentes – dada a multiplicidade de tecnologias interconetadas e a convergência não só entre estas múltiplas tecnologias, mas também entre humanos e máquinas. Outro aspeto fundamental a destacar é que este fenómeno, apesar de ter aparecido no âmbito da indústria transformadora, tem um alcance muito mais vasto, sendo aplicável a atividades dos serviços, por exemplo ligadas ao turismo, banca, seguros, entre uma considerável variedade de outras áreas do setor terciário. Ademais, até nas atividades do setor primário (agricultura, pescas, indústrias extrativas) se aplica o conceito 4.0, desde logo na aplicação de automação, robótica, inteligência artificial, entre outras tecnologias.

Este enquadramento leva-nos a concluir que, sendo tão profundas e abrangentes as mudanças em causa, quer a nível tecnológico, quer humano, quer social, a forma como o trabalho será exercido, e como se organizará, será também profundamente alterada.

O fenómeno é recente, e a maioria das análises ainda se situa num plano especulativo, dado que não existem séries fidedignas e suficientemente longas de dados que permitam testar com rigor os múltiplos e complexos impactos que advêm destas dinâmicas. Em todo o caso, nos últimos anos (sobretudo a partir de 2016), proliferaram estudos da autoria de entidades internacionalmente prestigiadas, bem como artigos de opinião em meios especializados, sobre o tema. Inicialmente, com predomínio de visões deveras negativas e até catastrofistas sobre o impacto da automação no mercado de trabalho – concluindo que a destruição de postos de trabalho iria ser algo massivo.

Por exemplo, o relatório “Jobs Lost, Jobs Gained: What the Future of Work Will Mean for Jobs, Skills, and Wages” (McKinsey Global Institute, 2017) estimou que a automação, inteligência artificial e robótica iriam causar uma perda de (até) 800 milhões de empregos até 2030. Na mesma linha, um estudo da investigadores da Universidade de Oxford (Frey & Osborne, 2013) concluiu que 47% dos empregos nos EUA e 35% no Reino Unido estariam em risco elevado de serem automatizados. Outra publicação do Fórum Económico Mundial (WEF, 2016) argumentou que se iriam perder, em termos líquidos, cerca de cinco milhões de empregos até 2020, num determinado conjunto de setores.

Numa visão bem mais benigna, e em contraste com o supramencionado estudo de Frey & Osborne, a OCDE (OECD, 2016) estimou que 10% dos

empregos nos EUA e 12% no Reino Unido estariam em risco elevado de automação.

Mais recentemente, os estudos tendem a ser menos negativos e a reconhecer as grandes oportunidades quer a nível qualitativo, quer quantitativo.

Um dos aspetos cruciais para este maior refinamento das análises consiste na distinção entre empregos (*jobs*) e tarefas (*tasks*). Num dia de trabalho, um trabalhador poderá desempenhar dezenas de tarefas. Enquanto algumas (sobretudo as mais repetitivas e simples) terão maior probabilidade de poder ser substituídas, existem muitas outras (mais criativas, que requerem mais intuição humana) que não serão tão facilmente alvo de substituição. Publicações recentes aludem a esta distinção, porquanto ela é fundamental para analisar com maior propriedade um fenómeno desta abrangência e complexidade.

Uma publicação mais recente do Fórum Económico Mundial – “The Future of Jobs Report 2018” (WEF, 2018) – reconhece que estamos a alcançar um melhor conhecimento do potencial apresentado pelas novas tecnologias para criar novos empregos de maior valor acrescentado, elevando de forma significativa a qualidade do emprego e a produtividade dos trabalhadores. A mesma publicação enfatiza o potencial da tecnologia para criar tarefas totalmente novas, pugnando por uma visão do humano aumentado em vez do humano simplisticamente substituído (como acontecia no supracitado relatório da mesma entidade, publicado dois anos antes). O referido relatório do Fórum Económico Mundial de 2018 conclui que a crescente procura de novas funções mais do que compensará a redução na procura por outras funções.

Contudo, a mesma publicação refere que a transição será difícil para milhões de trabalhadores, e realça a necessidade de investimento proactivo na reconversão de trabalhadores, bem como no desenvolvimento de talento ágil e qualificado. Constatamos, ainda, que na maioria das organizações, este esforço de qualificação e requalificação está ainda concentrado numa minoria de colaboradores, habitualmente mais qualificados, e que para verdadeiramente fazer face às necessidades da Quarta Revolução Industrial, será necessário um esforço global, mais generalizado de *upskilling* e *reskilling*, e que tal deverá ser visto como um ativo e não como um passivo, como uma oportunidade e não meramente como um custo.

## **Digitalização, Automação e Envelhecimento da População**

Se, como vimos anteriormente, somente a digitalização e a automação terão um impacto quântico no futuro do trabalho, quando combinado com o envelhecimento populacional, este impacto será ainda mais profundo e complexo.

Na atualidade, as economias desenvolvidas apresentam taxas de natalidade inferiores a 2,1, conduzindo progressivamente ao envelhecimento da população. Tal tem acontecido já ao longo das duas últimas décadas. Em termos de mercado de trabalho, as organizações (empresariais e outras) de diversos setores enfrentam uma dificuldade significativa de atrair trabalhadores. Tal poderá ser solucionado de diversas formas: atraindo trabalhadores de fora (emigração) ou aproveitando a força de trabalho de faixas etárias mais elevadas. Se a emigração coloca uma questão da “corrida ao talento”, em que para aumentar o contingente laboral num país ou região se reduz noutro(a), a integração de trabalhadores mais velhos poderá ser uma solução necessária, dada a inversão da pirâmide demográfica a que assistimos no presente.

A maioria das organizações não está, de acordo com os autores mais proeminentes nesta temática, preparada para enfrentar o desafio demográfico, lidando com o tema de forma reativa, em vez de planear e agir (Gratton & Scott, 2016). Gratton & Scott argumentam que tal é particularmente preocupante quando uma força de trabalho com mais idade representa um conjunto de desafios assinalável, em que será desde logo necessário apoiar as necessidades dos trabalhadores mais velhos. Diversas análises perspectivam um cenário de quatro e até cinco gerações a trabalhar juntas pela primeira vez, no futuro próximo, colocando desafios de gestão e situações de potencial conflito intergeracional.

Neste contexto, o habitual percurso de três estádios de educação, trabalho e reforma perderiam pertinência, dado que uma vida mais longa poderia incluir mais de três estádios. Posto que o aumento da esperança de vida alteraria também radicalmente a forma como os grupos etários desejariam viver. Neste novo estilo de vida, as pessoas quereriam experimentar, construir portefólios de atividades, eventualmente regressar ao trabalho após uma primeira fase de aposentação. O que é certo é que, no decurso de uma vida mais longa, as pessoas potencialmente atravessarão mais transformações e etapas, o que tem de ser pensado enquanto sociedade, e no âmbito do mercado de trabalho em particular.

Esta nova situação levará ao aparecimento, potencialmente, de formas mais flexíveis de trabalho que proporcionarão significativas oportunidades, mas que poderão exacerbar fricções intergeracionais.

Existe, atualmente, já uma vasta literatura focando a automação e o envelhecimento ou, de forma mais lata, os desafios tecnológicos e ao nível do mercado laboral, e o envelhecimento.

Não faltam visões pessimistas. A maioria dos estudos e relatórios defende um cenário menos positivo para os trabalhadores mais velhos. Por exemplo, o relatório “The Twin Threats of Aging and Automation (Mercer, Oliver Wyman e Marsh and McLennan Companies Global Risk Center, 2018) elenca os fatores que poderão tornar o envelhecimento num futuro crescentemente automatizado num processo doloroso. Abundam os estereótipos e as análises pouco rigorosas e fundamentadas – contudo, não se pode escamotear o desafio.

Mas nem tudo é tão negativo.

A automação pode gerar possibilidades para desenvolver soluções mais criativas, para repensar a conexão trabalho-remuneração, os aspetos sociais do trabalho, *inter alia*. As competências requeridas vão mudar, bem como o *mix* destas nas organizações.

Um artigo científico recente, de académicos ligados ao MIT (Acemoglu e Restrepo, 2018) conclui que nas últimas duas décadas (aquelas em que os efeitos do envelhecimento populacional se começaram a sentir na maioria dos países avançados), o envelhecimento não está correlacionado com menor PIB *per capita*. Este resultado contra-intuitivo poderá refletir uma mais rápida adoção de tecnologias de automação em países que apresentam mudanças demográficas mais pronunciadas, dizem os autores.

Convém recordar que – particularmente desde a Primeira Revolução Industrial – a tecnologia ajudou a Humanidade a mover-se da produção de bens essenciais para projetos muito mais ambiciosos. Hoje, a promessa da inteligência artificial e da automação levantam novas questões sobre o papel do trabalho nas nossas vidas. Antecipa-se, tal como aconteceu no passado, que, como a tecnologia permite produzir bens e serviços com mais eficiência, e menor custo e maior qualidade, os trabalhadores descobrirão novos papéis. Que poderão não estar necessariamente ligados a como concebemos o trabalho hoje.

Há uma corrente de pensamento que perspetiva a automação como uma das respostas a este desafio.

Além da redução da força de trabalho que naturalmente advém da baixa natalidade e do envelhecimento populacional, existe um grande desafio que respeita à perda de competências de uma geração para a outra, à medida que a geração mais antiga e experiente se retira da força de trabalho. Tal origina um *gap* de competências devido à aposentação de trabalhadores com elevado *know-how*, que, ao serem substituídos por trabalhadores inexperientes está a levar as indústrias a procurar novas soluções para não perder trabalhadores muito qualificados.

A automação, neste sentido, pode constituir uma resposta eficaz, ou parte dessa resposta. A automação e o recurso a tecnologias potenciadoras do desempenho humano podem compensar o declínio do número de trabalhadores, dado que permitem aumentar a eficiência dos processos e o desempenho das pessoas que ficam, e em geral o desempenho da organização.

No entanto, tal não é linear e imediato, exigindo cuidadoso planeamento e ação coerente com os objetivos pretendidos. E muito acompanhamento da transição.

Há perspetivas que vêem o talento mais longo como vantagem competitiva, tendo sido até proposta a expressão do “dividendo da longevidade” (Olshansky, Perry, Miller & Butler, 2006). De acordo com estes autores, organizações que planeiem, desenhem e experimentem novas estratégias, políticas e abordagens de gestão para a força de trabalho mais experiente poderão extrair este dividendo. Portanto, nesta ótica, uma força de trabalho mais experiente poderá constituir um ativo estratégico potencial de grande relevância. Não se tratando apenas do importante contributo da experiência e da preservação e aproveitamento do conhecimento técnico, mas também das vantagens inerentes a dispor de um conjunto de trabalhadores diverso, comprometido com a organização, com provas dadas, que representa uma fonte relevante de conhecimento institucional. Além de que são um recurso valioso para a formação e mentoria dos trabalhadores menos experientes, e um esteio de estabilidade face à maior volatilidade das carreiras das gerações mais jovens.

Contudo, e ainda que cada vez mais apareçam perspetivas positivas sobre as oportunidades do contributo dos trabalhadores mais velhos nas organizações, é necessário admitir que persiste uma assunção ou percepção social – quase automática – de que, quando os 60 anos se aproximam, se está a entrar numa curva descendente e que rapidamente virá a apo-



sentação. Donde, as organizações tendem a focar-se na restante força de trabalho, mais jovem. Tal visão é reducionista, colocando os profissionais mais experientes numa “caixa” desfavorável, independentemente das suas características, méritos e competências.

A formação e o desenvolvimento de competências, pelas razões acabadas de referir, tendem a ser a área em que trabalhadores de mais idade são discriminados negativamente. Ao que acresce o facto de que são, frequentemente, as próprias políticas públicas e a legislação laboral que são discriminatórias (por exemplo, a aposentação obrigatória a certa idade, que acontece com certa frequência tanto no setor público como no privado).

A discriminação com base na idade é mais aceite socialmente e no local de trabalho que outros tipos de discriminação (ex: de género e de raça, que seriam consideradas objetivamente inaceitáveis – embora ainda haja muita discriminação de género, também).

Deve-se, ainda, notar que a discriminação com base na idade se aplica nos dois sentidos: a camada mais jovem também é visada. É comum a utilização simplista e descuidada de rótulos, e de estereótipos geracionais. É o denominado enviesamento inconsciente.

Dito isto, existem especificidades e diferenças, que importa reconhecer. Existem necessidades relacionadas com a idade, que resultam de mudanças na demografia da força de trabalho.

Por exemplo, a BMW reconheceu que os engenheiros mais experientes – e por isso melhor posicionados para desenvolver novas linhas de produção – têm desafios resultantes do envelhecimento físico no desempenho de certas funções que realizariam com maior facilidade no passado. Desta forma, a empresa introduziu luzes mais brilhantes, assentos para os profissionais não estarem tanto tempo de pé, salas de descanso. Como resultado, a produtividade global dessas linhas aumentou significativamente – incluindo a dos mais jovens.

As novas tecnologias constituem outra área em que os trabalhadores com mais idade necessitam de maior apoio. No fundo, há inúmeras iniciativas que podem ser desencadeadas a fim de que se aproveite da melhor forma o contributo de todos – também assegurando que a geração do meio – a dita Geração X – não é excluída da equação. Trata-se de desenvolver uma visão holística do contexto de trabalho, tanto em termos físicos e infraestruturais, como no domínio intangível.

## Mercado de Trabalho e Envelhecimento – Alguns Exemplos de Boas Práticas e o Papel das Políticas Públicas

Tem-se problematizado amplamente a questão do que seriam boas práticas a este nível, havendo um conjunto de propostas e exemplos que valeria a pena avaliar. Elencam-se de seguida diversos exemplos de boas práticas, bem como de casos ilustrativos concretos, tendo por base o artigo de North e Hershfield (2014):

- *Modelos de carreira mais flexíveis, incluindo reformas parciais*  
As organizações, nomeadamente as empresas privadas, são cada vez mais proactivas na modificação dos esquemas de saídas de empregados. Por exemplo, a *Scripps Healthcare* implementou um programa de reforma faseada – os reformados trabalham a tempo parcial e, enquanto utilizam uma parte dos seus fundos de reforma, também ganham em simultâneo um salário e têm diversos benefícios e regalias. A empresa assim consegue evitar ter de recrutar trabalhadores temporários e retém trabalhadores talentosos em áreas em que existe escassez de competências
- *Priorizar competências associadas a trabalhadores de mais idade no recrutamento e nas promoções profissionais*  
Cada vez mais as empresas (por exemplo, a *Vodafone*) estão a colocar mais ênfase na lealdade, *track record*, competência e bom senso dos funcionários, traços frequentes em trabalhadores mais velhos. Outra empresa, a *Vita Needle*, considera que trabalhadores leais, de mais idade, promovem a reputação da empresa, realizam frequentemente trabalho de maior qualidade e atenção ao detalhe. A *Home Depot* procura funcionários mais velhos para atender e fornecer o *know-how* baseado na experiência que clientes requerem.
- *Criar novas posições ou adaptar as já existentes*  
A empresa de distribuição Migros (de Genebra) “retreina” empregados para funções mais adaptadas às suas competências – por exemplo, treinando uma pessoa de 58 anos que trabalhava na caixa para representante de serviço ao cliente. O programa da *Marriott* “*Flex Options for Hourly Workers*” é similar, apoiando 325,000 funcionários mais velhos em todo o mundo a transitar de trabalhos fisicamente mais exigentes, ensinando-lhes novas competências de trabalho. A empresa francesa de pneus *Michelin* recontrata reformados para

ajudar a monitorizar projetos, dinamizar relações com a comunidade, e facilitar mentoria intergeracional.

Esta estratégia também pode operar de forma bem sucedida ao nível dos executivos. A empresa *HPEV*, especializada em desenvolvimento de produto e propriedade intelectual, formou recentemente um Conselho Consultivo Estratégico em que envolve colaboradores mais séniores. Outras empresas, como a *ExecBrainTrust*, especializam-se em fazer o matching de executivos recém aposentados com trabalhos temporários de consultoria.

– *Mudar a ergonomia do local de trabalho*

Embora nem todos os trabalhadores de mais idade sejam frágeis, as empresas podem e devem adaptar o seu ambiente àqueles que necessitam de maior apoio. Já foram referidas algumas iniciativas da empresa do setor automóvel alemã *BMW*, que implementou mudanças para melhorar a ergonomia (por exemplo, colocar chão de madeira na linha de montagem, promover a utilização de sapatos especiais e de *écrans* de computador de mais fácil leitura). A empresa de eletrónica norte-americana *Xerox*, por sua vez, introduziu um programa para ensinar melhores estratégias de ergonomia e saúde e abordar o processo normal de envelhecimento. Também a *Unilever UK* instituiu um programa específico de promoção do bem-estar dos trabalhadores de mais idade.

As empresas que operaram estas mudanças alcançaram melhorias tangíveis na retenção e produtividade, no conforto com a cultura organizacional e até ao nível dos custos. Por exemplo, a empresa *B&Q* concluiu que o recrutamento de trabalhadores mais velhos reduz a rotação de trabalhadores por um fator de 6 e absentismo de curto prazo em 39%. E cada vez mais líderes empresariais salientam que o *staff* de mais idade é fundamental na criação de um ambiente mais amigável e mais consciente. E que os lucros aumentam.

Veja-se o caso, novamente, da *BMW*. A seguir às mudanças que implementou na ergonomia, a empresa assistiu a um aumento de produtividade de 7% e a taxa de defeitos da linha de montagem caiu para zero. A *United Technologies* aumentou a sua taxa de retenção de trabalhadores mais velhos em 20%, e a *Unilever UK* estima que ganha seis euros em produtividade por cada euro gasto em bem estar. Empresas com elevada taxa de emprego de

maiores de 50 – tanto a nível de executivos como de trabalhadores em geral – são líderes nas respetivas indústrias (por exemplo, a já citada Michelin).

O fenómeno debatido neste capítulo é de tal dimensão e importância que não basta esperar que o setor privado se adapte e atue. O setor público também não se pode desonerar de participar ativamente em estratégias de adaptação a estas dinâmicas, e de adotar políticas públicas que apoiem a transição para novos modelos de organização e de funcionamento do mercado de trabalho.

Desde logo, governos, empresas, e outras entidades públicas e privadas têm de desenvolver um diálogo próximo e esforços concertados para divisar estratégias para integrar, motivar e potenciar o contributo do trabalhador mais sénior. Tal passará, desde logo, por encontrar e promover formas de contratação laboral mais flexíveis (o que, além de acomodar o envelhecimento da população, também favorece potencialmente a natalidade e atração de talento jovem). É, também e de forma muito fundamental, evidente constatar a imprescindibilidade de apoiar e promover a formação ao longo da vida – tanto em termos de aquisição de novas competências (*upskilling*) como de reconverter essas competências (*reskilling*). Crítica é uma postura aberta quanto a haver mais frequentemente mudanças nos planos de carreiras – incluindo maior diversidade nas carreiras e maior mobilidade lateral e em termos de variedade de tarefas. Justamente, a diversidade constitui um dos mais relevantes fatores críticos de sucesso numa organização – e é nessa medida que todos têm de estar convocados – incluindo o cada vez maior contingente de trabalhadores mais velhos, que muito têm a dar às organizações, setores e países onde trabalham.

## Referências

- Acemoglu, D. & Restrepo, P. (2018), Demographics and Automation, NBER Paper nº 24421, obtido em <https://www.nber.org/papers/w24421>. Acedido a 14 de abril de 2019.
- Freeman, C. and Pérez, C. (1988), Structural Crises of Adjustment, Business Cycles and Investment Behaviour, in G.Dosi et al. eds. *Technical Change and Economic Theory*, London: Francis Pinter, pp. 38-66.
- Frey, C. & Osborne, M. (2013), The Future of Employment: How Susceptible are Jobs to Computerisation?, Oxford Martin School, Oxford University. <https://www.oxfordmartin.ox.ac.uk/downloads/academic/future-of-employment.pdf>, acedido a 15 de maio de 2019.
- Gratton, L. & Scott, A. (2016), The 100 Year Life: Living and Working in an Age of Longevity, London: Bloomsbury.

- McKinsey Global Institute (2017), Jobs Lost, Jobs Gained: What the Future of Work Will Mean for Jobs, Skills, and Wages, obtido em <https://www.mckinsey.com/~media/mckinsey/featured%20insights/Future%20of%20Organizations/What%20the%20future%20of%20work%20will%20mean%20for%20jobs%20skills%20and%20wages/MGI-Jobs-Lost-Jobs-Gained-Report-December-6-2017.ashx>, acedido a 18 de maio de 2019.
- Mercer, Oliver Wyman & MMC (2018), The Twin Threats of Aging and Automation, obtido em <https://www.mercer.com/our-thinking/career/the-twin-threats-of-aging-and-automation.html>. Acedido a 22 de maio de 2019.
- North, M. & Hershfield, H. (2014). Four ways to adapt to an aging workforce, Harvard Business Review. Obtido online através do link <https://hbr.org/2014/04/four-ways-to-adapt-to-an-aging-workforce> (consultado em 10 de novembro de 2018).
- OECD (2016), Automation and Independent Work in a Digital Economy, Policy Brief on the Future of Work, Paris, Organisation for Economic Cooperation and Development.
- Olshansky, S., Perry, D. Miller, R. & Butler (2006), The Longevity Dividend, obtido em <https://www.the-scientist.com/uncategorized/the-longevity-dividend-47757>, acedido a 23 de maio de 2019.
- WEF (2016), The Future of Jobs – Employment, Skills and Workforce Strategy for the Fourth Industrial Revolution, Geneva, World Economic Forum.
- WEF (2018), The Future of Jobs Report 2018, Centre for New Economy and Society, Geneva, World Economic Forum.

# Mercado de Trabalho e Envelhecimento

NUNO BISCAYA\*

## 1.

O Mundo encontra-se, particularmente nas duas últimas décadas, em constante e rápida evolução, o que naturalmente afeta o emprego e as condições de trabalho, não sendo fácil antever o futuro imediato.

Não obstante as incertezas, existem algumas premissas de base:

- é necessário priorizar a criação de emprego, não descurando nenhuma faixa etária, e
- os mercados de trabalho são dinâmicos, móveis e não se compadece com quadros rígidos e cristalizados.

## 2.

No presente e também no futuro imediato, Portugal, mas também a Europa, têm de se empenhar na criação de condições que alicercem e fomentem a confiança, por forma a que os empresários se possam concentrar mais nos seus negócios, procurando vender com maior valor acrescentado e para mais mercados, incrementando, de forma sustentável, o aumento da riqueza.

\* Diretor Adjunto do Departamento dos Assuntos Jurídicos e Sócio Laborais da Confederação Empresarial de Portugal (CIP).

**3.**

No que diz respeito ao envelhecimento ativo, face à crescente tendência de envelhecimento demográfico que se tem verificado em Portugal e na Europa e aos seus múltiplos efeitos, parece-nos que é um fenómeno, aparentemente, incontornável.

Na perspetiva da CIP, as perspetivas de crescimento de Portugal e da UE a longo prazo serão prejudicadas pela tendência da evolução demográfica.

De facto, a proporção de pessoas idosas na população geral está constantemente a aumentar e a população em idade de trabalho está a diminuir, o que influi, entre outros domínios, nas finanças públicas, nos sistemas de pensões e nos mercados de trabalho.

Atente-se que, já hoje, muitas associações e empresas da CIP, de diferentes sectores e regiões do país, reportam falta de mão de obra, qualificada e não qualificada, circunstância que, naturalmente, limita o crescimento e progresso económicos.

**4.**

A permanência ou reingresso dos trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho, apresenta vários desafios.

Um dos mais relevantes diz respeito à adequação dos trabalhadores à cada vez maior digitalização dos mercados de trabalho.

De facto, em geral, existe a perceção de que os trabalhadores mais velhos, face às gerações mais novas, são menos digitais, menos inovadores e, também, menos adaptáveis à mudança.

O sucesso da adaptação das empresas à digitalização está na capacidade de adaptação das organizações: novos produtos, novos métodos de produção e distribuição, novos mercados, novos padrões de consumo e um acérrimo crescimento da concorrência.

A capacidade de adaptação irá exigir, entre outros aspetos, uma forte aposta na educação e formação profissional, no contexto da Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV).

Quanto aos trabalhadores mais velhos, é necessário ter em atenção dois importantes domínios de intervenção.

***A) Antecipação e adaptação das competências***

- O papel da educação de adultos e da ALV será cada vez mais relevante.

- Devem ser promovidas ações de formação, assim como devem ser reforçadas as políticas que estimulem a ALV, dado que os empregos das pessoas estão e serão profundamente alterados, pelo que é essencial que as pessoas detenham, em diferentes momentos, as competências exigidas pelo mercado.

Acresce que é preciso consciencializar um público cada vez mais alargado quanto à importância da referida ALV.

- São necessários sistemas de formação profissional eficientes, que coloquem as necessidades do mercado de trabalho no centro dos programas formativos.
- É necessário, também, conferir um papel central à transmissão do conhecimento e experiência a outros trabalhadores.

#### ***B) Recursos para investir na atualização ou melhoria das competências***

- Atualmente a ALV já constitui um elemento-chave para os departamentos de recursos humanos das empresas.
- Acresce que, segundo a OCDE, um indivíduo pode esperar receber em torno de 1000 horas de instrução em processos não formais de educação, das quais 70% são formação patrocinada pelos empregadores e relacionada com o trabalho.
- Apesar dos incentivos e iniciativas existentes, o nível de participação de adultos na ALV ainda é baixo.

Os empregadores estão cada vez mais conscientes da necessidade de promover a ALV, mas parece que as pessoas ainda não estão devidamente sensibilizadas para os seus benefícios.

- Não há uma solução única para todas as empresas.
- Os apoios dos Estados-Membros devem ser mais eficazes na facilitação da aquisição ou desenvolvimento de competências.

Em síntese, as empresas e trabalhadores devem conferir maior atenção à ALV, sendo certo, no entanto, que é da responsabilidade e competência das empresas a decisão sobre a estratégia a desenvolver.



## 5.

Os parceiros sociais não são alheios ou insensíveis aos desafios associados ao envelhecimento ativo.

Ao nível Europeu, destaca-se que os Parceiros Sociais Europeus (BUSINESSEUROPE, na qual a CIP se integra, CEEP, UEAPME e CES) adotaram, no dia 8 de março de 2017, o Acordo-Quadro sobre o Envelhecimento Ativo e uma Abordagem Intergeracional.

O citado Acordo:

- Reconhece que devem ser implementadas medidas, se necessário, a nível nacional, sectorial e/ou empresarial, para facilitar a participação e a permanência ativa dos trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho até à idade legal de reforma e facilitar as transições entre gerações.
- Pretende aumentar a sensibilização e a compreensão de todos e reconhece que todos partilham um compromisso neste domínio.
- Inclui exemplos de ferramentas, medidas e ações que podem ser tomadas nas seguintes áreas: i) Avaliações estratégicas da demografia da força de trabalho; ii) Saúde e segurança no local de trabalho; iii) Gestão de competências; iv) Organização do trabalho para uma vida profissional saudável e produtiva; v) Abordagem intergeracional.

Por outro lado, ao nível nacional, sublinha-se que o ponto 4. do Acordo Tripartido subscrito pelo Governo e a maioria dos Parceiros Sociais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social, em 18 de junho de 2018, intitulado “*Combater a Precariedade e Reduzir a Segmentação Laboral e Promover um maior Dinamismo da Negociação Coletiva*” prevê a medida “*Contrato Geração*”.

A medida, em síntese, contempla o incentivo à contratação simultânea e sem termo de jovens e de desempregados de longa duração, através de apoios financeiros e da dispensa parcial ou isenção total do pagamento de contribuições para o regime geral da segurança social, na parte relativa à entidade empregadora.

Na perspetiva da CIP, o objetivo em causa também devia passar por uma solução onde se admita e apoie a passagem de um trabalhador mais antigo, do regime de trabalho a tempo completo para trabalho a tempo parcial, procedendo à contratação de um trabalhador mais novo a quem o mais antigo passe o testemunho.

## **Desafios demográficos: O Envelhecimento**

ANA VIEIRA\*

Os dados disponíveis, independentemente dos cenários mais ou menos otimistas que escolhermos, confirmam que temos pela frente um desafio muito complexo que se prende com o envelhecimento da população portuguesa.

Com efeito, as projeções mais recentes do relatório da Comissão Europeia *Ageing Report 2018*, dizem-nos que vamos continuar a divergir da Europa em termos de taxas de fecundidade – 1,3 que compara com 1,6 média da UE (sendo que a taxa de reposição é de 2,1) e o nosso rácio de população idosa versus pessoas em idade ativa vai dar um salto assustador nas próximas décadas. Da situação actual em que existem cerca de 190 contribuintes por cada 100 pensionistas, passar-se-á, a partir de 2050, a uma situação em que existirão 110 contribuintes para 100 pensionistas.

Os efeitos do envelhecimento da população que já se sentem, mas que tenderão a agravar-se, são múltiplos, por isso qualquer solução para minimizar o problema terá que assentar num conjunto integrado de medidas exigindo um adequado equilíbrio entre diferentes políticas, desde políticas macroeconómicas, políticas de promoção da natalidade, até políticas de emprego e do mercado de trabalho, de segurança e saúde e de habitação, entre outras.

\* Secretária-Geral da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP).

1. Não pretendendo abordar todas estas questões, destacaria alguns aspetos, começando, desde logo, pelo impacto financeiro no Sistema Previdencial de Repartição. As pensões absorvem mais de 80% dos custos do sistema, o que condiciona, naturalmente, os recursos financeiros disponíveis para outras prestações, o que nos obriga a refletir sobre a sua sustentabilidade, em particular do sistema de pensões.

Neste contexto, a CCP no âmbito do Fórum dos Serviços (espaço dedicado ao estudo dos principais temas que importam a empresas e cidadãos) tem vindo a refletir sobre os desafios da segurança social. O grupo de trabalho em funcionamento, tem vindo a desenvolver uma reflexão continuada, por etapas, sobre vários temas – o tema do envelhecimento ativo, o tema do impacto da digitalização e da robotização sobre o emprego nos serviços e a sustentabilidade da segurança social, e, finalmente, o tema dos regimes complementares. Deste trabalho resultou ainda um estudo “O Sector dos Serviços e os Desafios da Segurança Social”, coordenado por Armindo Silva.

Estas reflexões ajudam a CCP a fundamentar as suas posições e, principalmente reforçam a nossa convicção de que é urgente discutir o tema da segurança social. A CCP, quer com o Governo atual, quer com o anterior, por várias vezes propôs como tema prioritário de discussão na concertação social o tema da Segurança Social, mas, na verdade, continuamos confrontados com discussões muito parcelares, nomeadamente, as alterações recentes no domínio das longas carreiras contributivas, mas estas são discussões que não esgotam o problema e não nos preparam para o futuro. O problema é que cada vez que adiamos as reformas mais estruturais, como é este o caso, ficamos com menos opções de futuro.

As alternativas com que estamos confrontados num futuro próximo podem sintetizar-se nas seguintes opções: Aumentar a idade de reforma (com o modelo atual em 2025 estaremos em 67 anos); diminuir pensões; aumentar contribuições ou diversificar fontes de financiamento. Todas essas alternativas têm vantagens e também vários inconvenientes. A diversificação de financiamento da Segurança Social parece ser a alternativa menos desfavorável e que assegura uma maior justiça contributiva, tendo presente, de acordo com o estudo realizado para a CCP, que a previsão das receitas contributivas esperadas, unicamente assente sobre a massa salarial, não serão suficientes para assegurar o financiamento integral do sistema previdencial, exigindo assim transferências do FEFSS,

ou, quando este se esgotar, transferências extraordinárias do Orçamento de Estado.

A diversificação das fontes de financiamento da segurança social que tem vindo a ser realizada, nomeadamente através do Adicional do IMI e de uma pequena parcela do IRC, não será suficiente no futuro. Para a CCP terá que se equacionar seriamente a possibilidade de tributação de outros fatores de produção que não o trabalho. Alternativas possíveis são o alargamento da base da TSU ao valor acrescentado líquido das empresas (VAL), ou a criação de uma contribuição específica sobre o uso de determinados bens de capital (robots, IA).

Outra área em que temos que atuar respeita ao sistema complementar de pensões em Portugal, matéria em que temos vindo a trabalhar e que apresentaremos proximamente o resultado dessa reflexão com o objetivo de dar um contributo para inverter a tendência atual de regressão dos sistemas de poupança. O reforço do estímulo à poupança terá necessariamente de ser complementado com medidas a outros níveis, nomeadamente fiscais, mas também em áreas como a promoção da literacia financeira, a introdução de outros produtos financeiros, e também uma maior sensibilização dos negociadores para introduzirem estes temas na contratação coletiva

2. Numa outra perspetiva analisar o impacto do envelhecimento no mercado de trabalho, leva-nos, desde logo, à questão de o País vir a ser confrontado, num futuro próximo, com uma estrutural falta de mão-de-obra. Sabemos que a existência de saldos migratórios positivos pode dar um contributo para mitigar o problema, mas é quase impossível imaginarmos fluxos positivos em dimensão que compensem a quebra da população portuguesa. Uma população ativa mais envelhecida (teremos hoje cerca de 21% da população com 55 ou mais anos e uma população jovem a diminuir) influencia naturalmente a produtividade e a capacidade de adaptação às alterações decorrentes do progresso tecnológico. Estratégias dirigidas a fomentar a aprendizagem ao longo da vida, ambientes de trabalho que promovam a melhoria do bem-estar dos trabalhadores, um maior impulso a reformas parciais que permitam um maior intercâmbio de experiências entre gerações (teremos a este propósito que ter capacidade de introduzir uma maior flexibilidade no mercado de trabalho nos segmentos da população ativa mais velhos e mais novos), podem dar um

contributo, mas ainda assim não será fácil compensar os efeitos desta tendência, principalmente em determinadas profissões.

Numa outra dimensão, também não são de descurar alguns efeitos ao nível do absentismo, quer da população ativa mais velha, quer da população ativa mais nova, neste último caso, porque aumenta o número de pessoas, normalmente familiares, a carecer de especiais atenções. Ainda na perspetiva de uma população ativa cada vez mais envelhecida, precisamos de refletir sobre novos instrumentos que possam dar um contributo para minimizar o problema do absentismo e, possivelmente, precisamos de fazer um balanço das profissões que presentemente beneficiam de regimes especiais de reforma, e da sua comparação com outros países da U E, para verificar a eventual necessidade da sua atualização, num contexto do aumento da idade da reforma e da alteração das características de muitas profissões.

3. Justifica-se, ainda, no contexto de uma reflexão sobre mercado de trabalho e envelhecimento, uma breve referência ao problema da natalidade. Temos consciência que este é um problema que não tem soluções fáceis e que as mesmas não podem ser obtidas no curto prazo e daí a urgência no seu debate, mas um debate que envolva uma multiplicidade de variáveis, porque a promoção da natalidade depende, tanto ou mais, de variáveis como o crescimento económico, a política de habitação, ou de questões motivacionais, do que propriamente das medidas destinadas a melhorar a conciliação da vida pessoal e profissional.

Como temos vindo a referir a CCP está disponível para discutir medidas mais concretas como as relativas à conciliação trabalho/família, uma maior densificação das medidas fiscais que promovam a natalidade, o reforço de medidas que apoiem financeiramente, seja através de vales ou outros mecanismos, as principais despesas com filhos, mas sem perder de vista que, como pano de fundo, temos que assegurar um crescimento sustentado, sem o qual não conseguiremos concretizar estas políticas. Este crescimento sustentado permitirá ainda, dispormos de uma política de imigração consistente, que assegure um saldo migratório positivo, uma vez que tudo indica que muita da renovação da população, incluindo da população ativa terá que se fazer por este caminho.

Em síntese, o maior ou menor impacto do envelhecimento no mercado de trabalho, dependerá da nossa capacidade de alterar modelos, ajustando-os

e, dessa forma, conseguindo aproveitar o que de melhor tem cada faixa etária (conceito que possivelmente também terá que ser alterado): os mais novos pela capacidade de introduzir inovação, os mais velhos pela sua experiência, e sem esquecer que o envelhecimento da população traz também oportunidades de negócio, sendo os setores que representamos claramente beneficiários desta alteração, nomeadamente, ao nível do comércio e serviços de proximidade.



## Mercado de trabalho e envelhecimento

ISABEL LEMOS\*

A CGTP-IN tem uma concepção positiva sobre o envelhecimento humano.

Viver mais tempo e viver mais tempo em adequadas condições de saúde só pode, na nossa perspetiva, ser encarado como um progresso social. É assim, à partida, incompreensível o alarmismo que vem sendo criado em torno do envelhecimento. Constitui mesmo um paradoxo na situação actual em que há sinais de melhoria da situação demográfica. A inquietação teria plena razão de ser nos anos da troica e das políticas designadas de austeridade, com a degradação das condições de vida e de trabalho que acentuaram a baixa na fertilidade e o retorno à emigração em massa e o estancamento na imigração.

Só entre 2011 e 2015 saíram do país, de um modo permanente ou temporário, 586 mil portugueses, a maioria dos quais em idade activa e muitos dos quais qualificados. O número de saídas para o estrangeiro só diminuiu quando a situação económica melhorou e se repercutiu na vida do povo e dos trabalhadores.

Para além dos défices produtivo, energético, tecnológico e de capital, Portugal está confrontado com um défice demográfico, enfrentando uma situação de baixa natalidade e fecundidade e é o segundo país da Europa com mais emigrantes, sendo também um dos que tem maior nível de enve-

\* Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN).



lhecimento populacional. Entre 1991 e 2017 a população residente com menos de 34 anos diminuiu cerca de 27%, ao mesmo tempo que a população com 35 e mais anos aumentou 34%, tendo-se alterado os pesos relativos das diferentes camadas etárias, com clara perda de importância das faixas etárias mais jovens.

No entanto, não há ainda uma recuperação expressiva; na verdade saíram 97 mil em 2016 e 81 mil em 2017, já que os problemas estruturais não foram resolvidos; a emigração não parou no decurso dos últimos quatro anos, até porque não foi eliminado um dos principais estímulos à saída – os baixos salários.

Mas atenuou-se e em 2017 por via de um saldo migratório positivo, o que já não acontecia desde 2010, embora a CGTP-IN considere que a imigração não é panaceia. Apesar da natalidade se manter baixa e o saldo natural continuar negativo, há melhorias nos anos mais recentes: o número de nascimentos está a subir desde 2015; embora se não disponham ainda de estatísticas para 2019, dados divulgados pelo SNS indicam uma subida no 1º trimestre (informação com base no teste do pezinho);

Recordamos que o Inquérito à Fecundidade de 2013 do Instituto Nacional de Estatística mostra que a fecundidade verificada é bastante inferior à fecundidade desejada. Se os casais tivessem os filhos que desejariam ter a fecundidade ultrapassaria o valor de referência de 2,1 de crianças por mulher, o qual assegura a substituição de gerações. Este indicador é inferior a 2,1 desde o início dos anos 80 do século passado.

O Inquérito indica que mais de 90% das pessoas inquiridas se mostra favorável a medidas de incentivo à natalidade, sendo a mais referida o aumento do rendimento das famílias. Outros factores também pesam, como a facilitação das condições de trabalho e os equipamentos sociais, como creches a preços acessíveis.

Estas considerações conduzem à questão do emprego com qualidade que, também no domínio da promoção da natalidade, constitui uma variável fundamental. Nesta perspectiva, são de salientar:

Os baixos salários:

- 35,5% dos trabalhadores por conta de outrem no sector privado recebem salários até 600€, em 2017.

Pesa também a precariedade de emprego sendo de recordar que os trabalhadores com contratos não permanentes representaram no ano passado

33,9% do total de emprego por conta de outrem no escalão dos 25 aos 34 anos, um escalão etário de referência em termos de natalidade.

Há quem se alarme com o facto de o envelhecimento não se exprimir apenas no aumento da proporção das pessoas mais idosas no conjunto da população, significando também menos população em idade activa.

Esta preocupação é expressa num tempo em que estamos longe do pleno emprego, ainda que a taxa de desemprego seja hoje bastante mais baixa que há poucos anos. No entanto, a taxa de desemprego em sentido lato (ou de subutilização do trabalho, nos termos usados pelo INE) – que tem em conta não só o desemprego digamos “oficial” mas também outras categorias como os inactivos disponíveis que não procuram trabalho e o subemprego de trabalhadores a tempo parcial – é muito elevada (quase 740 mil pessoas no 1º trimestre deste ano).

A solução, avançam outros, seria o envelhecimento activo imposto (ainda que não usem esta expressão), para que, mesmo na era dos robôs, se alongue o tempo de vida de trabalho, através do retardamento da entrada na reforma por via da ligação automática com a esperança de vida (para o Ministro do Trabalho, Portugal é quase pioneiro nesta abordagem) e dos obstáculos à reforma antecipada.

Ora esta abordagem põe problemas de justiça social. Vai penalizar trabalhadores com trabalhos árduos, monótonos, penosos ou mesmo perigosos e que não podem sair antecipadamente do mercado de trabalho e, em geral, todos os que têm uma esperança de vida saudável baixa.

Esquece-se, com frequência no debate político e social, que “esperança de vida” não é a mesma coisa que “esperança de vida saudável”; como se esquece que em Portugal a esperança de vida saudável é mais baixa que na média dos países da UE. O alongamento da vida de trabalho nestas circunstâncias vai significar para muitos trabalhadores o “desemprego antecipado”, a “pensão de invalidez” ou a continuação em trabalho de má qualidade à custa da sua saúde.

Dito isto, a CGTP-IN não é contra uma abordagem de envelhecimento activo e saudável, nos termos em que a Organização Mundial de Saúde o define (basicamente, a optimização das condições de saúde para a melhoria da qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem bem como o processo de desenvolvimento e manutenção da capacidade funcional). Acreditamos que os trabalhadores com empregos de boa qualidade (o que exige o aumento da qualificação e a formação contínua), que não sejam

desgastantes para a sua saúde, e se traduzam não somente em bons salários mas sejam motivadores em termos de realização pessoal e de socialização, não estejam ansiosos pela passagem à reforma.

Surge ainda a pergunta e, mais uma vez, o alarme:

As alterações demográficas põem a Segurança Social em risco?

A CGTP-IN rejeita os ataques dos que pretendem destruir o sistema público da Segurança Social, alegando a sua insustentabilidade devido à redução significativa do rácio de activos por pensionista, quando omitem descaradamente, o enorme aumento da produtividade verificada nas últimas décadas e as receitas que lhe são devidas resultantes da riqueza criada devido ao desenvolvimento técnico e científico.

A clara melhoria da situação financeira desde 2016, sendo de salientar: a apresentação de elevados saldos positivos; um forte aumento das contribuições sociais (6,3% em média anual no período 2016-2018, o que contrasta com 1,05% no período de 2009-2015, e 8,3% no 1º trimestre de 2019), apesar do baixo aumento dos salários; o aumento das transferências para o Fundo de Estabilidade Financeira da Segurança Social (FEFSS); a própria eliminação, o ano passado, da transferência extraordinária do Orçamento do Estado para a segurança social;

A evolução do sistema no sentido de maior contributividade: a carreira contributiva média dos beneficiários de pensões de velhice aumentou 3 anos entre 2007 e 2017 (24,4 e 27,5), embora seja ainda baixa; o número de pensões dos regimes não contributivos ou pouco contributivos tem diminuído;

Neste quadro, a CGTP-IN defende que a garantia da sustentabilidade da Segurança Social passa por avançar na promoção de um crescimento económico sustentado, pela criação de emprego de qualidade, seguro e com direitos, pelo aumento geral dos salários, pelos incentivos à natalidade incluindo políticas de conciliação trabalho-família dirigidas a esse objectivo, e simultaneamente, pela aposta no alargamento da base financeira do sistema público, nomeadamente através do aprofundamento do princípio da diversificação das fontes de financiamento.

A CGTP-IN considera profundamente perversa a utilização de indicadores económicos e demográficos como forma de sustentar a alteração nos regimes de pensões, como se tal não se tratasse de uma opção política. Aqueles que levaram a cabo uma política de recessão e estagnação económica e de destruição do tecido económico e social são os mesmos que

invocam a questão demográfica para tentar aumentar a idade da reforma e reduzir o valor das pensões.

Por último, os factos confirmam a justeza do caminho que defendemos, no momento em que o sistema de Segurança Social se encontra numa conjuntura particularmente favorável no plano do financiamento, tendo presente que o crescimento do emprego, a recuperação de direitos e rendimentos e o aumento dos salários, apesar de insuficientes, foram possíveis em resultado da luta dos trabalhadores e no quadro da actual conjuntura de relação de forças no quadro Parlamentar em que PSD e CDS ficaram em minoria, proporcionando nos últimos três anos um crescimento muito significativo das contribuições para o sistema.

Em suma, a CGTP-IN: é contra o alarmismo sobre a demografia; entende que o declínio demográfico não é uma inevitabilidade e pode ser combatido. Se a catástrofe demográfica fosse real então seria o próprio futuro do país a estar em causa.

O mais importante na nossa perspectiva é apostar numa política de desenvolvimento do país o que exige a valorização dos trabalhadores, o aumento da qualidade do emprego nas suas diferentes dimensões, um aumento do bem-estar e conforto, enfim uma vida mais longa, mais saudável e mais feliz.

Coimbra, 6/6/2019



## Desafios demográficos: o envelhecimento

JOSÉ MANUEL GRAÇA\*

### O Amanhã ... é já hoje

A ideia de que chegados a uma certa data de cartão de cidadão o destino “normal” é a entrada num Lar, não é mais – hoje – aquilo que será um desejo ou uma fatalidade social.

Tal como afirmou o Papa Francisco numa das suas Homilias “*Os Lares não podem ser as prisões dos séc XXI*”. Temos por isso mesmo de unir esforços para que a sociedade portuguesa saiba encontrar novas soluções para o ganho que representa a esperança na qualidade de vida das pessoas, para além da idade técnica da reforma. Hoje a visão de como as pessoas encaram a forma como irão viver os 30 ou 40 anos que, é expectável, irão ter pela frente é literalmente diferente daqueles que, a partir do seu gabinete não conseguem olhar para os fenómenos da rua porque ... continuam com os estores fechados!

Entretanto a sociedade pula e avança e o mundo sociológico muda radicalmente. Temos, cada vez mais, uma população com maior longevidade, mas, também, uma população cada vez mais exigente, informada e qualificada, como resultado da própria evolução social. Quem não compreender isto está alheado da sociedade que nos rodeia.

\* Representando a “UGT – União Geral de Trabalhadores” e o “MODERP – Movimento Democrático de Reformados e Pensionistas”.

A chamada “idade de ouro” não pode continuar a ser desconsiderada como se de “*um produto fora de prazo*” se trate. A idade é um registo, sim, mas não deve ser o fator determinante, porque o não é.

Envelhecer sim, já que é inevitável, mas em condições de independência e de autonomia. Há todo um vasto campo de trabalho como as áreas Sociais, Culturais, na proteção Ambiental, nos Hospitais, etc., onde podemos e devemos ser úteis, onde podemos e devemos estar disponíveis. Cada vez mais numa sociedade ativa, moderna e integradora os idosos não podem ser excluídos de contribuírem com o seu conhecimento feito de experiência, com anos de suor e luta pois, no fim de uma vida profissional ativa, existe em todos nós uma enorme vontade de dar às novas gerações, toda a bondade do seu conhecimento, todo o prazer de transmitir, todo o nosso saber fazer.

Quando se fala do “poder” deste setor do que estamos a falar? A sociedade voraz e apressada que ajudámos a construir, apenas ainda olha para este setor como uma outra oportunidade de negócio; dá-nos consumos medicamentosos, lares para os pobres e residências seniores para os ricos, quando o que se pretende são respostas às nossas dores, às nossas angústias, às nossas exclusões e - muitas vezes - à falta de sentido para alguma coisa.

A forma como hoje as pessoas são ativas, para além da sua idade referida no BI - o que evidencia os enormes avanços científicos na área da Saúde e os contributos que a visão de Dr. António Arnaut teve com a criação do SNS em Portugal - é demonstrativo que, esses ganhos, tem de ser extensivos em vários outros campos da sociedade com uma nova resposta social que acomode estas vontades e oportunidades. Os quase 30% da população portuguesa com tendência crescente até 2080, exigem essa visão de futuro, já hoje.

Não basta invocar a Constituição da República Portuguesa, quando no seu artº 59º, torna explícita a proibição de vários tipos de discriminação, o que inclui qualquer tipo de exclusão pelo fator da idade. E não basta que, entretanto, outras Diretivas Europeias têm vindo a reforçar esse objetivo devendo haver aqui uma ressalva a crédito de Portugal pois, quando os Deputados Portugueses inscreveram na CRP esse desígnio, estava a decorrer o ano de 1976 enquanto a CE só o redigiu a sua primeira Diretiva no passado ano 2000.

Não basta produzir-se boa legislação, não basta ter boas vontades! É preciso vontade e ação para as colocar em prática.

A longevidade ativa é fundamental, mas não se consegue sem o apoio de toda a comunidade verdadeiramente envolvida e solidária. Mais do que palavras é preciso ação, com um rumo que dignifique sempre o valor humano. O contributo de todos nós deve ser encarado de forma firme e evolutivo contribuindo com a nossa experiência e saber através das diversas estruturas dos mais idosos.

Estando consciente que hoje se coloca à sociedade contemporânea portuguesa e, nesta, ao setor sindical em particular, uma nova abordagem que, no final do século passado, não era matéria de discussão os dias de hoje tornam exigível a sua abordagem e reflexão. O reforço da continuada presença dos associados, que o movimento sindical detém em geral, para além do seu período de vida ativa profissional.

Num modesto ponto de vista é imperioso que de forma interna o movimento sindical crie, nesta abordagem, uma “portaria de extensão” que lhe permita o reforço o ir mais longe na lógica da unidade na ação. Seremos tão mais fortes quanto mais capazes formos em encontrar pontos de convergência alargados, encontrando-se aí a resposta que, ao nível social, se exige.

Hoje assiste-se a saídas de filiados nos sindicatos sem que as novas entradas o compensem.

É preciso reforçar as bases da atratividade para, mesmo depois da idade ativa laboral, se continue sindicalizado com outros motivos de interesse. E, para isso, é preciso que o sector sénior passe a fazer parte dessa nova atratividade. Os quase 30% que o sector sénior representa na sociedade portuguesa - com tendência crescente (porque sustentável) até 2080 - exigem essa visão de futuro.

Perante as necessidades de que este setor padece e lutando já hoje contra os populismos, de que os falsos messias se aproveitam, a única forma de resposta ao nosso alcance é a de estarmos unidos respondendo, em união, com a resiliência que cada um de nós transporta em si, cientes de juntos, seremos sempre mais fortes.

A luta contra o fator idade, no mercado de trabalho em Portugal é ainda uma realidade significando que, mesmo que os trabalhadores mais velhos queiram continuar a trabalhar irão, com toda a certeza, encontrar barreiras legais, conjunturais e psicológicas a essa intenção. Torna-se, assim, urgente identificar formas de combater estas formas de exclusão na nossa sociedade.

A possibilidade de, da mesma maneira que temos eletricidade em todo o país, também temos de ter acessibilidade digital que promova a inclusão



e abra portas às novas formas de trabalho à distância, vencendo barreiras geográficas de mobilidade ou de incompatibilidade momentânea com o bem-estar familiar. Principalmente agora que uma nova perspetiva do trabalho começa a se delinear, na medida em que a década entre os anos 20 e 30 deste século XXI será marcada pela ‘conquista’, segundo uns, pela ‘fatalidade’ segundo outros que já representa e representará ainda mais a penetração da tecnologia da inteligência artificial no nosso dia-a-dia pessoal e profissional. Mas enquanto seres humanos também seremos, cada vez mais, a solução para os problemas pois a capacidade criativa dos nossos neurónios é e será sempre a principal força motriz da economia e da vida.

O grande desafio passa, como sempre, pelas mentalidades e *status* estabelecidos. É preciso pensar fora da caixa e serem encontradas soluções que tenham o ser humano como o fulcro da questão.

Discutir sim, impor não.

As novas vagas são cada dia mais exigentes e se não anteciparmos as respostas estarão criadas condições a aparecerem os abomináveis guetos, em novas versões.

## Envelhecimento ativo

RUI FIOLHAIS\*

O envelhecimento demográfico é um desafio central das sociedades desenvolvidas. Com a redução da natalidade, o aumento da esperança de vida e os avanços técnicos, será expetável que os níveis de maturidade, mas também de dependência, das populações sejam cada vez mais elevados.

Esta dinâmica arrasta consigo problemas de sustentabilidade inter-geracional dos sistemas de proteção social. Portugal vai ser dos países mais envelhecidos, com uma pirâmide demográfica progressivamente disforme à medida em que enfrentamos o chamado “inverno demográfico”.

Em resposta a este desafio estão a ser desenvolvidas políticas integradas em múltiplos domínios da governação, das políticas migratórias ao estímulo da natalidade, do envelhecimento ativo aos cuidados continuados. Ponto é que essas respostas sejam assentes em valores e em direitos humanos. O direito a envelhecer com dignidade e segurança, o direito a uma velhice positiva, ativa e bem-sucedida, é cada vez mais fonte de deveres para quem tem a responsabilidade de desenhar e promover políticas públicas. Para que possamos envelhecer coletivamente de uma forma saudável, temos de desenvolver políticas que nos permitam envelhecer com “qualidade de anos de vida”.

Do ponto de vista das políticas sociais há muito que é sentida a necessidade de a sua adequação ao envelhecimento populacional

\* Presidente do Instituto da Segurança Social.

A população idosa requer especial atenção pelo risco de pobreza, associado a baixos rendimentos, baixa escolaridade, isolamento social e situação de saúde precária.

Sem prejuízo da responsabilidade das famílias no apoio às gerações mais velhas, o papel dos serviços e equipamentos sociais é, neste âmbito, fundamental. Como é importante a ação social e as atividades de proximidade como o apoio às altas hospitalares.

Salvaguardar a dignidade nas fases mais tardias da vida exige uma atuação concertada de todos os setores, para que se pense no envelhecimento desde cedo. Precisamos de políticas capazes de responder ao paradigma do envelhecimento, enquanto medidas promotoras de bem-estar e a capacidade de responderem às expectativas das pessoas mais velhas.

O futuro reclama políticas sociais que valorizem o papel da pessoa idosa na sociedade e as práticas participativas deste grupo propiciam uma vida com mais sentido e qualidade.

Neste contexto Portugal comprometeu-se com as Propostas de Ação da União Europeia para a promoção do Envelhecimento Ativo e Saudável e da Solidariedade entre Gerações.

Entre nós foi lançada a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo para melhorar a qualidade de vida das pessoas com o avançar da idade.

Por outro lado, em 2018, Portugal recebeu os Estados-membros da Comissão Económica da Região Europa das Nações Unidas (UNECE).

Foi aprovada a Declaração de Lisboa, com uma estratégia quinquenal para promover o envelhecimento ativo. Como prioridades políticas a Declaração veio reconhecer o potencial da pessoa idosa, encorajar o envelhecimento ativo e garantir um envelhecimento com dignidade.

Esta Conferência marcou um ponto de viragem da visão mais tradicional do que chamamos de assistência social ser substituída por uma lógica de direitos humanos: envelhecimento ativo como uma dimensão de garantia dos direitos humanos para todos.

A realização do potencial de viver mais tempo implica o reconhecimento que o direito à participação em todas as dimensões da vida cívica, económica e social, por parte dos menos jovens, não é apenas um direito: é um reconhecimento da sociedade moderna.

No fundo, o progresso das nossas sociedades necessita do contributo dos cidadãos menos jovens e este reconhecimento tem de vir dos Governos, da sociedade e das empresas. O mesmo é dizer que a integração das

peças mais velhas passou a ser uma necessidade da nossa economia. A economia responderá pior aos desafios do futuro se não conseguir integrar as peças menos jovens nas suas políticas e estratégias.

Neste contexto, o desenho das políticas ativas de emprego deve cada vez mais levar em consideração a permanência dos mais idosos no mercado de trabalho. As políticas sociais devem evoluir para um ponto de equilíbrio entre a proteção que dispensam e o estímulo à prossecução da vida profissional sempre quando seja essa a vontade dos seus destinatários.

Cada vez mais teremos de olhar para a população sénior como um universo relevante do mercado de trabalho, valorizando os seus saberes, conhecimentos e energias. Uma economia forte e uma sociedade saudável não se constroem sem o contributo e a participação dos cidadãos ativos de todas as idades.

Em conclusão, diria que esta é a hora de avançarmos juntos na resposta ao desafio do envelhecimento. O aumento da esperança de vida é uma conquista civilizacional que nos obriga à escola de caminhos que assegurem um envelhecimento inteligente e inclusivo.

Para tanto cumpre reforçar a aposta em políticas inclusivas e sustentáveis para as peças de todas as idades. Do cumprimento deste objetivo depende o bem-estar e o futuro das nossas sociedades.



## **SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA**



# Envelhecimento, Saúde e Qualidade de Vida

MIGUEL GOUVEIA\*

## 1. Introdução

Este texto procura contribuir para uma resposta à pergunta central é “Qual a relação entre o aumento da longevidade e os níveis de saúde de uma população?”. O tema abordado é, por conseguinte, a relação entre a evolução da esperança de vida ou longevidade e o nível de saúde em geral, quer na população global quer especificamente nos grupos mais idosos. Como é natural, será dada uma ênfase particular à situação em Portugal.

Não há muitas dúvidas sobre os efeitos do aumento da idade na saúde dos indivíduos. À medida que a idade progride, a partir de um certo limiar, as pessoas tendem a registar perdas no potencial cognitivo e na capacidade de aprendizagem. Há também perdas de saúde mental na forma de *stress* crónico, depressão e um aumento da prevalência de demências. Temos igualmente a considerar perdas de saúde física, com problemas de fragilidade, incapacidade e uma prevalência crescente de multimorbilidade. A morbilidade tanto pode ter origem em eventos agudos, como resultar de doenças crónicas/degenerativas. Para clarificar o âmbito deste trabalho, convém explicitar que a questão central aqui abordada não é a do efeito da idade, mas como é que o ritmo da incidência desses efeitos se tem vindo a modificar (ou não) à medida que sucessivas gerações disfrutem de uma longevidade crescente.

\* Professor da *Católica Lisbon School of Business and Economics*.

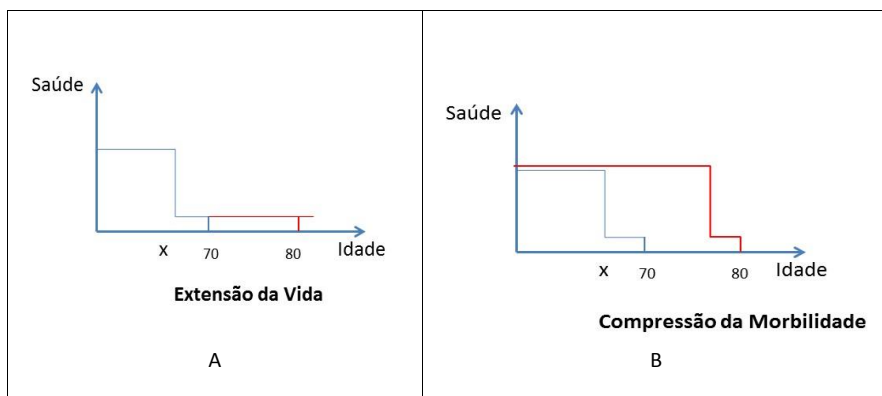


Ocorrendo um aumento substancial na esperança de vida, que tudo indica deverá continuar a ocorrer nos próximos tempos, com que saúde iremos viver esses anos de vida adicionais? Esta questão central tem sido amplamente estudada quer com abordagens partindo das ciências sociais quer das ciências da saúde. Um resumo compacto e talvez um pouco simplista das principais contribuições académicas nesta área é o de que a literatura apresenta dois modelos “puros” de envelhecimento.

O primeiro modelo corresponde a uma situação conhecida como a “compressão da morbilidade” (Fries, 1980). O modelo está ilustrado no Painel B da Figura 1, no qual se vê que o aumento da longevidade é acompanhado por um aumento da vida saudável. A formulação de Fries e coautores é a seguinte: “a idade de início das doenças crónicas pode ser adiada mais do que a idade da morte, comprimindo a maior parte da incapacidade ao longo de uma vida num intervalo mais curto e com menor incapacidade total ao longo do ciclo de vida” (Fries et al., 2011).

No segundo modelo, conhecido como a “extensão da vida” (Gruenberg, 1977), o aumento da longevidade ocorre sobretudo em más condições de saúde, como está patente no Painel A da Figura 1. O título da contribuição seminal de Gruenberg é evocativo: “os falhanços do sucesso”, já que de acordo com este modelo o sucesso no aumento da longevidade foi acompanhado de um falhanço nos níveis de saúde nestes anos adicionais.

**Figura 1**



Os modelos apresentados correspondem a versões “puras” e talvez um pouco extremas. Há versões menos ambiciosas da hipótese de compressão da morbilidade de acordo com as quais o intervalo de tempo com doenças crónicas não aumenta com a longevidade ou em que o tempo com doenças crónicas é uma percentagem decrescente do tempo de vida à medida que a longevidade aumenta.

Naturalmente, a literatura não se limita a formular modelos e inclui uma extensa lista de trabalhos empíricos, procurando avaliar qual dos modelos tem maior poder para explicar a realidade observada. No entanto, os estudos empíricos internacionais apresentam resultados contraditórios: alguns países parecem seguir o primeiro modelo, outros parecem seguir o segundo, e há mesmo países onde estudos diferentes apresentam conclusões opostas.

E no caso de Portugal? O debate público em Portugal tem sido muito influenciado pelos resultados da Esperança de Vida sem Incapacidade reportados pelo Eurostat, que passamos a analisar de seguida.

## **2. Resultados do Eurostat sobre Esperança de Vida sem Incapacidade**

O conceito de esperança de vida sem incapacidade tem sido usado desde há alguns anos, inicialmente apenas por académicos e depois por instituições nacionais e internacionais. Em Portugal a informação com maior impacto nesta área provém do Eurostat.

Usando inquéritos aos agregados familiares, mais especificamente o módulo de saúde do *EU Statistics on Income and Living Conditions* (EU-SILC) e, antes de 2002, o *European Community Household Panel* (ECHP), o Eurostat tem vindo a calcular a prevalência da incapacidade por idade e por sexo. A fonte de informação central é uma pergunta feita nos inquéritos aos agregados familiares que pode ser traduzida como:

*“Nos últimos seis meses, até que ponto esteve limitado nas suas atividades habituais devido a problemas de saúde? Diria que*

- Tem estado severamente limitado*
- Tem estado limitado, mas não severamente*
- Não tem estado limitado.”*

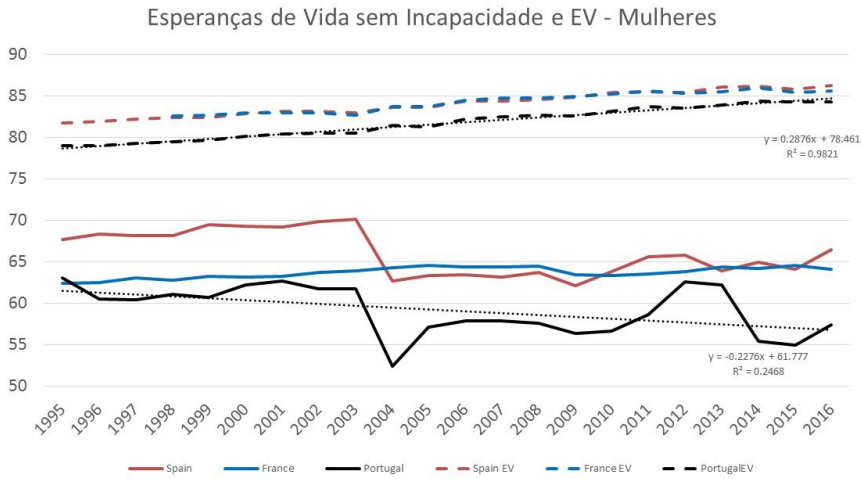
Na prática, a forma como os dados têm sido tratados é a seguinte: as duas primeiras respostas são agregadas e a resposta de cada pessoa é tra-

tada como “tem alguma incapacidade” ou “não tem incapacidade”, ou seja, como uma variável dicotômica.

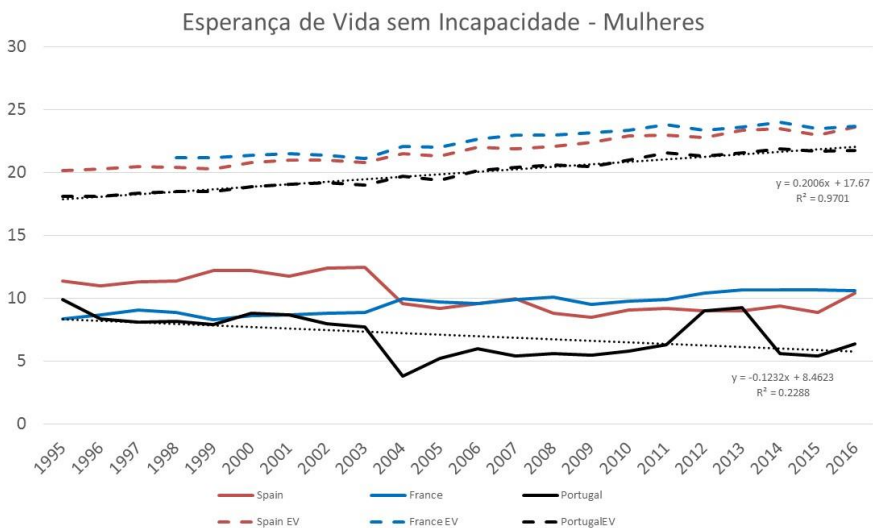
Estes dados são posteriormente conjugados com os dados clássicos sobre mortalidades e sobrevivências seguindo o chamado método de *Sullivan*. Uma pista intuitiva da metodologia adotada é que, para cada pessoa com incapacidade, um ano adicional de vida gera zero anos adicionais de “vida sem incapacidade” e, naturalmente, um ano de vida sem incapacidade aumenta o tempo de vida sem incapacidade, o que permite calcular a esperança de vida sem incapacidade (*disability-free life expectancy*).

Qual a situação em Portugal e que se passa noutros países próximos? As Figuras 2 e 3 mostram os resultados para Portugal, França e Espanha e para o caso das mulheres. O caso dos homens é qualitativamente semelhante.

A Figura 2 mostra que as esperanças de vida (EV) à nascença em Portugal, Espanha e França têm vindo a subir e que a EV em Portugal está muito próxima dos níveis atingidos pelos outros dois países, os quais, como é sabido, são dos melhores do mundo. O caso da esperança de vida sem incapacidade (EVSI) à nascença é substancialmente diferente. Em primeiro lugar, nota-se claramente uma quebra nas séries cronológicas dos dados no ano de 2004 em Espanha e em Portugal, quando a transição de um inquérito para outro (do ECPH para o EU-SILC) começa a ter impacto, o que dificulta o estabelecimento de tendências. Em segundo lugar, e por oposição ao que se passa no caso da EV, os valores da EVSI em Portugal estão bastante distantes da EVSI em Espanha e em França. Em terceiro lugar, e sujeito às limitações de análise referidas anteriormente, para Portugal e Espanha não parece existir um crescimento ao longo do tempo da EVSI, havendo mesmo indícios de redução no caso português. No caso francês há crescimento, mas este parece ser de dimensão muito reduzida.

**Figura 2. Esperanças de Vida à Nascimento**

A Figura 3 contém informação semelhante à da Figura 2 mas apenas para a população com 65 e mais anos. Qualitativamente, a situação é muito semelhante à descrita para o caso da população em geral, pelo que não se farão comentários adicionais.

**Figura 3. Esperanças de Vida aos 65 Anos**

Em resumo, os dados sobre EVSI do Eurostat são inquestionavelmente negativos: não só os valores portugueses estão muito abaixo dos de outros países europeus, como parece não estar a ocorrer progresso à medida que o tempo passa e a longevidade aumenta. Estes resultados apontam no sentido de a situação em Portugal ser um caso de “falhanço do sucesso”. A confirmarem-se, estes resultados indicariam que o enorme progresso no aumento da longevidade ocorrido em Portugal seria uma vitória pírrica, com pouco significado, já que de alguma maneira haveria poucos ganhos nos níveis de saúde e na qualidade de vida relacionada com a saúde.

No entanto, há razões para ter ceticismo no que diz respeito aos resultados anteriores, já que os dados parecem ter algumas fragilidades. Por exemplo, para dados com esta natureza demográfica é um pouco estranho que haja flutuações tão marcadas de ano para ano, sugerindo que os dados são estimados de forma pouco robusta e exibindo uma sensibilidade inesperada às evoluções das conjunturas económicas. Uma questão relevante é que as medidas de incapacidade auto-relatadas podem ser pouco robustas. Pode haver problemas de risco moral ou ocorrer um “enviesamento por justificação” no reporte, já que os respondentes aos inquéritos poderão desejar ou estar a receber prestações sociais (pensões de invalidez, subsídios de doença, complemento por dependência, etc.). Podem também encontrar-se sem emprego, situação que autojustificam como sendo atribuível a questões de saúde. A verdade é que uma separação entre questões económicas e questões de saúde é difícil ou mesmo impossível de fazer, quer a nível dos próprios respondentes quer ao nível da análise feita por observadores externos. Como já referido, estes problemas fragilizam a validade das medidas baseadas na incapacidade auto-reportada, como medidas de saúde, pelo menos no que se refere a avaliações a nível populacional.

A literatura académica internacional que estuda os níveis populacionais de incapacidade ultrapassa estes problemas utilizando instrumentos padronizados para medir a incapacidade, como é o caso das *Activities of Daily Living* (ADL) ou das *Instrumental Activities of Daily Living* (IADL) (cf. Freedman *et al.*, 2013) que não estão disponíveis nos dados do Eurostat.

O ideal seria termos boas medidas de qualidade de vida relacionada com a saúde, aplicadas longitudinalmente, permitindo estimar a evolução da esperança de vida saudável de uma forma metodologicamente robusta. Isso poderia ser feito com a utilização regular, em amostras representativas da população, de instrumentos padronizados como é o caso do Euro-

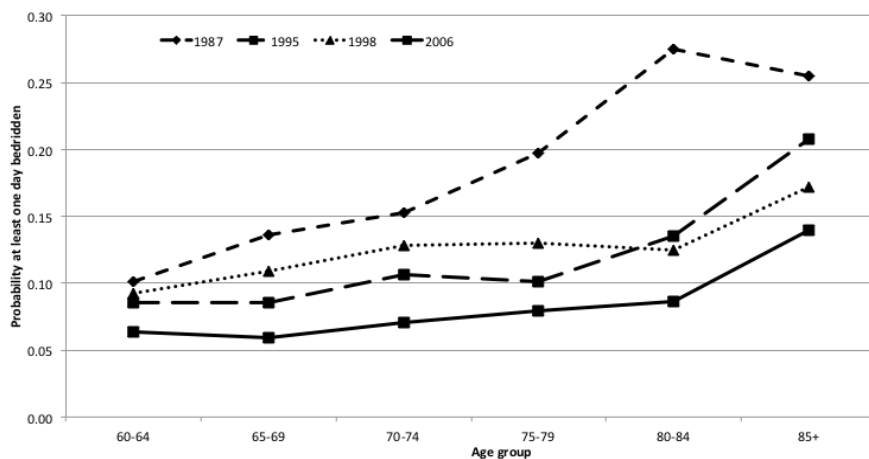
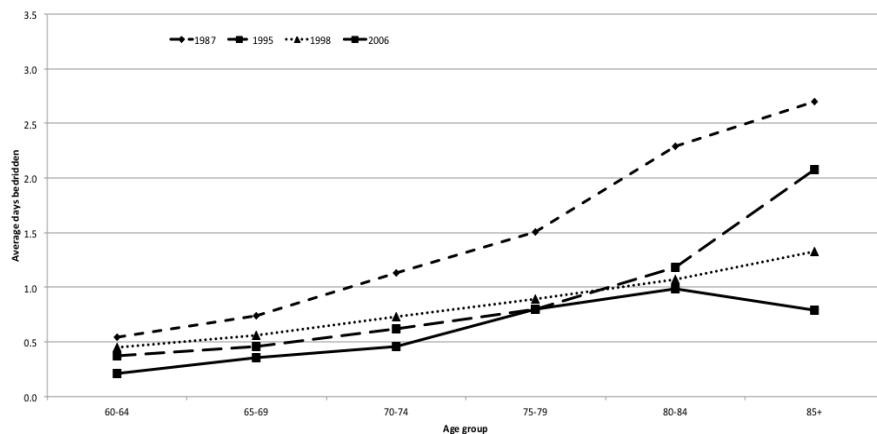
Qol 5D, só para mencionar um exemplo específico. Na ausência de tais dados, podemos tentar estudar indicadores mais robustos, objetivos e possivelmente com menos enviesamentos que a incapacidade auto-reportada. A secção seguinte descreve os resultados de um esforço de análise para o caso português, seguindo estas linhas estratégicas de investigação.

### **3. Análise do caso português baseada nos Inquéritos Nacionais de Saúde**

Na ausência dos dados ideais como seria o caso das ADL/IADL para a incapacidade e das esperanças de vida com ajustamento pela qualidade de vida relacionada com a saúde, podemos tentar estudar indicadores mais simples, mas ainda assim objetivos e com menos enviesamentos potenciais. Foi esse o esforço feito em Gouveia e Raposo (2019), onde se estudaram os microdados dos Inquéritos Nacionais de Saúde (INS) de 1987, 1995, 1998 e 2005. Dias (2009) constitui um bom relato da história dos INS em Portugal. O estudo referido contradiz os resultados do Eurostat e, adicionalmente, clarifica a relação empírica entre morbilidade e incapacidade. Trata-se de um estudo de *repeated cross-sections*, onde se procurou identificar medidas relevantes de incapacidade e de morbilidade que estivessem presentes em todas as quatro vagas do INS. Apesar das alterações a que os INS foram sujeitos ao longo dos anos, foi possível identificar uma medida de incapacidade e duas patologias (auto-reportadas) presentes de forma consistente em todos os INS referidos: a diabetes e a hipertensão.

A medida de incapacidade refere-se a um caso extremo, e corresponde a quantos dias o respondente ficou acamado nas duas semanas anteriores à data da realização do inquérito. Na prática, o trabalho usou duas medidas: a probabilidade de um respondente ter ficado acamado pelo menos um dia e o número de dias acamado nas duas últimas semanas, incluindo as observações com zero dias acamado. A análise restringiu-se aos grupos etários com 60 e mais anos de idade.

Os resultados da análise descritiva podem ser vistos nas Figuras 4 e 5. A Figura 4 mostra a evolução do perfil, por grupo etário, da probabilidade de ter estado acamado pelo menos um dia. As probabilidades, por grupo etário, reduzem-se substancialmente entre 1987 e 2006, estando os valores de 1995 e 1998 em níveis intermédios, apesar de ocorrer alguma sobreposição de resultados entre estes dois anos.

**Figura 4.** *Proporção “pelo menos um dia acamado” nas últimas 2 semanas***Figura 5.** *Médias de “dias acamado” nas últimas 2 semanas*

A Figura 5 mostra a evolução do perfil, por grupo etário, da média do número de dias acamado (média inclui observações zero). No caso desta variável, as sobreposições entre diferentes vagas do INS são um pouco mais complexas, mas o resultado global é o mesmo, ou seja, ao longo dos anos ocorreu uma redução substancial da variável “número de dias acamado” nas populações em estudo.

O trabalho de Gouveia e Raposo (2019) aprofunda estes resultados através de análises multivariadas, onde se controla a probabilidade de ter pelo menos um dia acamado, ou o número de dias acamado, por variáveis como o ano de cada INS, sexo, idade, nível de educação, rendimento e região do país. Os principais resultados destas análises são que os padrões de redução da incapacidade identificados na análise descritiva se mantêm e, além disso, revelam-se como sendo estatisticamente significativos. Adicionalmente, análises mais finas permitem ver que as reduções da incapacidade são tendencialmente maiores em indivíduos com diabetes e com hipertensão do que em indivíduos sem essas doenças. Outro resultado relevante é que os dados não mostram uma redução da morbilidade ao longo do tempo. Pelo contrário, o diagnóstico de cada doença tende a ser mais precoce e a proporção de indivíduos com patologias em cada grupo etário não diminui. Temos assim uma compressão da incapacidade, mas não uma compressão da morbilidade. O trabalho não investiga diretamente a razão de ser desta divergência, mas há pelo menos duas razões potenciais. A primeira é que estejam a ocorrer melhorias tecnológicas e organizacionais na capacidade de diagnóstico das doenças por parte do sistema de saúde, o que levaria a uma proporção crescente de diagnósticos em doentes com patologias cada vez menos graves e, por conseguinte, menos incapacitantes. A segunda razão possível é que as melhorias tecnológicas e organizacionais no sistema de saúde o tornaram mais eficaz na manutenção e reparação da saúde dos doentes, resultando num desacoplamento das tendências de morbilidade e de incapacidade.

Globalmente, Gouveia e Raposo (2019) demonstra a existência de uma tendência de redução dos níveis de incapacidade ao longo dos últimos 30 anos, fornecendo evidência (parcial, é certo) que desvaloriza os resultados da Esperança de Vida sem Incapacidade provenientes do Eurostat. Os próprios decisores ao nível do Eurostat deverão ter-se apercebido que a medida EVSI tinha fragilidades porque, mais recentemente, começaram a publicar um indicador alternativo, o qual será objeto de análise na próxima secção.

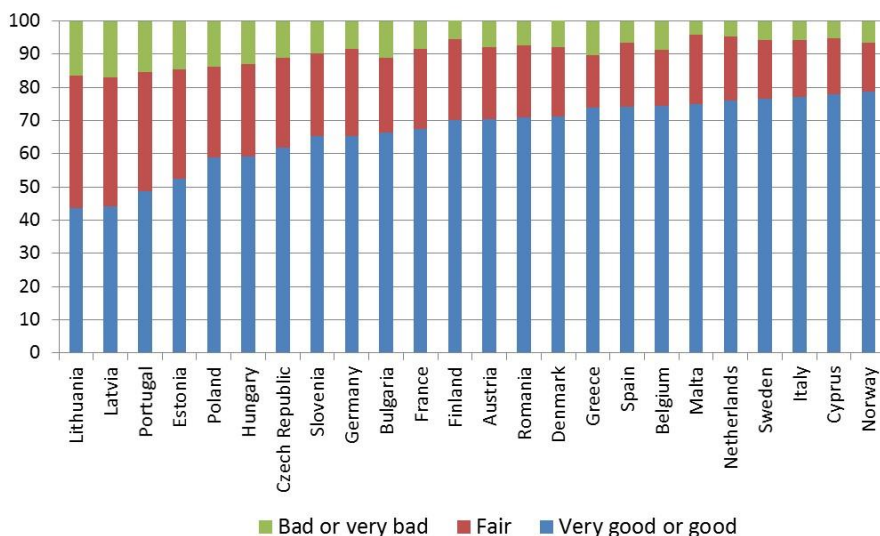
#### **4. Os novos dados sobre esperança de vida saudável do Eurostat**

Os resultados positivos obtidos sobre a redução da incapacidade ao longo do tempo são confirmados por outros dados do Eurostat, mais recentes, sobre esperança de vida saudável. Explicita-se de seguida qual é a informação de base usada na construção deste indicador e quais são as suas tendências.

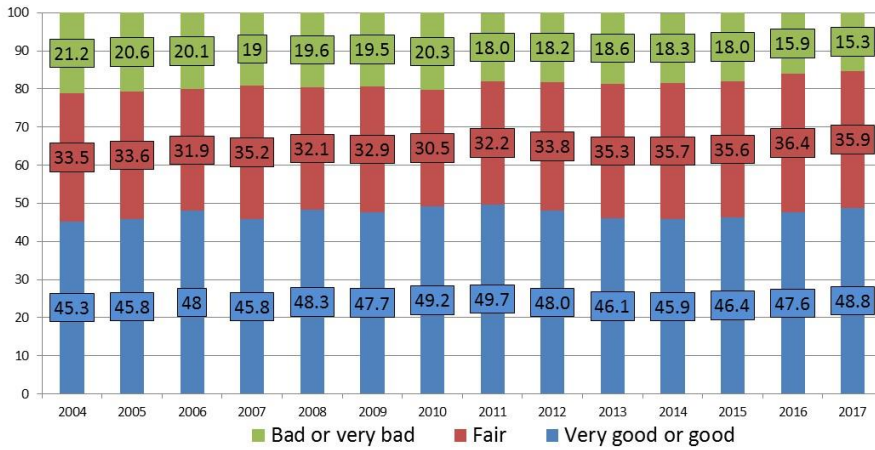


Desde há anos que inquéritos conduzidos de forma regular e sistemática pelo Eurobarómetro da Comissão Europeia têm perguntado às populações dos países da EU como avaliam o seu estado de saúde, com cinco níveis possíveis de resposta: muito boa, boa, razoável, má e muito má. A Figura 6 mostra os resultados, agregados por país da EU, em 2017. Pode constatar-se que Portugal tem uma proporção comparativamente pequena de pessoas a responder que o seu estado de saúde é bom ou muito bom.

**Figura 6.** *Auto-classificação dos Estados de Saúde na EU, 2017*



Por sua vez, a Figura 7 mostra a distribuição ao longo dos anos das respostas portuguesas ao inquérito entre 2004 e 2017. A principal tendência patente na Figura 7 é um decréscimo da proporção de pessoas que reporta ter saúde má ou muito má.

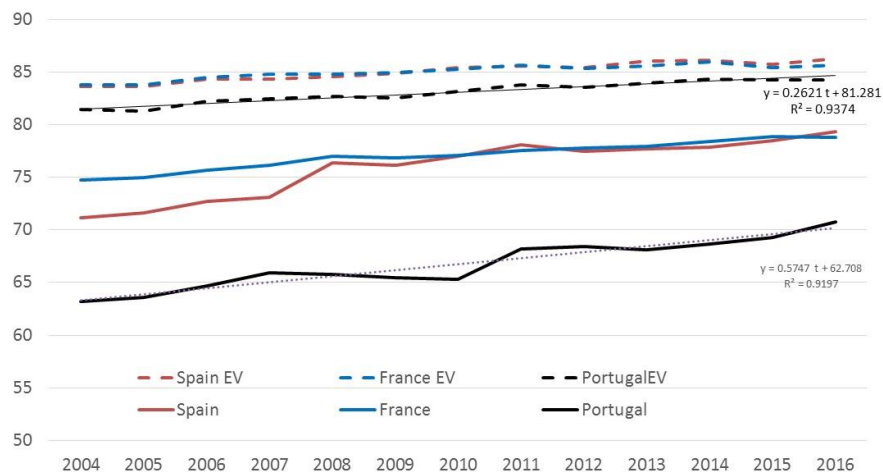
**Figura 7.** Auto-classificação dos Estados de Saúde, Portugal, 2004-2017

O Eurostat usou a informação sobre níveis de saúde auto-reportados aplicando uma metodologia muito semelhante (método de Sullivan) à usada no caso da EVSI: as respostas são classificadas de forma dicotómica, sendo o valor 1 atribuído a quem tenha reportado uma saúde muito boa, boa ou razoável e o valor zero a quem tenha reportado saúde má ou muito má. A esperança de vida saudável (EVS) é calculada conjugando as taxas de mortalidade e de sobrevivência com a variável dicotómica referida.

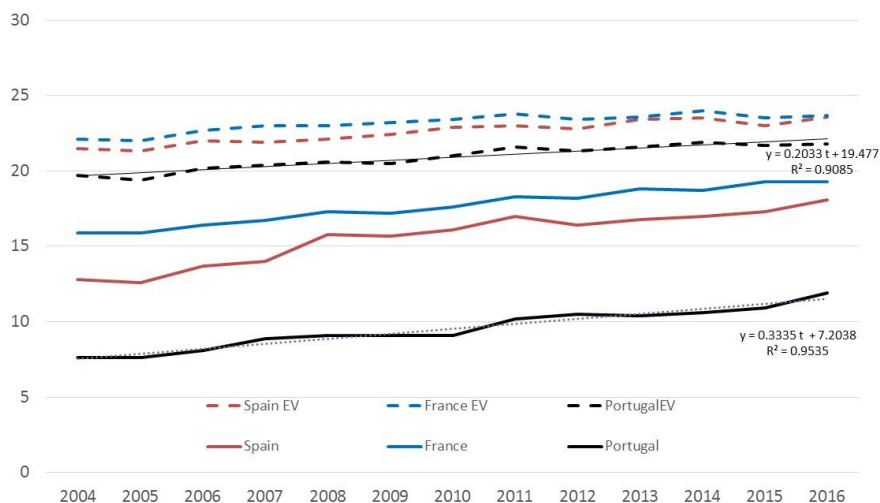
Os resultados apurados para Portugal, França e Espanha podem ser vistos na Figura 8, a qual corresponde ao caso das EV e das EVS femininas à nascença, e na Figura 9, que corresponde ao caso da população feminina com 65 e mais anos. Em ambos os casos, as figuras mantêm os perfis de evolução da EV como linhas de referência. Tal como no caso anterior os resultados para homens são qualitativamente semelhantes, pelo que não se incluem.

Os resultados obtidos são parcialmente concordantes com os resultados anteriores relativos à esperança de vida sem incapacidade, mas também são parcialmente discordantes.

**Figura 8.** *Esperança de Vida Saudável à Nascimento, Mulheres, Portugal, 2004-2017*



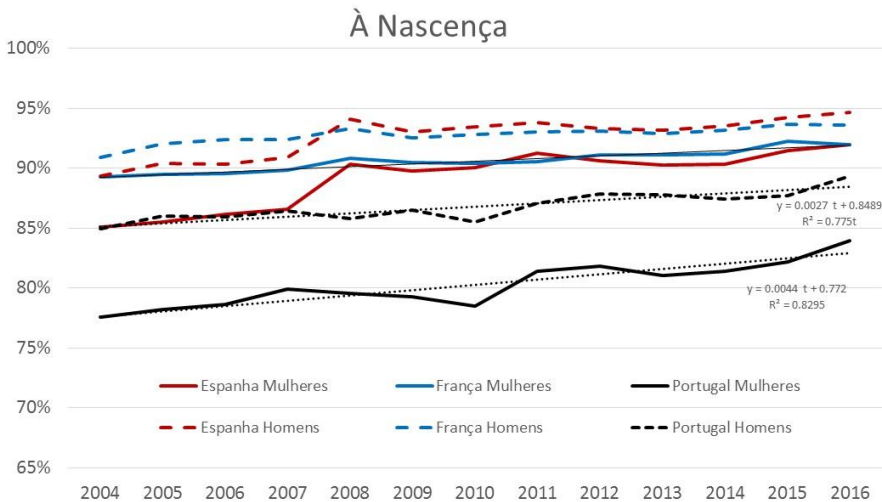
**Figura 9.** *Esperança de Vida Saudável aos 65 Anos, Mulheres, Portugal, 2004-2017*



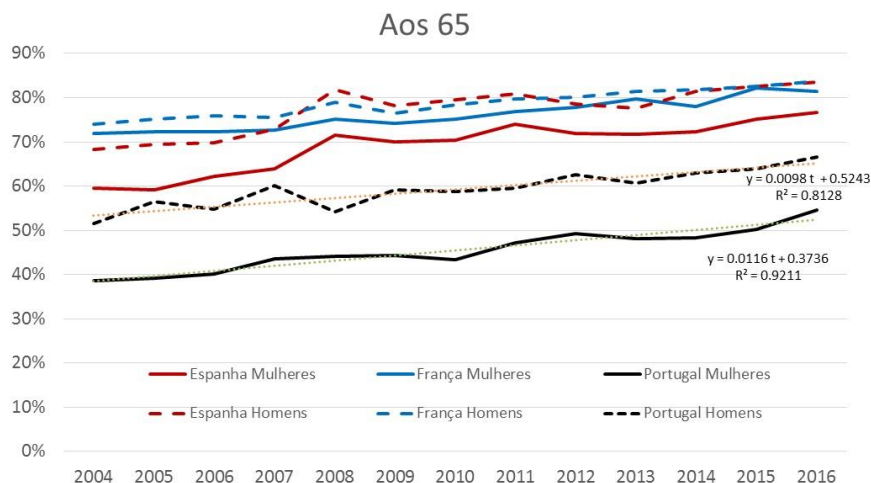
Por um lado, tal como no caso da EVSI, as figuras mostram a existência de uma diferença substancial entre os valores da EVS em Portugal e os valores em França ou em Espanha, muito maior do que a diferença registada na EV. Por outro lado, e ao contrário do ocorrido no caso da EVSI, a EVS apresenta uma evolução positiva inquestionável, ou seja, a EVS tem vindo a aumentar à medida que a longevidade melhora.

Na verdade, a dimensão das melhorias registadas é ainda maior do que se poderia pensar numa análise superficial. Uma questão interessante, que surge diretamente da literatura sobre compressão da morbilidade, é o que tem vindo a acontecer à proporção da vida passada em boas condições de saúde. Será que essa proporção tem vindo a subir como Fries e outros defendem (1980; 2011) ou tem vindo a descer como indica Gruenberg (1977)? No caso dos dados portugueses, franceses e espanhóis a tendência é clara, como está patente na Figura 10, para o caso das esperanças de vida à nascença e, na Figura 11, para as esperanças de vida aos 65 anos.

**Figura 10.** *Esperança de Vida Saudável à Nascença como proporção da Esperança de Vida, Portugal, 2004-2017*



**Figura 11.** *Esperança de Vida Saudável aos 65 anos como proporção da Esperança de Vida, Portugal, 2004-2017*



Para os três países em análise, para homens e para mulheres, quer à nascença quer aos 65 anos, uma proporção crescente da vida é passada em condições de saúde avaliadas como não sendo más. Outro resultado claro representado nas Figuras 10 e 11 é que as mulheres têm uma menor proporção da sua vida passada em condições de saúde boas ou razoáveis.

## 5. Conclusões

Os resultados apresentados justificam algum otimismo sobre a relação entre envelhecimento da população e qualidade de vida relacionada com a saúde. Nos três países estudados (França, Espanha e Portugal), à medida que a longevidade aumenta, a proporção da vida passada em condições de saúde boas ou razoáveis tem vindo a aumentar, um duplo dividendo nas áreas da qualidade e da quantidade de vida.

Estes resultados positivos não podem fazer esquecer que o desfazamento entre os valores da esperança de vida saudável em Portugal e os valores em Espanha e em França são elevados, muito superiores às diferenças na esperança de vida física. Isso significa que os novos desafios para as políticas de saúde em Portugal nos próximos anos não serão só os de obter ganhos na quantidade de vida, uma área onde os resultados têm sido bons, mas sobretudo os de obter ganhos de saúde aumentando a qualidade de vida.

## Referências

- Dias, Carlos. 2009. "25 Anos de Inquérito Nacional de Saúde em Portugal." *Revista Portuguesa de Saúde Pública*. Número Especial: 51–60.
- Freedman, Vicky *et al.*. 2013. "Trends in Late-Life Activity Limitations in the United States: An Update for Five National Surveys." *Demography*. 50: 661–671.
- Fries, James. 1980. "Aging, natural death and the compression of morbidity." *The New England Journal of Medicine*. 303: 130–135.
- Fries, James, Bonnie Bruce, and Eliza Chakravarty. 2011. "Compression of morbidity 1980–2011: a focused review of paradigms and progress." *Journal of Aging Research*. vol. 2011, <https://doi.org/10.4061/2011/261702>
- Gouveia, Miguel e Pedro Raposo. 2019. "Aging and the Compression of Disability in Portugal". *Population and Development Review*, 45: 401-418. doi:10.1111/padr.12231
- Gruenberg, Ernest. 1977. "The failures of success." *Milbank Quarterly*. 55: 3–24.



# Integração de Serviços de Saúde e Sociais através da Inovação e da Tecnologia

ANTÓNIO CUNHA\*

## Como aumentar o fluxo de inovação ao longo da cadeia de valor da prestação de cuidados?

A necessidade crescente de cuidados que resulta do envelhecimento da população tenderá a mudar o equilíbrio entre o rendimento disponível e o custo com serviços de saúde e sociais.

É por isso fundamental começar desde já a trabalhar em novas abordagens que permitam assegurar uma assistência de qualidade sem escalar os custos para valores incontroláveis.

As tecnologias de suporte ao envelhecimento ativo e saudável poderão ajudar a conter o problema, integrando os serviços de cuidados e colocando a pessoa mais do lado da solução do que do lado do problema.

No entanto, apesar da transformação digital ser uma oportunidade para colocar a pessoa no centro do processo, para que exista um impacto efetivo, é fundamental eliminar as barreiras que impedem o fluxo de inovação ao longo da cadeia de valor dos cuidados.

A barreira mais visível, em particular para a população mais envelhecida, é a reduzida integração entre a cadeia de valor dos serviços de saúde e a cadeia de valor dos cuidados sociais. Esta falta de integração gera um impacto negativo não só na **qualidade de vida** do cidadão mas também na **economia**.

\* Diretor Executivo do Laboratório de Automação do Instituto Pedro Nunes.



## **Impacto na Qualidade de Vida**

O processo de envelhecimento pode ser comparado com um degradê em tons de cinzento, onde o escurecer corresponde ao declínio físico e cognitivo resultante do processo de envelhecimento. A pessoa tem diferentes necessidades de ajuda ao longo da vida (nos diversos “tons de cinzento” que atravessa), pelo que o foco deveria estar em ajustar as diferentes camadas de apoio em tempo real, de acordo com as necessidades em cada momento, sejam serviços de saúde ou de apoio social. Apesar disso, a divisão entre cadeias de valor e os processos excessivamente centrados nos serviços, impedem que este ajuste seja feito em torno do que é mais importante, a pessoa. Por exemplo em Portugal, o idoso recebe cuidados de saúde de qualidade nos hospitais e centros de saúde, mas na maioria dos casos existe um corte entre os cuidados que são prestados nos hospitais e centros de saúde e o contexto do dia a dia. Os serviços de saúde precisam de ganhar mais conhecimento sobre como chegar junto das pessoas no seu contexto familiar, e não ficar apenas por uma visão instrumental da saúde, onde a extensão para a casa é menos relevante. Da mesma forma os cuidados sociais, em particular os que se relacionam com o envelhecimento, deveriam incorporar no seu portefólio mais serviços com impacto na saúde, por exemplo na área da prevenção ou cuidados de saúde em casa. A articulação do sector da saúde com organizações que têm já um trabalho de proximidade (em alguns casos entram em casa das pessoas todos os dias) pode ser muito profícua para o cidadão. É ainda hoje perceptível alguma reserva por parte dos serviços de saúde em articular com os cuidadores sociais algumas atividades que normalmente são desempenhadas por profissionais de saúde. Apesar disso é possível identificar casos de colaboração, por exemplo na hospitalização domiciliária, onde se junta o melhor dos dois mundos, os serviços de saúde de qualidade com cuidados sociais que têm a capacidade de suportar o idoso em áreas onde a saúde tem menos experiência. O resultado é um serviço que permite ao utente recuperar no conforto da sua casa com ganhos evidentes para a sua qualidade de vida.

As colaborações não aparecerão se não forem criados incentivos em ambos os lados. Será necessário dar mais visibilidade aos casos de uso de boa integração que já demonstram os benefícios na vida do idoso. Do lado dos serviços de saúde é fundamental encarar o sector social como um aliado na extensão para casa. Do lado do sector social, deve ser considerada a hipótese de não financiar apenas os serviços padrão, mas descriminar

positivamente os cuidadores que queiram prestar serviços de valor acrescentado para a vida do idoso, por exemplo treino físico e cognitivo com a devida supervisão de profissionais de saúde.

O avanço de forma integrada para além das fronteiras de cada Ministério irá contribuir para viver com mais qualidade os anos extra que o progresso da ciência nos tem conferido. Viver mais tempo sim, mas com qualidade de vida.

### Impacto na Economia

Usando como referência o modelo *Continuum Care* (Figura 1) que descreve um sistema circular de cuidados com cinco etapas principais (Vida Saudável, Prevenção, Diagnóstico, Tratamento e Cuidados em Casa), é possível perceber que se trata de uma cadeia, e que se o trabalho a montante (Vida Saudável e Prevenção) for efetivo existirão consequentes ganhos a jusante (Diagnóstico e Tratamento).



**Figura 1** – *Continuum Care*<sup>1</sup>

A divisão atual entre saúde e social dificulta a implementação de um ciclo de cuidados integrados como sugerido na Figura 1 (ilustrando uma equação única), que permita atingir ganhos em cadeia, levando a investimentos em todas as etapas do ciclo.

Os mecanismos de reembolso atuais levam a que o sistema de apoio se centre na cura e não nos processos que podem evitar a doença, incentivando a que o investimento em inovação e desenvolvimento não seja equilibrado em toda a cadeia e esteja principalmente centrado nas etapas diagnóstico e tratamento. Para além das consequências óbvias para o cidadão, existe também um impacto negativo no tecido económico, em

<sup>1</sup> [https://www.cocir.org/uploads/media/18023\\_COC\\_Position\\_paper\\_web.pdf](https://www.cocir.org/uploads/media/18023_COC_Position_paper_web.pdf)

particular nas pequenas e médias empresas (PME). Estas duas etapas centradas na cura implicam volumes elevados de investimento em investigação e desenvolvimento pelo que são normalmente ocupadas por multinacionais que dominam o mercado, não dando grande espaço a pequenas e médias empresas.

Apesar dos quadros de apoio nacionais e europeus disponibilizarem financiamento para o desenvolvimento de novos produtos e serviços para a área da saúde, e de existir uma motivação forte por parte da comunidade empreendedora para trabalhar neste sector, para que os novos produtos tenham modelos de negócio sustentáveis, será necessário reunir pelo menos mais dois factores: **novos modelos de financiamento para a prestação de cuidados** (favorável à adopção de novos produtos em toda a cadeia e não relacionada apenas com a doença), e criação de **departamentos de inovação nos principais hospitais e cuidadores nacionais** para que se encare a inovação de forma estratégica e estruturada.

A migração para modelos de financiamento mais avançados, por exemplo para o pagamento baseado em resultados (*Value-Based Care*) e não baseados em volume (*Fee-for-Service*) irá estimular a inovação conferindo lógica a um conjunto de produtos e serviços que até ao momento não conseguiram modelos de negócio viáveis, por exemplo os que se destinam à prevenção em saúde ou à hospitalização domiciliária. Ou seja, modelos baseados em valor estimulam a integração de serviços tendo como objectivo evitar a doença em vez de apoiar apenas o tratamento.

A implementação de novos modelos de financiamento em articulação com a capacidade da tecnologia atual, irá obrigar a integrar no ecossistema de cuidados diferentes tipologias de organizações, abrindo espaço para novas ideias de produtos e serviços criando um arrasto positivo não só nas empresas mas também nas entidades do sistema científico e tecnológico. É por isso necessário analisar a capacidade de impacto dos novos modelos de financiamento, não apenas pelo prisma da qualidade de vida que confere ao cidadão, ou pela eficiência que gera na prestação de cuidados, mas também pelo impacto nas empresas através da criação de novos produtos e serviços transaccionáveis em cadeias de valor internacionais.

Para acompanhar esta transição e consequente processo de mudança interna, os cuidadores terão de encarar a inovação como uma atividade estratégica que tem um *modus operandi* diferente quando comparado com a prestação de cuidados diária. Concretamente para que exista incorpo-

ração de inovação nos cuidadores será necessário criar departamentos de inovação com conhecimento da prática da organização, mas com capacidade de pensar em novos produtos, que a prazo possam ser implementados aumentando a qualidade de serviço ao utente e/ou reduzindo custos da organização. Estas estruturas de inovação terão um papel muito relevante no ecossistema de inovação, uma vez que farão a articulação entre as empresas e as entidades do sistema científico e tecnológico.

O sector da saúde e o sector social que absorvem as parcelas mais relevantes do Produto Interno Bruto português, e que têm das maiores organizações do país, poderiam servir não só para prestar cuidados de saúde e sociais de qualidade, mas também para contribuir para o aparecimento de novos produtos e serviços inovadores, gerando impacto nas pequenas e médias empresas e consequente na criação de empregos qualificados.

Neste caso o ecossistema de inovação é constituído por entidades de investigação, fornecedores, cuidadores, pacientes e financiadores. No entanto, apesar da sua importância na cadeia, os cuidadores nem sempre têm um grande envolvimento por estarem demasiado focados na prestação de serviços. A capacidade técnica e financeira de organizações como hospitais ou grandes cuidadores sociais, podem ter um papel de arrasto considerável no sistema de inovação, estimulando empresas a desenvolver produtos e serviços baseados nas suas necessidades, funcionando como primeiros adoptantes (*early adopters*).

O assunto sobre integração de cuidados não é novo, muita documentação foi já produzida, mencionando o impacto que poderá ter no cidadão, em particular na comunidade envelhecida, no entanto, na prática existem muito poucos casos de implementação efetiva em Portugal. Uma forma de passar à prática será criar um guia de boas práticas de integração para reconhecer quem faz bem, e financiar novos projetos que juntem a prestação de serviços com cuidados sociais que possam evidenciar uma equação única centrada no cidadão idoso.

Em conclusão, será possível aumentar o fluxo de inovação ao longo da cadeia de valor da prestação de cuidados, se for possível tirar partido da oportunidade gerada com a transição para os novos modelos de financiamento baseados em valor, não vendo apenas o impacto na qualidade de vida do idoso ou na redução dos custos para o estado, mas também no tecido económico através de novos produtos e serviços.



## **Caminhar para a implementação de Ambientes Saudáveis, Inteligentes e Amigáveis**

CARINA DANTAS\*

*“Não podemos resolver os nossos problemas com o mesmo pensamento que usamos quando os criamos”  
Albert Einstein.*

A Organização Mundial da Saúde afirma que tornar as cidades e as comunidades amigáveis para todas as idades é uma das abordagens políticas mais eficazes para responder às mudanças demográficas – a implementação de uma visão partilhada de Ambientes Inteligentes, Saudáveis e Amigáveis em todas as suas facetas.

No entanto, as iniciativas regionais e nacionais ainda carecem do alinhamento entre a saúde, o social, as inovações tecnológicas e os ambientes e infraestruturas, quer em termos de estratégia e opções políticas, quer ao nível do financiamento. Esta articulação de políticas pode ser a pedra angular de um sistema de saúde e apoio social mais eficiente, que acrescente melhor qualidade com menos investimento e diminua as desigualdades no acesso dos cidadãos aos serviços.

Alguns dos principais ativos destes Ambientes – as Pessoas (a cidadania, a aprendizagem ao longo da vida, a interação social) e os Locais (edi-

\* Cáritas Diocesana de Coimbra, Diretora do Departamento de Inovação.

fícios, acessibilidades, espaços comunitários e instalações ao ar livre) são elementos essenciais para alcançar uma evolução equilibrada de igualdade e bem-estar na sociedade. Apesar de naturalmente implícitos em inúmeros enquadramentos teóricos, não figuram nas opções estratégicas da Saúde nem do Apoio Social (nem em opções políticas no geral), pelo que necessitam de ser prioridades explícitas para os novos períodos estratégicos.

Não se tem demonstrado, até à data, uma estratégia de políticas públicas que garantam a sustentabilidade de serviços integrados no setor social e de saúde, permitindo e até incentivando a adoção de novos modelos, que garantam melhores cuidados ao cidadão, mais apoio à família e cuidadores, com eficiência e adequada utilização dos recursos do Estado Social.

É necessário investir em políticas integradas (saúde, social, comunitário, tecnológico, infraestruturas), serviços personalizados e adequados às necessidades de cada pessoa (cimentado em percursos de cuidados ao invés de estruturas de saúde), que potenciem a prevenção em detrimento do tratamento e da medicalização, com um financiamento flexível e centrado nos resultados (value-based care).

Os diversos atores sociais parecem conscientes destas necessidades e recetivos à sua efetivação. O que falta então para a implementação?

O desafio que é lançado através do trabalho, desenvolvido em Portugal pela Cáritas Coimbra, para uma das Redes Temáticas da Comissão Europeia para 2018 – a SHAFE – Smart Healthy Age-Friendly Environments é um dos mais estratégicos desafios para a Europa dos dias de hoje e dos dias futuros. Enfrentar o envelhecimento das nossas sociedades é um desafio que mobiliza para já um amplo debate político, económico, social, científico e cultural sobre uma questão, central nas políticas públicas e transversal aos diferentes setores das nossas sociedades.

Em primeiro lugar, a ideia de que se trata de um debate eminentemente humanista, sendo essa, desde logo, uma opção de fundo. A opção de decidir em que tipo de sociedade queremos viver. Se numa sociedade que se preocupa com os valores humanistas, ou numa sociedade tecnocrática, economista, financista da vida das pessoas. Não se trata de passar à margem da ciência e do rigor na análise da realidade. Trata-se de ir mais longe, sabendo como lhes queremos responder: envolvendo todos – porque os jovens de hoje são os pais e os avós de amanhã – ou apenas alguns.

Em segundo lugar temos de reconhecer que as mudanças demográficas há muito que são identificadas, que os alertas estão feitos e devidamente anotados, que o patamar seguinte se prende com a definição dos objetivos estratégicos para a atuação das políticas públicas. E este patamar não é monopólio de ninguém, nem de partidos nem de parceiros sociais. É uma questão nacional e uma questão europeia, que exige consensos e amplos acordos políticos e sociais. Só assim as respostas estarão à altura da dimensão do desafio.

*Sua excelência, o Presidente da República Portuguesa*

*Professor Marcelo Rebelo de Sousa*

*Mensagem oficial de suporte à SHAFE [1], alojada  
na EU Health Policy Platform [2]*

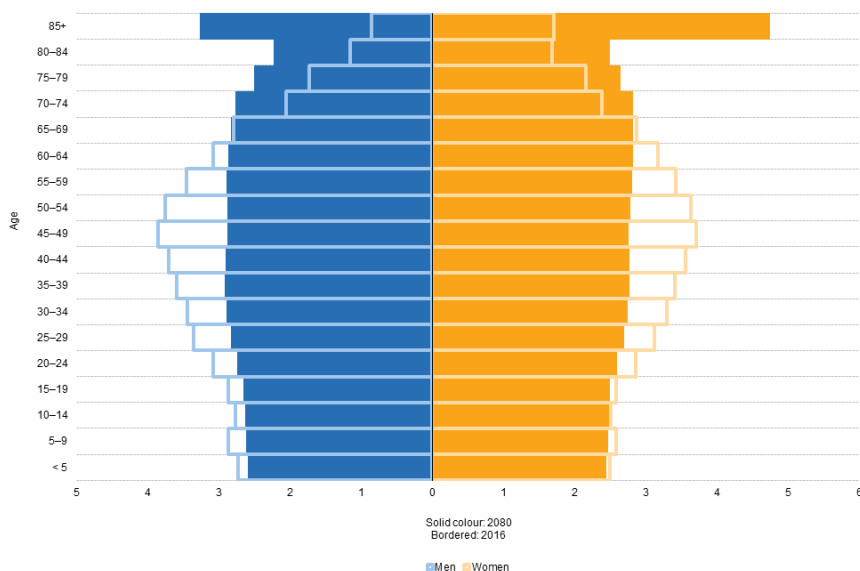
## **I. Introdução**

O impacto do envelhecimento demográfico no seio da União Europeia (UE) é susceptível de ser de grande importância nas próximas décadas. As taxas de natalidade consistentemente baixas e a maior esperança de vida estão a transformar a forma da pirâmide etária da UE-28; Provavelmente, a mudança mais importante será a transição marcada para uma estrutura populacional muito mais velha, um desenvolvimento que já é evidente em vários Estados-membros da UE [3].

A população da UE-28 foi estimada em 510,3 milhões em 1 de janeiro de 2016. Os jovens (0 a 14 anos de idade) representavam 15,6% da população da UE-28, enquanto as pessoas consideradas em idade ativa (dos 15 aos 64 anos de idade) representavam 65,3% da população. Os idosos (com idade igual ou superior a 65 anos) tiveram uma quota de 19,2% (um aumento de 0,3% em comparação com o ano anterior e um aumento de 2,4% em comparação com os 10 anos anteriores) [4].

A relação de dependência com base na idade (pessoas com idade igual ou superior a 65 anos em relação aos 15-64) é projetada [3] para aumentar significativamente na UE como um todo nas próximas décadas. Sendo cerca de 25% em 2010, subiu para 29,6% em 2016 e é projetada para aumentar ainda mais, em particular até 2050, e eventualmente chegar a 51,2% em 2070.





Note: 2016: estimate, provisional 2080: projections (EUROPOP2015).  
Source: Eurostat (online data codes: demo\_pjangroup and proj\_15npsms)

**Figura 1 – Pirâmide da população EU-28, 2016 e 2080 (% da população total)**

Isto implica que a União Europeia, de quatro pessoas em idade ativa para cada pessoa com mais de 65 anos em 2010, passará para metade, cerca de duas pessoas em idade ativa ao longo do horizonte de projeção. Consequentemente, a percentagem de pessoas em idade ativa na UE-28 está a diminuir, enquanto o número relativo de pessoas reformadas /aposentadas está em expansão [3].

Os serviços de saúde e apoio social necessitam assim de passar a representar uma quota elevada e crescente da despesa pública e da despesa total relacionada com a longevidade. Isto faz com que os gastos públicos com os cuidados de saúde sejam parte integrante dos debates sobre a sustentabilidade a longo prazo das finanças públicas.

Com base nas políticas actuais, estima-se que as **despesas públicas «exclusivamente» relacionadas com a idade (pensões, saúde e cuidados a longo prazo) aumentem 4,1 pontos percentuais do PIB entre 2010 e 2060, de 25% para 29%**. Espera-se que apenas as despesas com pensões aumentem de 11,3% para quase 13% do PIB em 2060. No entanto, existem diferenças significativas entre os países, dependendo, em grande

medida, dos progressos realizados por cada país na reforma do sistema de pensões, o que confirma a necessidade de uma acção política para enfrentar os desafios do envelhecimento da população.

## II. Iniciativa Europeia

Neste contexto, e sendo a Cáritas de Coimbra uma das organizações que sente diariamente estas alterações demográficas no seio daqueles de quem cuida, julgou essencial posicionar-se na proposta de medidas de âmbito político que venham a refletir-se na prevenção e apoio adequado aos cidadãos.

A Comissão Europeia (DG SANTE) lançou um convite à apresentação de propostas em novembro de 2017 sobre iniciativas estratégicas para uma Declaração Conjunta em 2018. Dez propostas foram votadas até 7 de dezembro na Plataforma da Política de Saúde da União Europeia; a proposta com o tema SHAFE – Smart Healthy Age-Friendly Environments (*Ambientes Saudáveis, Inteligentes e Amigáveis*) foi a mais votada e foi confirmada pela Comissão Europeia em março de 2018. Neste contexto, desde essa data, a Cáritas Coimbra<sup>1</sup> e a AFEdemy Ltd<sup>2</sup> são Coordenadoras desta Rede Temática, que juntou mais de 170 organizações como membros por toda a Europa.

A SHAFE propõe-se facilitar a criação de ambientes saudáveis e amigáveis para todas as idades, através da utilização de novas tecnologias, para a produção de uma Declaração Conjunta abrangente e participativa. Este documento foi apresentado à Comissão Europeia em 12 de novembro de 2018, com cinco áreas principais de recomendações à Comissão Europeia, aos Estados-Membros e a outras organizações locais, regionais e nacionais e está aberto para aprovação e implementação local a partir desta data em diante.

A SHAFE visa facilitar a criação de ambientes saudáveis e amigáveis para todas as idades, através do uso de novas tecnologias. Em termos mais concretos, destina-se a destacar a importância das pessoas e lugares na criação de soluções digitais para saúde e apoio social, com melhor qualidade, mas acessível a todos. O objectivo principal é valorizar a pessoa como elemento central de todo o processo de digitalização.

Esta rede temática criou um alinhamento político de alto nível de diferentes redes e iniciativas para temas relacionados com a demografia e o

<sup>1</sup> <https://en.caritascoimbra.pt/>

<sup>2</sup> [https://www.afedemy.eu/en/home\\_en/](https://www.afedemy.eu/en/home_en/)

envelhecimento. Está alinhada com as prioridades de saúde da UE [5] na criação de sinergias que aumentarão a qualidade, a inovação e a sustentabilidade para a implementação de melhores sistemas de saúde e de cuidados, o crescimento económico e a saúde sustentável, e da comunicação na transformação digital da saúde e social [6][7].

Os principais objetivos da SHAFE são os seguintes [2]:

- Elaborar uma Declaração Conjunta em 2018 sintetizando uma posição comum sobre ambientes inteligentes e saudáveis para todas as idades, prioridades para a elaboração de políticas e recomendações para além de 2020, visando um livro branco em 2020;
- Fornecer um fórum para o intercâmbio de prioridades políticas e conhecimentos técnicos sobre ambientes amigáveis e soluções de saúde em eHealth e mHealth;
- Informar a Comissão Europeia e os Estados-Membros sobre os conhecimentos e peritos disponíveis na Europa no âmbito dos desafios, soluções e melhores práticas;
- Trazer as melhores práticas já implementadas pelas autoridades locais e regionais que foram identificadas no EIP-AHA para geminação ou ampliação e recolher lições aprendidas para o desenho de políticas;
- Promover princípios comuns como intervenções centradas na pessoa, proteção de dados pessoais, normalização, interoperabilidade, medicina personalizada e hélice quádrupla.

As atividades de investigação foram executadas, e os primeiros resultados foram disponibilizados no Documento de Enquadramento da SHAFE em junho de 2018 [8]. A investigação foi executada realizando:

- pesquisa em bases de dados como Google Scholar, PubMed, Cochrane, Scopus, WorldCat, PiCarta, Web of Science, ACM Digital Library, NARCIS, OATD, DOAJ, BASE, CORE, Paperity, AAL-Database, CORDIS e Innoradar.eu, bem como literatura cinzenta nos países da UE.
- Questionários publicados on-line no site da UE Survey.
- Entrevistas com vários líderes de opinião sobre os temas da saúde, apoio social, soluções de saúde, envelhecimento ativo, ambientes amigáveis, doenças crónicas, vida independente, entre outros.

Além da investigação, diversas atividades de discussão, comentários e apoio na Declaração Conjunta e resultados foram realizadas por meio de eventos e atividades de disseminação, a saber:

- Reunião do grupo de ação EIP-AHA em Manchester (2-3 de julho de 2018).
- AAL forum/Silver Week Bilbao 2018 (24-26 setembro) – workshop 12.
- Consulta online através da página da SHAFE.<sup>3</sup>
- Webinars de Rede Temática em 19 de junho e 9 de outubro de 2018.

### III. Resultados e Recomendações

A investigação e as entrevistas conduziram à identificação das seguintes cinco áreas principais [8]:

- Abordagem integrada
- Governança e coordenação
- Financiamento, modelos financeiros e de negócios
- Aprendizagem e gestão do conhecimento
- Comunicação, pessoas e desafios societais

As recomendações emitidas na declaração conjunta podem ser lidas no documento [9] publicado no site oficial da SHAFE e pode ser resumida da seguinte forma:

#### 1. Criar uma visão europeia partilhada sobre ambientes inteligentes, saudáveis e amigáveis

A longo prazo, recomendamos que a Comissão amplie a visão sobre a transformação digital de saúde e dos cuidados, para criar uma visão partilhada sobre Ambientes Inteligentes, Saudáveis e Amigáveis em todas as suas facetas. Entendemos que alguns dos principais ativos, como **Pessoas** (por exemplo, cidadania, aprendizagem ao longo da vida, interação social) e **Lugares** (como ambientes construídos, espaços comunitários e instalações ao ar livre) são elementos essenciais para alcançar uma evolução equilibrada de igualdade e bem-estar na sociedade. Apesar de implícitos na estratégia da UE, pretendemos torná-los explícitos e abordá-los como prioridades para os novos períodos estratégicos.

<sup>3</sup> <https://en.caritascoimbra.pt/shafe/>

Por conseguinte, a nossa primeira recomendação é desenvolver uma visão europeia partilhada a longo prazo, ou seja, uma estratégia sobre ambientes inteligentes, saudáveis e amigáveis, que possa ser vista como um esboço ou modelo inspirador a ser utilizado a nível local e regional em toda a Europa, reconhecendo que estes podem beneficiar toda a sociedade e envolver agências internacionais, autoridades regionais e nacionais, bem como a sociedade civil e ONGs.



**Figura 2** – Cinco áreas de recomendação da SHAFE

Priorizar a Saúde e o Apoio Social é essencial e é necessário **favorecer a implementação na “vida real”**, proporcionando reconhecimento e visibilidade aos diferentes sistemas que operam nestas áreas, compreendendo e conectando os valores, princípios, diretrizes, processos e ferramentas comuns.

**A Europa precisa de desempenhar o papel de guardião dos valores e princípios comuns, incorporados na prestação do serviço universal de Saúde e Apoio Social, reconhecendo-os como um bem comum.**

## **2. Promover a cooperação intersectorial**

É imperioso evitar o isolamento. A cooperação intersectorial é essencial para implementar e aumentar os investimentos na transformação digital da saúde e do apoio social e o mesmo nível de cooperação também é necessário com outros setores – construção, reabilitação urbana, antropologia e outras ciências sociais, por forma a promover os Ambientes Inteligentes, Saudáveis e Amigáveis em toda a Europa.

Para além da cooperação a nível político e administrativo dentro da Comissão Europeia, é também crucial que outros níveis de autoridade pública, indústria e sociedade cooperem mais e não persistam a pensar e trabalhar em silos. Os parceiros da SHAFE já iniciaram este ciclo para alinhar os cidadãos, o planeamento urbano, a habitação, as ONGs, os cuidados de saúde, a construção e as TIC, bem como a promover a cooperação intersectorial da hélice quádrupla em redes europeias, como as Parcerias Europeias de Inovação para o Envelhecimento Ativo e Saudável e as Cidades e Comunidades Inteligentes.

Para alcançar uma melhor colaboração integrativa, recomendamos a criação de políticas interdisciplinares nacionais e internacionais e de grupos de trabalho ou ecossistemas sociais a todos os níveis, responsáveis pelo desenvolvimento de políticas conjuntas de implementação. A visão comum europeia pode ser uma inspiração.

Em segundo lugar, o igual e fácil acesso à informação e ao conhecimento é crucial para a criação de pontos de partida comuns a todos os *stakeholders* e, assim, para promover, ainda mais, a cooperação intersectorial bem-sucedida. Portanto, propomos que a informação global sobre os Ambientes Inteligentes, Saudáveis e Amigáveis seja acessível a nível individual e local.

Os parceiros da SHAFE reconhecem que desempenham um papel importante na melhoria da partilha de informações de organizações e

redes como a OMS (Organização Mundial da Saúde) e a Parceria Europeia de Inovação para o Envelhecimento Ativo e Saudável, e estão empenhados em melhorá-la.

Para alcançar uma maior cooperação intersectorial é necessário conduzir a política da UE em direção a uma colaboração entre os Estados-Membros na integração do bem-estar público e do sistema de saúde e apoio social. **O empreendimento conjunto entre a Saúde e o Social é um elemento fundamental para a melhoria de projetos, iniciativas e serviços, seguindo uma perspectiva de cuidados integrados e colaboração territorial.**

### **3. Financiar a implementação de ambientes inteligentes, saudáveis e amigáveis**

Especialmente em termos de alocação orçamental, escolhas políticas corajosas podem ser feitas!

Tal como resultou do Documento de Enquadramento da SHAFE, muitas soluções digitais estão disponíveis para aumentar o bem-estar, a saúde e a vida independente dos cidadãos europeus de uma forma mais eficaz e eficiente. No entanto, apesar dos investimentos realizados, na maioria dos casos não estão a ocorrer novas implementações em grande ou larga escala.

O estudo sobre a implementação sustentável e em grande escala de inovação digital em saúde e social para o envelhecimento (2018) mostra a necessidade de apoio no lado da procura e da oferta para alcançar o objetivo da Comissão Europeia de que mais de 50 regiões da UE sejam ativas neste âmbito, de modo a melhorar a vida de pelo menos 4 milhões de habitantes até 2019. Os parceiros da Declaração Conjunta reconhecem a necessidade de um grande esforço para a implementação.

Isto pode ser alcançado através da promoção de uma discriminação positiva no orçamento e financiamento público para organizações que trabalham em Ambientes Inteligentes, Saudáveis e Amigáveis. Uma alteração no financiamento de exemplos já existentes e com bom desempenho melhoraria a implementação em toda a Europa.

É muito importante criar estruturas de financiamento que integrem diferentes elementos da SHAFE, como a saúde, o apoio social, as TIC e os ambientes construídos na mesma missão e recomendações, permitindo a implementação efetiva de soluções sustentáveis de longo prazo. Além do financiamento, a contratação pública é, também, um elemento essencial para impulsionar a implementação em grande escala.

Torna-se assim essencial que os regimes de financiamento europeu e nacional estejam alinhados, de modo a que a inovação proveniente de projetos europeus bem-sucedidos possa ser integrada nos quadros nacionais e replicada pela Europa. **Novas formas de implementar este “diálogo” específico entre diferentes programas de financiamento devem ser uma prioridade.**

#### **4. Investir em investigação que derive de necessidades e desafios societais e usar o conhecimento para previsão e prevenção**

Acreditamos que já passámos o ponto em que os nossos sistemas de saúde e apoio social podem responder a todas as necessidades vindouras para sempre. A melhor forma de garantir a sustentabilidade é investir na prevenção ao longo da vida e prever os próximos desafios e mudanças com tempo suficiente para abordá-los com o mínimo de recursos. Isto está de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, bem como com as abordagens de toda a sociedade e de todos os governos.

Para obter mais impactos em relação às necessidades e desafios da sociedade, recomendamos o aumento do número de avisos de abertura de financiamento que apoiam a implementação efetiva de pilotos e iniciativas; isto aumentará a exigência sobre o impacto social e económico de projetos, o que pode constituir uma oportunidade e uma área de investimento futura para investigadores.

**A investigação é essencial para a implementação de medidas de prevenção, privilegiando valores humanistas e, simultaneamente, trazendo eficiência e maior custo-benefício aos investimentos.**

#### **5. Garantir a capacitação dos cidadãos e a promoção de políticas e medidas centradas nas pessoas**

O desenvolvimento sustentável precisa de começar cedo: ter uma abordagem ao longo da vida implica que comece mesmo antes do nascimento, de modo a desenvolver estilos de vida mais saudáveis. Isto gerará impacto na saúde, no bem-estar e na sociedade como um todo.

Os cidadãos devem estar envolvidos desde o início de cada desenvolvimento, no que respeita aos seus ambientes de vida, saúde e cuidados. Os cidadãos estão a participar mais em iniciativas de investigação e desenvolvimento, embora a sua participação ainda não esteja estruturada, o que



pode estar relacionado com a falta de literacia digital e de saúde, e até mesmo de cidadania ativa como um todo.

Também é necessário que os cidadãos tenham a oportunidade de iniciar melhorias nos seus próprios ambientes de vida. Não se pretende passar a responsabilidade para os cidadãos, mas sim promover uma cultura de responsabilidade partilhada entre autoridades e cidadãos – todos a trabalhar em conjunto para o bem comum.

**Passar do tratamento de doenças para a prevenção e bem-estar é fundamental. As mentalidades precisam de mudar, e a educação é a chave. A promoção de estilos de vida saudáveis e bem-estar torna as pessoas autónomas através da educação.**

#### IV. Iniciativa nacional

Na sequência da Rede Europeia SHAFE, e considerando o contexto específico do modelo português, a Cáritas de Coimbra associou-se à Escola Superior de Enfermagem de Coimbra (ESEnfC) e a vários parceiros nacionais para lançar, em junho de 2018, a Rede Portuguesa Ambientes Saudáveis, Inteligentes e Amigáveis<sup>4</sup>.

Contando com mais de 70 organizações oficialmente registadas como Membros, a Rede Portuguesa reúne parceiros de todas as regiões de Portugal, comprometidos com a promoção de uma agenda conjunta para a implementação de Ambientes inclusivos para todas as idades, com particular incidência nas áreas da Saúde, Apoio Social, TICE e Infraestruturas.

A Rede é dinamizada por um Grupo de Trabalho, sendo a Coordenação Técnica assegurada pela Cáritas Diocesana de Coimbra (Carina Dantas) e a Coordenação Científica pela ESEnfC (João Apóstolo). Tem também um Conselho Consultivo que congrega dez personalidades de referência a nível nacional.

A Rede tem um espaço na EU Health Policy Platform, sendo a primeira rede com um espaço nacional falado em língua não inglesa, que está oficialmente criado nesta plataforma da Comissão Europeia. Integra também o Grupo Internacional de Ecossistemas da European Connected Health Alliance<sup>5</sup>, que abrange mais de 78 países e 16.500 participantes.

<sup>4</sup> <https://caritascoimbra.pt/rede-portuguesa/pagina-inicial/>

<sup>5</sup> <https://echalliance.com/page/EcosystemsOverall>

A partir da sua primeira reunião participativa, realizada em Coimbra em outubro de 2018, foi elaborado o primeiro Plano de Ação da Rede, apoiado nas seguintes temáticas-chave:

1. Influência nas políticas
2. Modelos de Negócio/Implementação
3. Colaboração e comunicação
4. Saúde e Bem-estar ao longo do ciclo de vida.

O Plano encontra-se disponível online em português e inglês e pode ser consultado na página oficial da Rede. Ao longo do Plano são apresentados os diversos desafios, bem como as principais ações a levar a cabo ao longo do ano 2019 para cada uma das temáticas definidas. Em cada área e atividade apresentam-se também participantes e responsáveis em cada ação, bem como a identificação de outputs e resultados.

A segunda reunião participativa da Rede Portuguesa teve lugar no Algarve, Faro, no dia 28 de junho de 2019, nas instalações da CCRD Algarve e reuniu mais de 60 participantes a trabalhar ativamente na definição conjunta de políticas, medidas e ações a implementar, estando a constituir-se como uma organização informal muito relevante para a transformação social que se ambiciona.

## V. Conclusão

Estes são somente dois exemplos no percurso que a Cáritas de Coimbra tem vindo a realizar no âmbito da Inovação Social, proveniente das necessidades sentidas no terreno, nomeadamente da manifesta desadequação das respostas existentes às necessidades atuais das pessoas que apoia.

E como está isto a ser prevenido ao nível das políticas públicas?

O descolamento dos cidadãos, dos diversos setores da sociedade, das formas de distribuição de poder e de tomada de decisão tem-se vindo a acentuar. A relação de distanciamento com a política e com a participação democrática, quer seja pelo alijamento burocrático, quer pela sobreposição de problemas e dificuldades, como o desemprego e a marginalização tem dado lugar a discursos de ceticismo e ausência da discussão sobre a formulação de políticas públicas.

Não se tem demonstrado, até à data, o alinhamento de políticas públicas na saúde e apoio social, no qual pessoas e infraestruturas estejam também integrados, diminuindo custos e tornando os indivíduos mais autónomos

nas suas limitações. A implementação de desenvolvimentos tecnológicos junto da população em geral tem vindo a revelar-se frutífera e profícua no aumento da qualidade de vida. Por isso, e cada vez mais, terá que existir uma consciencialização de todos os intervenientes (políticos, instituições, cuidadores e até dos próprios cidadãos) de que ambientes amigáveis e personalizados favorecem uma maior qualidade de vida e o desenvolvimento societal.

As IPSS, que subsidiariamente substituem o Estado na provisão de serviços sociais e de saúde, não têm sido capacitadas e reforçadas para uma participação concertada na tomada de decisões. Não são tidas como as mais habilitadas para indicar as reais necessidades e caminhos de futuro – apesar de serem elas a contactar com os cidadãos todos os dias! Mesmo que para tal estejam preparadas e disponíveis, não têm qualquer possibilidade de proporcionar serviços com mais qualidade, mais personalização e mais adequação às especificidades de cada pessoa e cada contexto.

O que se vem assistindo é à massificação dos cuidados, à passagem de responsabilidades para a sociedade civil, famílias e organizações, quando estas não têm os recursos para o assumirem com qualidade.

“Muitas das queixas de saúde são frequentemente *dores de alma*, tão passíveis de melhoria quando as pessoas estão felizes.”

No que concerne às pessoas mais velhas, estas necessidades são sentidas todos os dias: muitas delas permanecem sós em casa durante muitas horas, com exceção das breves visitas dos colaboradores de apoio domiciliário e necessitam de outras atividades e maior presença humana. Adicionalmente, quando necessitam de soluções residenciais, as listas de espera são longas.

É essencial explorar possíveis caminhos para trazer mais saúde e qualidade de vida às pessoas e às comunidades.

A tecnologia é uma ferramenta muito útil neste processo; no entanto não substitui a presença humana e os trabalhadores das instituições, que podem falar, demonstrar empatia e proporcionar carinho aos seus utentes. As máquinas deverão apenas prestar tarefas acessórias, libertando as pessoas para tarefas que só elas podem prestar.

As instituições da área social e da saúde têm vindo a aumentar os estudos científicos e dados quantitativos que permitem sustentar a importância destas atividades – direcionadas para o lazer, a família e a comunidade – para o bem-estar e saúde da população mais envelhecida.

**O grande obstáculo é a desadequação dos sistemas de financiamento, que se mantêm herméticos, tipificados e sem flexibilidade e que, portanto, não absorvem a Inovação. As divisões entre a saúde e o social, bem como outras áreas de tutela são entraves adicionais à implementação de soluções adequadas às diferenças de cada território e comunidade.**

## Agradecimentos

O presente documento reflete em parte o trabalho desenvolvido pela Rede SHAFE e pela Rede Portuguesa Ambienets Saudáveis, Inteligentes e Amigáveis e reconhece assim todos os contributos de parceiros, organizações, e alunos envolvidos, devidamente identificados no site oficial, com uma nota particular a Willeke van Staalduinen.

## Referências

- [1] Comissão Europeia, DG Sante, plataforma de política de saúde. [Internet] 2018 [avaliado 2019 Jan 03]. Disponível em: <https://WebGate.ec.europa.eu/HPF>
- [2] Cáritas Diocesana de Coimbra e AFEdeemy, Academia sobre ambientes favoráveis à idade BV, proposta de rede temática em ambientes inteligentes de idade saudável amigável. [Internet] 2017 e 2018 [citado em 2019 Jan 03]. Disponível em: [https://en.caritascoimbra.pt/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/ThematicNetwork\\_SHAFE-2018\\_PUB.pdf](https://en.caritascoimbra.pt/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/ThematicNetwork_SHAFE-2018_PUB.pdf)
- [3] Comissão Europeia, assuntos económicos e financeiros. O relatório de envelhecimento 2018: pressupostos subjacentes e metodologias de projecção. [Internet] 2017 [citado 2018 dez 05]. Disponível a partir de: [https://ec.europa.eu/info/publications/economy-finance/2018-ageing-report-underlying-assumptions-and-projection-methodologies\\_en](https://ec.europa.eu/info/publications/economy-finance/2018-ageing-report-underlying-assumptions-and-projection-methodologies_en)
- [4] Eurostat, estrutura populacional e envelhecimento. [Internet] 2018 [citado 2019 Jan 03] [http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Population\\_structure\\_and\\_ageing](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Population_structure_and_ageing)
- [5] Comissão Europeia, política de saúde da UE. [Internet] 2018 [citado 2018 dez 05]. Disponível em: [https://ec.europa.eu/Health/Policies/overview\\_en](https://ec.europa.eu/Health/Policies/overview_en)
- [6] Comissão Europeia, mercado único digital, modelo para inovar a saúde e os cuidados na Europa. [Internet] 2016 [citado 2018 ago 23]. Disponível em: <https://ec.europa.eu/Digital-Single-Market/en/News/Blueprint-innovate-Health-and-Care-Europe>
- [7] Comissão Europeia, comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e aos
- Comité das regiões que permite a transformação digital da saúde e da assistência no mercado único digital; capacitar os cidadãos e construir uma sociedade, Bruxelas, 25.4.2018.
- [8] Dantas C, staalduinen W Van, Mark M Van der, JEGUNDO Al, Ganzarain J, quadro de papel temático rede 2018 inteligente saudável idade-friendlyambientes. [Internet]

2018 [citado 2018 dez 05]. Disponível em: <https://en.caritascoimbra.pt/wp-content/uploads/sites/3/2018/11/Framing-Paper-SHAFF-20181121.pdf>

- [9] Dantas C, staalduinen W Van, Jegundo AL, Ganzarain J, declaração conjunta rede temática 2018 ambientesinteligentes e saudáveis para a idade. [Internet] 2018 [citado 2018 dez 05]. Disponível em: [https://en.caritascoimbra.pt/wp-content/uploads/sites/3/2018/12/Joint-Statement\\_SHAFF\\_20181203.pdf](https://en.caritascoimbra.pt/wp-content/uploads/sites/3/2018/12/Joint-Statement_SHAFF_20181203.pdf)

## Síntese Conclusiva

TERESA MENDES\*

Em primeiro lugar, gostaria de felicitar o CES por esta iniciativa e relevar, em particular, o empenho do Prof. Correia de Campos na realização desta conferência, com tão qualificados e diversificados oradores. Durante o Encontro, foi feita uma reflexão sobre as diferentes visões relativas ao envelhecimento, designadamente nos domínios da saúde, social e mercado de trabalho, consciencializando-nos para o facto de que o desafio está claramente na capacidade de orquestração de todas estas perspetivas em torno do que é importante, a pessoa idosa.

A Prof. Maria João Valente Rosa apresentou-nos o panorama demográfico atual, em particular o facto de, no período 1970-2017, ter aumentado o índice de envelhecimento em todo o país, que se tornou um dos países mais envelhecidos da Europa e do mundo. Apontou como causas, por um lado, as baixas natalidade e fecundidade tendo-se perdido, em 1982, a capacidade de substituir gerações; por outro lado, a mortalidade, tendo-se registado nesse período um aumento da esperança de vida, 13% à nascença e 5% aos 65 anos. Afirmou que no futuro estaremos seguramente mais envelhecidos e com um aumento substancial de pessoas com 65 ou mais anos. No entanto, observou que olhar para o futuro não é necessariamente ampliar o passado, devendo considerar-se o efeito poderoso de

\* Presidente do instituto Pedro Nunes, Conselheira do Ces.

todas as mudanças, sobretudo tecnológicas, afirmando que o desconforto que se sente não é tanto pelos fatores demográficos, mas principalmente pela falta de capacidade de adaptação à mudança.

Ouvimos também as reflexões do Prof. Axel Gosseries sobre envelhecimento e justiça entre gerações. Olhando de forma sistemática para diversos fatores e propondo-nos uma reflexão em três etapas, fez-nos chegar a resultados talvez menos óbvios (e também mais otimistas) do efeito de uma população com longevidade alta, heterogênea e crescente que, por a geração seguinte ter uma esperança de vida maior, acaba por atenuar o efeito da injustiça entre pessoas de vida curta e vida longa.

Durante o debate foram apontados caminhos, como o da solidariedade e cooperação intergeracionais e também preocupações com injustiças entre gerações: direitos de quem está na carreira versus os de quem quer entrar; precariedade; proteção excessiva dos direitos adquiridos. Foi ainda apontada a CESE como a instituição europeia que mais cedo se preocupou com o envelhecimento da população defendendo a consideração dos idosos como um grupo de cidadãos de pleno direito, não os equiparando apenas aos doentes, aos incapacitados, aos pobres, às minorias de todas as espécies.

Foi referida a necessidade de promover a literacia digital e a educação ao longo da vida, tornando possível aos idosos desfrutarem das vantagens do mundo digital e, simultaneamente, evitando os seus riscos.

Relativamente ao financiamento da Segurança Social, foi considerado que tanto o CES como o Conselho Nacional da Juventude, têm a responsabilidade de apresentar propostas sobre esta matéria, tendo em conta a complexidade e abrangência que o assunto necessariamente exige.

Num segundo momento, a Prof. Ana Lehman deu o mote para o debate sobre o mercado de trabalho e o envelhecimento, levantando um conjunto de questões que se prendem com o facto de o mercado de trabalho estar a ser palco de importantes mutações, sobretudo devido à forte e rápida emergência de novas tecnologias, que coexistem com profundas mudanças demográficas, em particular o envelhecimento da população. Referiu que o que marca a época atual é não só a complexidade deste novo mundo, mas sobretudo a velocidade a que tudo acontece, sendo indispensável procurar soluções para acomodar uma força de trabalho mais envelhecida, o que, essencialmente, se configura como um problema social. Será necessário encontrar novas soluções: com o auxílio das tecnologias, com novos

paradigmas de trabalho (mais flexível, menos horas), recurso ao empreendedorismo, mentoria intergeracional e formação ao longo da vida.

Neste novo debate foi referida mais uma vez a necessidade de uma aposta forte na educação e formação profissional, no contexto da aprendizagem ao longo da vida, que promovam uma adaptação de competências e em particular a adequação à digitalização dos mercados de trabalho. Foi também destacada a situação de baixa natalidade, que resulta em grande parte das condições de trabalho e precariedade, sendo ainda agravada pela saída do país de quadros jovens, muitos por necessidades económicas e sociais.

Ficou claro que o maior ou menor impacto do envelhecimento no mercado de trabalho dependerá da nossa capacidade de alterar modelos, ajustando-os e, dessa forma, conseguindo aproveitar o que de melhor tem cada faixa etária, os mais novos pela capacidade de introduzir inovação, os mais velhos pela sua experiência. Foi referido que tem mudado a forma como as empresas olham para os seus Recursos Humanos, estando já a preparar-se para responder aos atuais desafios: por um lado a rápida mutação do trabalho, sobretudo devido à evolução tecnológica, que exige adaptação das competências de trabalho sobretudo por parte dos trabalhadores mais velhos e, por outro lado, a nova postura dos jovens trabalhadores que privilegiam mais a qualidade de vida e a flexibilidade.

Foi ainda referido que Portugal tem em marcha a Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo, que olha para a população sénior como um universo relevante do mercado de trabalho, valorizando os seus saberes, conhecimentos e energias. Uma economia forte e uma sociedade saudável não se constroem sem o contributo e a participação dos cidadãos ativos de todas as idades.

O debate final sobre Saúde e Qualidade de Vida foi lançado pelo Prof. Miguel Gouveia, que abordou a questão da relação entre o aumento da longevidade e a saúde da população idosa. No âmbito de um estudo recente aos Inquéritos de Saúde, foi feita a análise de algumas respostas, obtendo-se como resultados uma melhoria nos níveis de incapacidade na última década, o que contraria os dados (muito negativos para Portugal) dos relatórios do Eurostat. Estes resultados, apesar de positivos, ainda deixam Portugal abaixo de muitos outros países no que respeita à esperança de vida saudável.

Durante o debate foram apontados caminhos para a mitigação deste problema, desde a consciencialização de que a saúde e qualidade de vida



do idoso passa por atuar na prevenção, por exemplo estimulando toda uma vida saudável, que inclui atividade física regular ou uma nutrição adequada. Passa também muito pela atitude do próprio, especialmente interiorizando as práticas do envelhecimento ativo e saudável, aprendendo a lidar com os seus défices e doenças e mantendo uma boa inserção social.

Falou-se ainda do papel das tecnologias de suporte ao envelhecimento ativo e saudável, que podem ajudar a conter o problema. Apesar do desenvolvimento tecnológico ser essencial ao processo, para que exista um impacto efetivo neste mercado particularmente complexo, é fundamental eliminar as barreiras que impedem o fluxo de inovação ao longo da cadeia de valor dos cuidados prestados.

Questionou-se igualmente o modelo atual de financiamento da saúde (baseado em volume e não em valor), propondo-se que se estimule também o desenvolvimento de novos produtos e serviços. Falou-se em procurar que as iniciativas regionais e nacionais promovam um alinhamento entre a saúde, o social, as inovações tecnológicas e os ambientes e infraestruturas, quer em termos de estratégia e opções políticas, quer ao nível do financiamento. Referiu-se também a vantagem de investir em políticas integradas (saúde, social, comunitário, tecnológico, infraestruturas) e em serviços personalizados e adequados às necessidades de cada pessoa, que potenciem a prevenção em detrimento do tratamento, com um financiamento flexível e centrado nos resultados.

O CES e o Prof. Correia de Campos estão de parabéns. Foi uma conferência rica e diversa, que permitiu uma reflexão conjunta sobre um tema tão importante e urgente. Que os caminhos aflorados neste encontro possam contribuir para encontrar novas soluções e para que, em conjunto, saibamos responder aos grandes desafios com que estamos confrontados.

Muito obrigada pela atenção.

## Encerramento

MARIANA VIEIRA DA SILVA\*

### Cumprimentos

Gostaria de começar por agradecer o convite para aqui estar presente e saudar o Conselho Económico e Social, na pessoa do seu Presidente, Prof. Correia de Campos, por mais uma importante reflexão sobre os principais desafios com que a sociedade portuguesa hoje se confronta.

Quero agradecer igualmente à Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, na pessoa do seu Diretor, Prof. Duarte Nuno Vieira, que acolheu este evento, bem como a todos os oradores e intervenientes nas sessões que preencheram o dia de hoje. Os seus contributos e pontos de vista são essenciais para o trabalho que o Conselho Económico e Social irá produzir e divulgar.

### Minhas Senhoras e meus Senhores,

O debate em torno do envelhecimento da população tende a centrar-se, como é natural, nas questões associadas à quebra da natalidade, ao envelhecimento populacional e ao papel que as migrações assumem na sustentabilidade demográfica do país.

Ou seja, embora a questão da sustentabilidade demográfica seja importante para todas as gerações – porque trata do futuro e porque comporta implicações para qualquer uma dessas gerações, e para a sociedade em geral –, ela relega por vezes para segundo plano a discussão sobre as questões mais diretamente relacionadas com a população idosa propriamente

ditos e os desafios que o prolongamento do tempo que se vive crescentemente nos coloca.

Na perspectiva das políticas públicas, o domínio das respostas fundamentais à população idosa é porventura um dos menos consolidados do nosso Estado Social, a que não é estranha a natureza tardia, mas ao mesmo tempo mais acelerada, do próprio processo de envelhecimento da população em Portugal.

Ainda assim, deve reconhecer-se que o país tem feito um esforço assinalável, ao longo do tempo, na melhoria das condições de vida e do rendimento da população idosa, incluindo no acesso a cuidados de saúde e às diferentes respostas e prestações sociais.

Ao longo da atual legislatura, por exemplo, foram conseguidos alguns avanços que importa assinalar.

Ao nível da melhoria dos rendimentos, procedeu-se à reversão dos cortes nas pensões e foi reposta a atualização anual dos seus valores, sendo atribuído um aumento extraordinário às pensões mais baixas e que não tiveram aumentos entre 2011 e 2015.

Simultaneamente, foi criado um novo regime de antecipação da reforma, aplicável às longas e muito longas carreiras contributivas, num ato de justiça social para com trabalhadores que começaram a trabalhar em idade muito jovem, «os homens que nunca foram meninos», como lhes chamou Soeiro Pereira Gomes.

Para lá da reposição das condições de acesso e do aumento dos montantes atribuídos no âmbito do Rendimento Social de Inserção e do Complemento Solidário para Idosos, o Governo criou ainda uma nova prestação, com impacto nas condições de vida da população idosa com deficiência. Trata-se da Prestação Social para a Inclusão, que permitiu integrar e majorar os apoios existentes, respondendo de modo mais abrangente e eficaz às situações de deficiência ou incapacidade, um dos domínios mais frágeis e complexos do nosso sistema de proteção social.

Mais recentemente, chegou-se a acordo para a criação do Estatuto do Cuidador Informal, que consagra um conjunto de apoios – em matéria de descanso do cuidador, carreira contributiva e acesso a respostas de cuidado clínico e social – que vêm responder a uma necessidade há muito sentida, e que assume particular relevo junto da população idosa e das suas famílias.

Mas foi igualmente possível avançar ao nível de outras respostas à população idosa. Em articulação com entidades do Terceiro Setor, que desem-

penham há muito um papel fundamental nos domínios dos cuidados de saúde e de ação social, conseguimos através do PROCOOP um alargamento das diversas valências a cerca de mais 11 mil utentes, com um investimento de aproximadamente 43M€.

Ao nível da Rede Nacional de Cuidados Continuados, por seu turno, regressámos a um momento de investimento e dispomos hoje de mais 900 vagas face a 2015, o que representa um acréscimo na ordem dos 12%, sendo ainda de assinalar os primeiros passos ao nível da hospitalização domiciliária.

Nas diferentes respostas, foi na área da convalescença que se conseguiu uma mais significativa expansão da rede, com um aumento de 30% no número de vagas, hoje já perto das mil, sendo igualmente significativa a expansão do número de lugares nas Unidades de Média Duração e Reabilitação (+17%) e nas Unidades de Unidades de Longa Duração e Manutenção (+9%).

Assegurar um envelhecimento com qualidade de vida, saúde, bem-estar, dignidade e segurança representa um dos principais desafios com que nos confrontamos. Um desafio que deve ser assumido em toda a sua amplitude e integralidade, e que nos incentiva a encontrar respostas diversas e plurais que respeitem as escolhas e a participação ativa dos cidadãos.

Neste âmbito, é essencial a aposta num modelo de serviços integrados e de proximidade que convoque diferentes domínios, implicando o fortalecimento de mecanismos de articulação setorial em cada território, com destaque – mas não só – para as áreas da saúde e da proteção e apoio social.

Responder aos desafios do envelhecimento não se trata apenas, ao contrário do que possa parecer, de uma resposta meramente reparadora. Trata-se de uma resposta mais preventiva, em particular se se intervier a tempo em áreas como a aprendizagem ao longo da vida, o trabalho e a saúde. A intervenção nesta matéria deve ser antecipada, porque o envelhecimento ativo, com qualidade de vida, saúde, bem-estar, dignidade e segurança se constrói principalmente na idade ativa.

Devemos por isso continuar a apostar em soluções que valorizam a cooperação e a adequação das respostas a cada contexto, seguindo um princípio de flexibilidade que, a par da provisão de recursos, assegure uma maior capacidade para ir ao encontro das necessidades efetivas dos cidadãos, nos lugares onde vivem.

Trata-se de um modelo particularmente relevante na promoção da saúde, sobretudo quando sabemos que Portugal é um dos países em que

a distensão da esperança média de vida não tem sido suficientemente acompanhada pelo respetivo aumento do número de anos de vida saudável, posicionando-se o país claramente abaixo da média europeia neste contexto.

Mas deveremos igualmente ser capazes de responder aos desafios do envelhecimento ativo, promovendo formas de transição gradual do trabalho para a reforma, a aprendizagem ao longo da vida e a aquisição de novas competências, designadamente na área das tecnologias da informação, bem como o estímulo a uma cidadania ativa e participativa, seja ao nível do voluntariado, do envolvimento associativo ou de outras formas de intervenção no espaço público.

Estão em causa mudanças que podem implicar alterações no mercado de trabalho. Sobretudo em relação à possibilidade de eliminarmos barreiras – e até estabelecer incentivos – para quem queira permanecer no mercado de trabalho, a par da flexibilização do tempo de trabalho ao longo da vida, possibilitando a sua gradual redução em função da idade.

Num período de apenas dez anos, entre 2007 e 2017, a população com 65 e mais anos aumentou cerca de 18%, passando desde 2011 a representar um universo acima dos 2 milhões de residentes. Sabemos que é esta tendência, de aumento crescente do peso relativo da população idosa, que nos vai acompanhar pelo menos no médio prazo.

Ou seja, tal como assinalado numa importante conferência da ONU sobre envelhecimento, em 2017, quando defendemos políticas que apostam num envelhecimento com qualidade, dignidade, ativo e saudável, é de um número crescente de concidadãos que estamos a falar, o que demonstra a centralidade deste desafio quando pensamos no futuro.

Numa das suas mais bonitas canções, Jaques Brel descreve esta fase da vida – sobre a qual estamos hoje aqui a refletir – como um tempo em que as pessoas passam da cama para a janela, depois da cama para a cadeira e, finalmente, da cama para a cama. Esta imagem, que é ainda a imagem que muitos de nós temos sobre o envelhecimento, não é compatível com os dados da demografia, analisados ao longo do dia de hoje nesta conferência.

De facto, se temos uma população cada vez mais idosa, é necessário reconstruir esta imagem e os modos de vida que se lhe associam. Creio que é esse o espírito e a importância desta conferência, com os desafios que se nos colocam. E gostaria, por isso, de saudar novamente o Prof. Correia de Campos por esta iniciativa. Muito obrigada!